

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt



TURISMO

Sheraton Algarve & Pine
Cliffs Residence aposta
no segmento familiar

Pág. 31

AUTOMÓVEL

Poupança anual
de híbridos "plug-in"
e a gás na tributação
autónoma pode superar
2500 euros

Págs. 42 e 43

BANCA

Crédito Agrícola
alia-se à Portugal Fresh

Pág. 40

PME

Presidente da CCILM
Empresas nacionais
estão em excelente
posição para "atacarem"
o mercado mexicano

Págs. 6 e 7

SUPLEMENTOS
NESTA EDIÇÃO

- Seguros
- Imobiliário



Os números são a nossa palavra.
www.acountia.pt



António Vieira Monteiro, CEO do Santander Portugal, afirma à "Vida Económica"

"Spreads para as empresas vão descer mais"

- Resultado líquido
do Santander Totta
aumentou 89,2%,
para 193,1 milhões



Pág. 37



Rui Nunes, ex-presidente da ERS, lança livro

"Regulação independente da Saúde ainda tem um longo caminho a percorrer"

Pág. 17

INSTRUMENTO "TEAMING" Horizonte 2020 financia investigação

A concessão das subvenções acaba de
ser anunciada pela UE.

O novo instrumento "Teaming", ao
abrigo do qual serão concedidas estas
subvenções, contribuirá para melhorar
o desempenho da investigação e para
incrementar o investimento nos países
que registam níveis baixos de investi-
gação de excelência. Com os apoios do
Programa Horizonte 2020, foram já se-
lecionados 31 projetos.

Estão previstos cerca de 87 milhões
de euros para a fase 2 do "Teaming".

Pág. 25

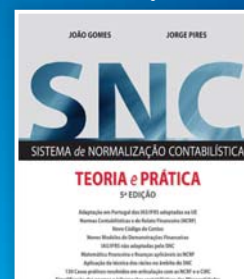
MINISTRO DO AMBIENTE AFIRMA

"Fiscalidade verde é uma oportunidade para desagravar outros impostos"

Os impostos verdes são uma oportuni-
dade para o desagravamento de outros impos-
tos, nomeadamente IRS e IRC, defendeu
Jorge Moreira da Silva, ministro do Am-
biente, Ordenamento do Território e Ener-
gia, durante uma conferência realizada no
ISEP. Sobre a contribuição que recai sobre
os sacos de plástico, que entra em vigor a
partir de 15 de fevereiro, o ministro expli-
cou que o objetivo da medida é "reorientar
comportamentos".

Págs. 4 e 5

SNC - TEORIA E PRÁTICA (5.ª EDIÇÃO)



Compre já em livraria.vidaeconomica.pt



Nova Versão
SAGE 2015
A sua Confiança,
Inspira-nos!



sage

www.sage.pt

ABERTURA**Causas do dia a dia**

ANTÓNIO VILAR ADVOGADO
antoniovilar@antoniovilar.pt

Somos todos gregos?

A resposta democrática que os gregos trouxeram a uma UE asfixiada em burocracias e paralisada pelo medo até poderá vir a ter efeitos meramente ilusórios, mas nem por isso deixará de ser um grito de esperança e de fé de um povo

A vitória do Syriza nas recentes eleições na Grécia trouxe centralidade a múltiplas questões do nosso tempo político e, até, do inevitável destino deste tempo. Decerto que nem todas são questões novas, pghis muitas delas estavam latentes, há muito, nos corredores de Bruxelas, ainda que, ora escondidas debaixo dos tapetes nos gabinetes dos eurocratas, ora disfarçadas pelos poderes europeus como sendo situações inevitáveis. Novas, ou apenas questões despertadas da sua letargia, não parece, de qualquer modo, possível continuar a fazer de conta que vai tudo avançando normalmente, segundo um certo (em moda) new normal e a proclamar que não há alternativas de futuro. Entre a utopia e uma sociedade distópica como o é, de certa forma, a atual, o pensamento crítico vê-se convocado, doravante e mais que nunca, a estar presente e a dizer novos possíveis. Só por isso o povo grego merece, creio, o nosso respeito e admiração.

Somos, então, todos gregos? Não! Mas também não somos – não temos que ser – todos alemães austérios. E há que estar alerta, então, neste momento de acentuada complexidade e de conflitualidade crescente, face ao risco de alguma tentativa de esmagar a Grécia para dar uma qualquer lição aos outros...

A austeridade, em diversas das suas dimensões, é uma ideologia perigosa (cf. Mark Blyth, "Austeridade – A História de uma ideia perigosa", Quetzal), mas, a par disso, é, em

muitos aspetos, também, uma questão de inteligência económica e, até, fator de justiça social. Viver à custa dos outros, do seu trabalho e rendimentos, nunca é bonito. Mas comer e beber bem quando, para tal, outros veem colocadas em causa as suas vidas é inaceitável.

A resposta democrática que os gregos trouxeram a uma UE asfixiada em burocracias e paralisada pelo medo até poderá vir a ter efeitos meramente ilusórios, mas nem por isso deixará de ser um grito de esperança e de fé de um povo tantas vezes humilhado por poderes sem rosto, vorazes, sem ética ou, sequer, escrúpulos, tal como nós, portugueses, o temos sido, tantas vezes, ao longo da história. Para além dos resultados económicos e financeiros que venham eventualmente a materializar-se (é triste ver alguns a falar, a propósito, de "conto de crianças", ignorando a força dos contos e a criatividade das crianças), ficará um inequívoco desafio a muitas certezas acéfalas que pairam sobre o mundo em que vivemos e nos consomem as energias na insignificância de um presente resignado, fossilizado em paradigmas sem futuro.

Entre a fuga estéril para a frente (exit) e o confronto vivaz com sistemas alienantes (voice) os gregos escolheram maioritariamente esta última via, aprofundando, provavelmente, as maiores perplexidades da presente encruzilhada histórica, e rejeitando a servidão voluntária. (cf. Albert O. Hirschmann, "Exit, Voice, Loyalty"

e, também, Étienne La Botie, "Discurso da Servidão Voluntária"). Não quiseram ser meros herdeiros de uma tragédia, mas construtores de outras primaveras. Ainda bem. Obrigado.

Cabe-nos olhar a história, neste transe, com particular cuidado. A da Grécia (só a mais recente bastará: a da guerra civil de 1946 a 1949, a da ditadura dos coronéis de 1966 a 1974, a da democracia posterior, a da integração na EU e da austeridade imposta pela "troika") e, também, a do Império Otomano, que, terminado formalmente em 1922, parece ter estado, desde então, apenas escondido (cf. Donald Quataert, "O Império Otomano – das Origens ao Século XX"). Vale mesmo muito debruçarmo-nos sobre este passado que cada vez parece configurar-se mais no horizonte. Talvez percebêssemos melhor a crise na Ucrânia (e a questão da Crimeia) à luz dessa análise. E é imperioso também prospetivar, do ponto de vista geopolítico, o Ocidente à luz da vitória de Syriza. É que, aceitemos ou não, a geopolítica está de volta.

A Grécia não é só a dívida, o défice, o PIB... – como o não foi para a Alemanha –, que viu negociadas as mais altíssimas dívidas decorrentes da II Guerra Mundial e, agora, por vezes, esquecendo-o, não parece mais do que uma "casa de penhores" da UE. É um símbolo para nós todos, se não nos perdermos no caminho.

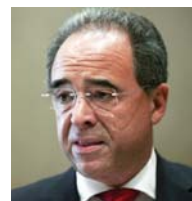
"Decidi-vos a não servir mais, e sereis livres." (La Botie)

Top da semana

JOÃO PAULO OLIVEIRA

Nem tudo são más notícias nos tempos que correm e ainda

há empresas estrangeiras interessadas no potencial do nosso país. Ao longo dos anos tem sido o caso da Bosch. João Paulo Oliveira, representante da empresa em Portugal, diz que o investimento previsto será superior ao do passado. É quer sobretudo dar um maior peso ao país no que toca à investigação e ao desenvolvimento. Além disso, quer trazer para Portugal a criação de novas tecnologias da marca, o que será uma forma de dar a conhecer a nossa qualidade e competência no exterior.



NUNO AMADO

O presidente do BCP é reconhecido pela sua competência técnica.

Ainda que não tenha apresentado resultados extraordinários no ano passado, não deixa de ser positivo o facto de ter reduzido as perdas de mais de 740 milhões para 218 milhões. De salientar o bom desempenho na Polónia, que, de certo modo, não deixou de ser surpreendente. Entretanto, está ainda em curso a reestruturação do banco, devendo os primeiros resultados aparecer em breve. O que está na sua base é sobretudo a redução de custos, que já estará a acontecer, ainda que de uma forma gradual.



CAVACO SILVA

É verdade que o Presidente da República não tem de dar satisfações perante os deputados. Mas o mesmo não é verdade relativamente ao povo português, pelo qual foi eleito. Mais uma vez, ficou evidente que Cavaco Silva não foi correto no caso BES e omitiu factos aos portugueses. Pior ainda, levou muitos cidadãos a perderem as suas poupanças, ao afirmar que o BES era um banco seguro. Não deixa de ser caricato um Presidente, que por acaso até é economista, levar as pessoas a investirem erradamente. Naturalmente, o Presidente não será responsabilizado por mais esta monumental "gaffe".

Nesta edição

03 Robert Sherman
Crise de confiança é o principal obstáculo de Portugal



11 Internacional
Setor da aviação sofre novo impulso no sentido da concentração



17 Negócios e Empresas
"Regulação independente da Saúde ainda tem um longo caminho a percorrer"

Internacional Pág. 11
Preço do petróleo tende a acelerar a deflação

Negócios e Empresas Pág. 19
UnOffice realiza conferência sobre o escritório do futuro

PME Pág. 22
"É preciso consolidar um verdadeiro Estado inteligente no nosso país"

QREN Pág. 25
Horizonte 2020 financia investigação

Direitos Pág. 28
Depoimento de parte "versus" declarações de parte

Em Foco Pág. 31
A grande tendência no turismo de luxo volta a ser o "family travel"

Mercados Pág. 33
Depreciação do euro vai impulsionar a recuperação portuguesa este ano

Automóvel Pág. 42
Poupança de híbridos "plug-in" e a gás na tributação autónoma pode superar 2500 euros

Automóvel Pág. 43
Mercado automóvel português vai crescer

Humor económico**Imprensa**
EM REVISTA**EXPANSIÓN****Produção industrial melhora na Zona Euro**

O ano de 2015 começou com uma modesta aceleração do crescimento no setor industrial da Zona Euro, enquanto os preços de compra baixaram ao ritmo mais forte dos últimos cinco anos. Os fabricantes defrontam-se com uma fraca procura interna e com exportações modestas. Em janeiro, verificou-se uma melhoria das condições empresariais na Alemanha, em Espanha, na Holanda e na Irlanda, em contraste com a França, a Itália, a Áustria e a Grécia, em que se está muito perto da contração.

FINANCIAL TIMES
Europa teme caos financeiro na Grécia

Os responsáveis da Zona Euro mostram-se cada vez mais preocupados pelo facto da confrontação da Grécia perante o seu resgate levar o país a um caos financeiro. Isto sobretudo depois de o ministro das Finanças ter dito que seriam necessários quatro meses para se chegar

a um acordo com os credores. Importa notar que os 172 mil milhões de euros de resgate da Grécia expiram no final deste mês, esperando-se que o BCE mantenha o debilitado sistema bancário do país até que se chegue a um acordo que contemple prolongar a liquidação num prazo mais longo.

THE WALL STREET JOURNAL
Inflação na região da moeda única não deve desmoralizar investidores

Os preços do consumo da Zona Euro caíram 0,6%, em janeiro, relativamente ao mês anterior. É provável que leituras negativas da inflação como esta perdurem. Todavia, os investidores não devem sucumbir, inevitavelmente, ao medo da inflação. De momento, os consumidores da Zona Euro não parecem exatamente desconcertados pela descida da inflação, tendo em conta que as vendas no retalho estão a correr bem. Por outro lado, até os indicadores de confiança empresarial subirem, o que é uma notícia animadora em termos de criação de emprego.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA **DIRETOR** João Peixoto de Sousa **COORDENADORES EDIÇÃO** João Luís de Sousa e Albano Melo **REDAÇÃO** Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Ana Santos Gomes, Aquiles Pinto, Fernanda Teixeira, Guilherme Osswald, Patrícia Flores, Rute Barreira, Susana Marvão e Teresa Silveira; E-mail: agenda@vidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César, Flávia Leitão e Mário Almeida; **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalo Cristóvão, 14, 2º 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@vidaeconomica.pt; **PUBLICIDADE LISBOA** Campo Pequeno, 50 - 4º Esq 1000 - 081 Lisboa • Tel 210 129 550 • E-mail: publicidade@vidaeconomica.pt; **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 • E-mail: assinaturas@vidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter, SA - Porto **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém E-mail: geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS



TIRAGEM CONTROLADA PELA:



TIRAGEM DESTA EDIÇÃO 13.100

4000 Município (Porto)
TAXA PAGA
Registo na D.G.C.S nº 109 477
• Decisão Legal nº 33 445/89 •
ISSN 0871-4330 • Registo do ICS nº 109 477

ATUALIDADE

ENMC inspeciona postos de abastecimento a partir de março

A partir de março, a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC) passará a “inspecionar as quantidades vendidas nos postos de abastecimento, no sentido de assegurar que os valores dos contadores coincidem com os abastecimentos”, informou Paulo Carmona, presidente da ENMC, aos deputados da Comissão de Economia e Obras Públicas.

CONSIDERA O EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA EM PORTUGAL, ROBERT A. SHERMAN

Crise de confiança é o principal obstáculo de Portugal

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

A falta de confiança dos portugueses nas suas próprias capacidades é o principal obstáculo ao desenvolvimento do país. Segundo o embaixador dos EUA em Portugal, Robert A. Sherman, o país “tem atravessado uma tempestade económica nos últimos anos: dificuldades de acesso a capital, perda de empregos”, entre outros.

Mas, na sua perspetiva, “há uma crise mais grave: uma crise de confiança”. A visão que os portugueses têm de si próprios (“Somos pequenos, não pertencemos ao mercado global”) é “a maior dificuldade que o país enfrenta para o seu crescimento”.

Para aquele diplomata, “a atitude «devemos ter feito algo de errado» não pode acontecer”. Robert Sherman deixou um exemplo com o desempenho do programa MIT Portugal, reconhecendo que “a qualidade da inovação e empreendedorismo” desenvolvida “é igual à de qualquer universidade dos EUA, incluindo o MIT”.

Num almoço-conferência promovido pela Associação de Amizade Portugal - EUA no Porto, subordinada ao tema “21st Century Diplomacy: Creating Economic Ties between the US and Portugal”, Robert Sherman recordou que “os EUA têm desde sempre uma forte relação com Portugal”, lembrando que, após a assinatura da declaração de independência, os chamados pais fundadores dos EUA brindaram com vinho da Madeira.

O diplomata, que apresentou credenciais ao presidente da República em 30 de março de 2014, é “jurista de formação, com forte experiência em contencioso, em particular no direito do consumidor”, de acordo com a apresentação de António Neto da Silva, presidente da AAEPUA.

Oportunidades para PME e universidades

Se hoje “medimos o poder de um país não pela dimensão do seu exército, mas pela força da sua economia”, Robert Sherman afirmou que “é estratégico para os EUA uma economia europeia forte”. O mesmo se aplica a Portugal: “o que for bom para as em-



A visão que os portugueses têm de si próprios é “a maior dificuldade que o país enfrenta para o seu crescimento”, afirma Robert A. Sherman.

Embaixada premeia empreendedorismo feminino

O embaixador deu ainda a conhecer os primeiros resultados do programa «Connect to Success», lançado pela delegação diplomática norte-americana no Verão de 2014. Este “pretende atrair e premiar mulheres empreendedoras, que detenham o controlo das

suas empresas, proporcionando programas de mentoria”. O objetivo inicial previa a captação de 30 mulheres e seis empresas de mentoria, mas “acabamos por juntar 194 empresas lideradas por mulheres e 34 mentores”, revelou. “Havia mais mulheres

interessadas do que a capacidade instalada, pelo que recorremos às escolas de negócios de todo o país para lançarem um programa semelhante, e todas aceitaram participar, criando programas de um semestre em diversas áreas de estudo”, concluiu.

presas portuguesas é bom para a criação de empregos nos EUA”, considerou.

Nesse sentido, abrem-se diversas oportunidades económicas ao alcance de Portugal. “Uma das missões da embaixada é trazer investidores que vejam a qualidade da inovação que é desenvolvida nas universidades e empresas”, disse Robert Sherman. Mas “esse esforço deve ser feito também nos EUA”, pois “Portugal não é conhecido” no país. Para o provar, revelou que, dos 150 mil estudantes norte-americanos que estão atualmente na Europa,

apenas 197 estão em Portugal, “mesmo quando o próprio MIT defende a qualidade da inovação” que por cá se faz. Este esforço de promoção “deve ser feito não pela embaixada, mas pelo Governo português”, alertou.

Assim, entre as oportunidades detetadas, salientou a atração de mais estudantes para Portugal, algo que “a formação de um consórcio das universidades a Norte” deve ajudar.

Num outro plano, Robert Sherman afirmou que um futuro acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento

(TTIP), em negociação entre os EUA e a UE, permitirá “facilitar o acesso ao mercado norte-americano por parte das PME portuguesas, que enfrentam barreiras à entrada através de taxas alfandegárias elevadas”.

Portugal, considera, vai ser um dos “principais beneficiários deste acordo, sobretudo em setores como têxtil, calçado, vinhos, produtos alimentares, pedra e mármore”, disse em declarações à VE à margem da conferência. Mas afirmou não querer “limitar setores”.

A OMC estima que as taxas al-

fandegárias praticadas pelos EUA sejam, em média, de 3,5% e as da União Europeia, em média, de 5,2%. Porém, em certos setores verifica-se algum protecionismo, sendo que, do lado americano, subsistem taxas alfandegárias elevadas em produtos agrícolas processados (que podem chegar aos 350%), têxteis (40%), vestuário (32%) e calçado (56%).

Recorde-se que, juntas, as economias destes dois blocos económicos representam mais de metade do PIB mundial. Segundo dados da FLAD, as relações económicas transatlânticas representam em média transações bilaterais diárias de dois mil milhões de euros em bens e serviços.

Segundo o relatório de avaliação de impacto preparado pela Comissão Europeia, a plena realização de uma parceria transatlântica poderá trazer ganhos económicos significativos para a UE (119,2 mil milhões de euros por ano) e para os EUA (94,9 mil milhões de euros por ano).

ATUALIDADE**Concursos de obras públicas caíram cerca de 6%**

A abertura de concursos de obras públicas registou uma quebra de cerca de 6%, no ano passado, para 1586 milhões de euros. Apesar desta descida, o valor dos contratos aumentou dez pontos percentuais, superando os mil milhões de euros, de acordo com a AICCOPN. Ao longo do exercício anterior foram lançados 1846 concursos públicos, numa descida de um ponto, face ao ano precedente, refere a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas.

Há menos famílias a renegociarem os créditos

Os pedidos de ajuda por parte das famílias para renegociarem as suas dívidas estão a diminuir. No entanto, a DECO avisa que tal não significa que haja menos gente a precisar de ajuda. Por um lado, há uma margem cada vez menos para recorrer à renegociação e, por outro, o número de empréstimos está em quebra. A associação de defesa do consumidor chama ainda a atenção para o facto de, no ano passado, apenas uma em cada dez famílias ter conseguido reestruturar o orçamento. Um número bastante baixo e revelador da incapacidade das famílias para renegociar os créditos.

MINISTRO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA AFIRMA

“Fiscalidade verde é uma oportunidade para desagravamento de outros

“Ao contrário da generalidade dos processos de reforma da fiscalidade verde por todo o mundo, no caso português os impostos verdes são uma oportunidade para desagravamento de outros impostos sobre fatores positivos como o trabalho e a criação de rendimento nas empresas”, afirmou Jorge Moreira da Silva durante a primeira sessão do ciclo de conferências do ISEP, dedicada à “Fiscalidade e Crescimento verde”, iniciativa que conta com o apoio da Vida Económica. O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia considerou ainda que a Reforma da Fiscalidade Verde e o Compromisso para o Crescimento Verde têm contribuído para um “rating virtuoso” de Portugal nesta área.



“A Reforma para a Fiscalidade Verde e o Compromisso para o Crescimento Verde têm vindo a ser reconhecidos por várias organizações internacionais como exemplares”, afirmou Jorge Moreira da Silva.

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt

“A Reforma para a Fiscalidade Verde e o Compromisso para o Crescimento Verde têm vindo a ser reconhecidos por várias organizações internacionais como exemplares”. Prova disso mesmo, Portugal foi considerado “o terceiro melhor país do mundo em termos de política climática” pelo The ClimateChange Performance Index e colocado no “top ten” pelo Fórum Económico Mundial, em Davos, e disso “pouco se fala”, criticou Moreira da Silva.

Na mesma linha, o ministro salientou ainda o interesse que as organizações internacionais têm atribuído à Reforma da Fiscalidade Verde em Portugal, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2015. “Portugal tem vindo a ter, da parte da OCDE, do Banco Mundial e das Nações Unidas, um sentimento de crescente interesse em relação às nossas reformas, em especial porque

Objetivo do imposto sobre sacos plásticos é limitar o seu uso

foram realizadas num contexto de dificuldades económicas e financeiras e Portugal não utilizou o pretexto da crise para adiar a liderança no crescimento verde, pelo contrário”, rematou.

Taxa sobre os sacos de plástico avança a 15 de fevereiro

O ministro do Ambiente reiterou, uma vez mais, na passada semana, que, a partir de 15 de fevereiro, todos os sacos plásticos leves vão ser alvo de contribuição. Jorge Moreira da Silva confirmou ainda que o objetivo da medida é “criar condições para reorientar comportamentos”, de forma a que “em vez de se utilizarem em média 466 sacos plásticos por habitante por ano, um recorde europeu, se possa diminuir para apenas 50 sacos plásticos por habitante por ano”.

Sobre a situação para a qual as associa-

Inflação abranda na OCDE

A taxa de inflação da OCDE abrandou para 1,1%, em dezembro, quatro décimas menos, em termos interanuais, do que no mês anterior. Esta nova descida ter-se-á ficado a dever sobretudo à quebra nos preços da energia. As principais economias da organização apresentaram descidas de cinco décimas, como foram os casos do Canadá, dos Estados Unidos e do Reino Unido. A Alemanha apresentou uma quebra de quatro décimas, enquanto no Japão a taxa de inflação se manteve estável. De notar que houve grandes divergências entre os países do G20.

nidade impostos"

Portugal pode transformar-se num país exportador de eletricidade renovável

ções setoriais da restauração e hotelaria, AHRESP e APHORT, alertaram, de que vários empresários terão adquirido grandes quantidades de sacos plásticos que vão ter de repercutir a contribuição a partir de 15 de fevereiro, o ministro disse que será apresentada uma solução para breve.

"Fazendo confiança no que as associações representativas me dizem, o que terá estado em causa foram práticas comerciais muito agressivas por parte de fabricantes e importadores que, percebendo que do lado da distribuição se tinha uma noção perfeita de que esses sacos seriam pagos, terão aproveitado para, junto da restauração, perante alguma dúvida que existisse, poder escoar esses 'stocks' com grandes descontos e que foram considerados como muito interessantes por parte dos comerciantes", referiu Moreira da Silva.

Portugal pode vir a ser um país exportador de eletricidade renovável

Convidado a discursar sobre "O papel das energias renováveis no crescimento

verde", o presidente da Associação de Energias Renováveis (APREN) admitiu ser sua convicção que, com o desenvolvimento de novas interligações elétricas entre a Península Ibérica e França, previstas para 2020, "Portugal pode transformar-se num país exportador de eletricidade renovável".

Salientando que o impacto do setor no Produto Interno Bruto (PIB) foi, em 2013, de "2730 milhões de euros e de 40 mil postos de trabalho", António Sá da Costa apontou ainda que as energias renováveis representaram no último ano cerca de 54,9% do consumo total de eletricidade.

Desafiado a comentar as vozes que acusam as renováveis de serem caras, Sá da Costa rebateu as mesmas salientando que apesar de estas representarem "um custo estimado de cerca de 3 mil milhões de euros", os benefícios superam este valor e ascendem a cerca de 5,75 mil milhões de euros.

Sublinhando que Portugal "possui um 'mix' invejável de recursos renováveis", o presidente da APREN lembrou também que a potência instalada em centrais renováveis está a "crescer em todas as tecnologias, prevendo-se que duplique entre 2010 e 2030, substituindo a produção a partir do carvão e gás natural".

"Somos líderes mundiais neste setor e Portugal é tido como um exemplo a nível internacional. As empresas e técnicos portugueses têm um 'know-how' muito apetecível a nível mundial". E, por isso, "os portugueses devem ter orgulho do papel de Portugal nas energias renováveis", finalizou.

ISEP debate engenharia e desenvolvimento do país

Organizado com o objetivo de criar "movimento" e fazer a engenharia "ficar na moda", para atrair novos alunos, o ciclo de conferências "Engenharia em Movimento" que o Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) está a promover procura debater temas atuais, "não propriamente técnicos", mas sempre relacionados com o setor e com o desenvolvimento do país. "Não há desenvolvimento sem engenharia e o país, se se quer desenvolver, precisa de engenheiros", justifica Roque Brandão, um dos responsáveis pela organização do evento.

Em declarações à "Vida Económica", o docente explica que "a fiscalidade verde é um tema atual, pois não há desenvolvimento sem energia". Daí a opção por este tema para a primeira

conferência do ciclo. Em jeito de balanço após a primeira conferência Roque Brandão, indica que o número de participantes superou as expectativas e acredita que este seja um bom presságio para as próximas conferências. Questionado sobre o impacto económico que se adivinha desta reforma fiscal, este professor assegurou ainda que é necessária uma "mudança de paradigma". "Temos de deixar de pensar só no consumo, e começar a pensar na sustentabilidade, na eficiência, e isso inicialmente poderá ter algum impacto negativo não só nas empresas, mas também no consumidor final, mas a médio prazo isso vai-se traduzir em benefícios para as futuras gerações", sentenciou.

Exportações cresceram 3% no ano passado

O ministro da Economia, António Pires de Lima, afirma que as exportações de bens e serviços terão crescido 3%, no ano passado. As previsões anteriores apontavam para um aumento de 3,7%. "As exportações terão crescido 3%, somando bens e serviços, com um decréscimo no sector dos combustíveis próximo dos 30%." Na proposta orçamental para este ano o Governo antecipa um acréscimo de 4,7% nas exportações, com as importações a crescerem cerca de 4,4%.

CONSIDERA O ADMINISTRADOR JUDICIAL REINALDO MÂNCIO DA COSTA

Expetativas criadas com o PER foram excessivas



"Impõe-se uma revisão um pouco mais profunda do que a proposta em curso", afirma Reinaldo Mâncio da Costa.

A redução de 9,37% do número de processos especiais de revitalização instaurados por empresas em 2014, relativamente a 2013, pode indiciar que o Processo Especial de Revitalização (PER) "já demonstrou que as expectativas criadas foram excessivas", pelo que "impõe-se uma revisão um pouco mais profunda do que a proposta em curso".

Segundo o administrador judicial Reinaldo Mâncio da Costa, da turnwin, "não é crível pensar que as empresas que haveria para reestruturar nesta sede quase extrajudicial já o fizeram", nem "parece razoável concluir que havia, apenas, 2281 empresas a necessitar de reestruturação".

Reservando que está em curso o processo legislativo que tem em vista a introdução de alterações nos regimes do PER e do SIREVE, a análise deste instrumento desde o seu arranque, em Maio de 2012, até 31 de Dezembro do ano transato, mostra que, até Junho de 2014, segundo o IAPMEI (SIREVE - Síntese Informativa), apresentaram-se ao SIREVE 406 empresas, ou seja, "teríamos de concluir que o tecido empresarial português nem estaria assim tão fragilizado pela crise económica". No conjunto PER e SIREVE, pouco mais de 2500 empresas necessitaram de reestruturação da dívida junto dos seus credores.

Já a taxa de sucesso do PER – traduzida pela percentagem de empresas que conseguiu a homologação do Plano de Recuperação que apresentou aos seus credores – é de 44,99%, "o que está em conformidade com a taxa de sucesso do SIREVE, tal como informa o IAPMEI no documento mencionado, que é de 46%".

PER "livre" de empresas jovens

Quanto ao perfil das empresas, Reinaldo Costa constata que o PER "não foi invadido

pelas empresas jovens, mas sim procurado por empresas adultas" e, até, por empresas maduras, com 20 anos ou mais.

Ao mesmo tempo, 34,67% das empresas que conseguiram a homologação do plano de recuperação apresentam em termos contabilísticos o passivo superior ao ativo, ou seja, capital próprio negativo à entrada no PER.

Assim, refere aquele administrador, "dado o elevado grau de incumprimento que se verifica na execução dos planos aprovados e homologados, mereceria ser considerado pelo legislador, em sede de introdução de alterações à Lei nº 16/2012, de 20-04, a instauração de restrições à entrada no PER", "aliás como proposto em sede de SIREVE", complementa.

PER de singulares cresce mais de 100%

No que se refere aos singulares, o número de PER aumentou de forma muito significativa, em 2014, relativamente a 2013, ao registar um crescimento de 112,04%. E, no mês de Dezembro de 2014, o número de processos instaurados por pessoas singulares ultrapassa, pela primeira vez, o número de processos instaurados por empresas (102 contra 70). Para Reinaldo Mâncio da Costa, a taxa de sucesso do PER – traduzida pela percentagem de pessoas singulares que conseguiu a homologação do plano de recuperação que apresentou aos seus credores – é de 40,50%. "Mas com uma diferença a registar", pois "se para 38,11% das empresas, ao insucesso no PER se segue o processo de insolvência, no caso de pessoas singulares esta percentagem é de 28,89%".

ATUALIDADE

Bancos gregos pedem dois mil milhões de euros

Três dos quatro maiores bancos gregos pediram cerca de dois mil milhões de euros ao Banco da Grécia. A operação foi autorizada pelo Banco Central Europeu. Este pedido surge na sequência da retirada de depósitos em grande volume, depois das eleições. O BCE aprovou a linha de emergência por duas semanas. O sistema financeiro grego perdeu 14 mil milhões de euros de depósitos, entre dezembro e janeiro.

Preços da produção industrial baixam na Zona Euro

Os preços da produção industrial registaram uma quebra de 1,5%, no ano passado, na Zona Euro e na União Europeia, de acordo com dados do Eurostat. Em dezembro, em termos homólogos, os preços na produção industrial baixaram 2,7% na região da moeda única e 3,1% na União. Já em Portugal, a descida foi de 3,3%, tendo sido este o sexto mês consecutivo de quebra. No caso português e na variação em cadeia, os preços da produção industrial desceram 1,9%, naquele que foi o quinto mês consecutivo de quebras.

MIGUEL GOMES DA COSTA, PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-MEXICANA, CONSIDERA

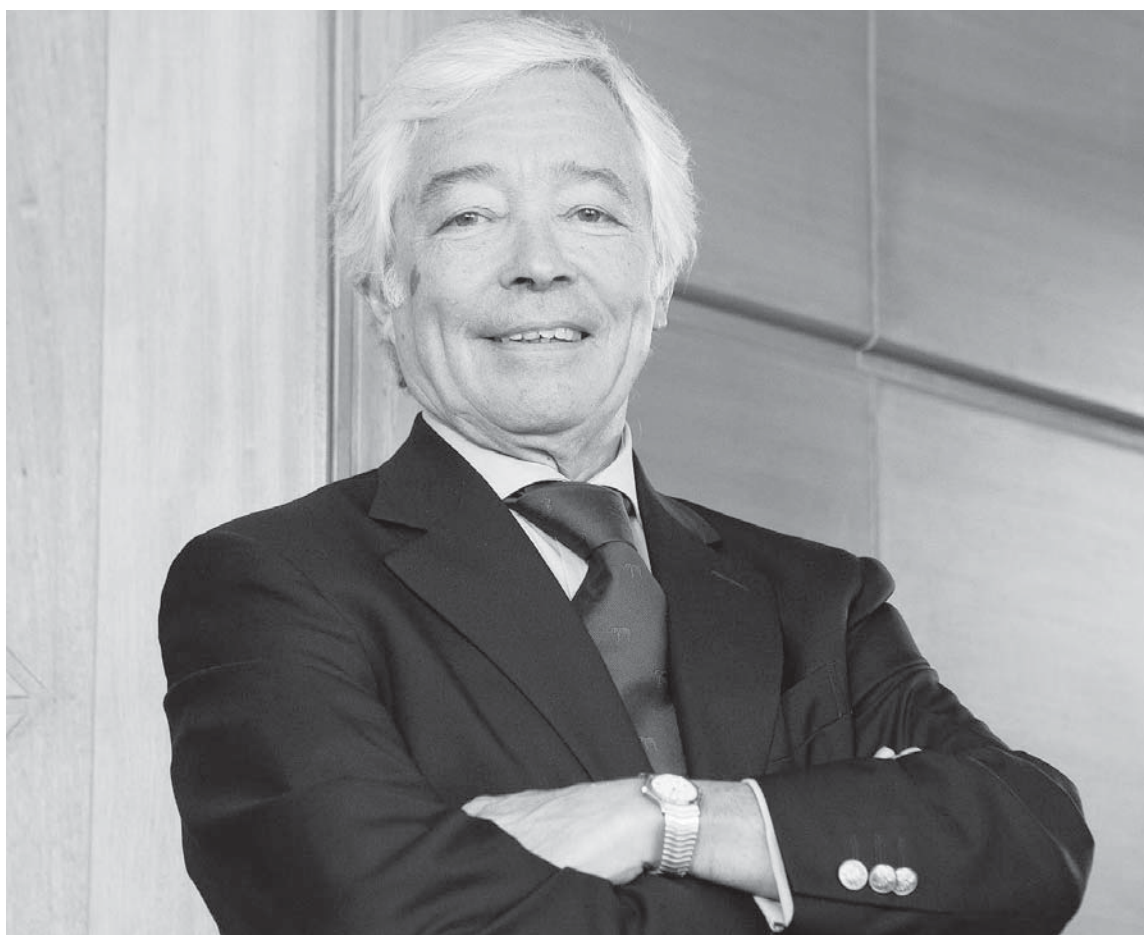
As empresas nacionais estão em posição para “atacarem” o merca

Através do Portugal Connect, projeto de internacionalização conjunto que a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana (CCILM) está a promover desde meados do ano passado com o apoio dos fundos do QREN, mais PME portuguesas poderão entrar no mercado mexicano - afirmou à “Vida Económica” Miguel Gomes da Costa, presidente da CCILM. Tecnologias de informação e ainda infraestruturas, energia e comunicações são as áreas com maior potencial de internacionalização.

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt

Apoiado pelo programa COMPETE, no âmbito do Sistema de Incentivos à qualificação de Pequenas e Médias Empresas (PME), na vertente de Projetos Conjuntos, o projeto Portugal Connect conta com um Investimento elegível de 379 mil euros correspondendo a um incentivo FEDER de 243 mil euros.

Tendo em conta “a experiência adquirida e a necessidade de dar continuidade ao trabalho já realizado”, está já a ser avaliada a “apresentação de uma nova candidatura no âmbito do “Portugal 2020”, adiantou à “Vida Económica” Miguel Gomes da Costa. O objetivo é que esta “permita associar de forma transversal PME de outros setores que possam aproveitar as suas vantagens tecnológicas comparativas em relação às suas congéneres mexicanas”, acrescentou o presidente da CCILM.



“O México tem condições que poderão potenciar um incremento a curto prazo das trocas comerciais e de investimento com Portugal”, afirma Miguel Gomes da Costa.

Novas missões empresariais ao México

Depois do destaque conseguido no último Congresso Mundial de Tecnologias de Guadalajara, realizado em outubro passado, há uma nova vaga de missões empresariais de empresas portuguesas que se preparam para voltar ao México no âmbito do projeto “Portugal Connect”. Lideradas pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana e contando com o apoio dos fundos europeus geridos pela AICEP, estão já previstas novas missões empresariais a este mercado, nomeadamente à Cidade do México, de 8 a 14

de fevereiro, a Monterrey; de 19 a 30 de abril e à “Virtual Educa 2015”, em Guadalajara, de 21 a 27 de junho, um dos mais importantes eventos a nível mundial do sector das tecnologias de educação.

Motivado pelos “resultados obtidos com a presença, no ano passado, em duas feiras internacionais, em Guadalajara e na Cidade do México, e na apreciação do conjunto de empresas nacionais presentes”, o presidente da CCILM admite estar otimista com as próximas missões empresariais.

apoiar a internacionalização das PME nacionais neste grande mercado”, o “Portugal Connect” conta com uma estrutura organizativa em Portugal, mas também com um conjunto de consultores mexicanos, “com larga experiência no seu meio empresarial”.

TI é o setor com maior potencial

Questionado acerca da importância do México enquanto parceiro económico de Portugal, o presidente da CCILM lembra que este país é considerado “um mercado emergente” e regista

Miguel Gomes da Costa revela estar confiante no desenvolvimento do projeto “Portugal Connect”, que “visa, precisamente, ajudar as PME portugue-

sas a ultrapassar as dificuldades de entrada num mercado que, naturalmente, pela sua própria dimensão e pelos custos que acarreta, traria muitas dificulda-

des” para as empresas que se lançassem na aventura de o realizar individualmente.

Deste modo, para assegurar “as condições necessárias para

Segurança Social envia 613 funcionários para a requalificação

Está completa a lista dos trabalhadores da Segurança Social que vão para a requalificação. A referida lista abrange um total de 613 trabalhadores, o que significa que houve uma descida relativamente aos 700 previstos inicialmente. Através deste regime, os funcionários são colocados em sistema de inatividade, passando a receber 60% do salário no primeiro ano, passando para apenas 40% nos anos seguintes. Quem tiver vínculo anterior a 2009 pode passar à segunda fase até à aposentação, já que não há lugar a despedimento.

Montepio revê em baixa estimativas de crescimento

O Montepio reviu em baixa as previsões de crescimento económico do último trimestre do ano passado. Esta revisão em baixa fica a dever-se, sobretudo, ao desempenho menos positivo das atividades industrial e retalhista. O PIB terá crescido apenas 0,4%, no período em análise. No setor do retalho, verificou-se um decréscimo mensal de 3,8%, enquanto a descida foi de 2,6% na produção industrial, refere o estudo da instituição financeira.

excelente do mexicano

Projeto Portugal Connect conta com um Investimento elegível de 379 mil euros

“taxas de crescimento históricas e esperadas superiores aos mercados tradicionais das exportações portuguesas”. Adicionalmente, este é também um país de “grande dimensão, com mais de 110 milhões de habitantes e um PIB na ordem do trilhão de dólares”, com uma “localização geográfica privilegiada”, condições que poderão potenciar “um incremento a curto prazo das trocas comerciais e de investimento com Portugal”.

Quanto aos setores com maior potencial, o responsável aponta, desde logo, “as tecnologias da informação, pelo desenvolvimento que têm tido em Portugal nos últimos anos, onde muitas PME têm apresentado novos e interessantes produtos”. Por isso, e tendo em consideração as reformas que o governo mexicano tem em curso na área da educação, das telecomunicações e da chamada “Agenda Digital”, as empresas nacionais “estão em excelente posição para exploração deste mercado”.

Ainda assim, o dirigente associativo ressalva que existem “outras reformas em curso no México, designadamente nos setores das infraestruturas, da energia e das comunicações” e que estas “deverão também merecer atenção por parte das empresas nacionais destes setores”.

O testemunho das empresas Micro I/O e IT Peers

Desafiadas pela “Vida Económica” a partilharem a sua experiência, duas das empresas que participaram nesta primeira fase da missão empresarial ao México salientam, desde logo, que este é um projeto “muito importante”, uma vez que “vêm ajudar as empresas a internacionalizar-se”.

Segundo Mário Couto, res-

ponsável pela internacionalização da Micro I/O, “a missão ao México resultou em reuniões com clientes para fecharmos negócio”. “Um dos nossos principais produtos, o UniCard Kids, teve mesmo bastante procura por parte das escolas mexicanas, uma vez que estas nada têm neste setor”, revela.

Especializada na criação de soluções integradas de software e hardware, desenvolvidas à medida, a Micro I/O é uma empresa de inovação na área da eletrónica que tem vindo a apostar na internacionalização, principalmente para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Todavia, neste momento, a empresa está também com os olhos postos na América do Sul e num futuro próximo o objetivo será a Europa.

Por seu turno, Jorge Silva, gestor de canal para a América Latina da IT Peers, indica que o que o levou a aceitar esta missão empresarial prendeu-se com a “dimensão do mercado mexicano”, assim como o espírito de abertura ao investimento externo revelado pelo atual presidente do México, Enrique Peña Nieto, que tem uma agenda muito dinâmica para reformular todas as infraestruturas, nomeadamente em Tecnologias de Informação e em Telecomunicações.

Jorge Silva enaltece ainda, o “dinamismo” da CCILM, uma vez que, se apercebendo destas novas oportunidades, “estreitaram ligações com empresas portuguesas que dificilmente teriam capacidades de irem sozinhas para o mercado mexicano”. “Em suma juntou-se o útil ao agradável”, refere.

Oferecendo serviços especializados em otimização de performance, virtualização, enterprise grid computing, cloud computing e continuidade, a IT Peers assumiu, há já alguns anos, o desafio da internacionalização e marca já presença em mercados como o Espanha, Moçambique, Brasil e Reino Unido. O objetivo assumido é que, até 2017, o peso dos mercados internacionais atinja os 80% do volume de negócios.

OBJETIVO É RECONHECER OS PRODUTOS PORTUGUESES

Comércio, serviços e restauração entram no Portugal Sou Eu

O programa “Portugal Sou Eu” foi alargado a novos setores do comércio, serviços e restauração.

Durante o “Novos Universos no Portugal Sou Eu”, evento que decorreu recentemente no Auditório Infante D. Henrique, na APDL - Associação do Porto de Leixões, em Leça da Palmeira, foram apresentadas as Condições de Adesão do Setor dos Serviços ao “Portugal Sou Eu”, o Estatuto do Estabelecimento Aderente e o Regulamento do Prémio “Menu Portugal Sou Eu”.

As condições de adesão do setor dos Serviços ao “Portugal Sou Eu” estão disponíveis no portal portugalsoueu.pt, podendo as empresas fazer já o seu registo.

Podem aderir ao Estatuto “Estabelecimento Aderente Portugal Sou Eu” todas as empresas que exerçam a atividade de comércio a retalho e restauração. O formulário eletrónico estará brevemente disponível no portal do “Portugal Sou Eu”, devendo ser complementado com uma declaração autodeclarativa de compromisso de honra.

Os critérios de adesão das empresas, que naturalmente cumprem as exigências legais em vigor, baseiam-se no número de produtos com o selo “Portugal Sou eu” comercializados ou utilizados na confeção das refeições.

Procura-se desta forma dinamizar a integração de produtos com o selo “Portugal Sou Eu”, valorizando a oferta nacional e fomentando uma escolha informada e ponderada junto do consumidor.

O Estatuto de Estabelecimento Aderente confere às empresas a



possibilidade de usarem sinalética específica do programa nas suas instalações e no seu material promocional.

O valor de adesão oscila em função do volume de negócios, variando entre os 100 euros e mil euros por ano.

A “Cabazes lusitanos”, inaugurada a 17 de dezembro de 2014, pelo Secretário de Estado Adjunto e da Economia, Leonardo Mathias, em Viseu, foi a primeira loja Estabelecimento Aderente “Portugal Sou Eu”.

Prémio “Menu Portugal Sou Eu”

O Prémio “Menu Portugal Sou Eu” foi criado com o propósito de estimular os estabelecimentos de restauração e público ‘Gourmet’ a preferirem produtos com o selo “Portugal Sou Eu”, no âmbito da oferta diversificada da gastronomia portuguesa.

As candidaturas para o Prémio “Menu Portugal Sou Eu” estarão abertas entre 15 de fevereiro e 31 de maio de 2015 e serão acompanhadas por um júri especializado.

O processo de seleção decorre em duas fases.

Programa abrange mais de três mil produtos

O programa “Portugal Sou Eu” foi lançado em dezembro de 2012. Até ao momento estão qualificados com o selo “Portugal Sou Eu” mais de 3100 produtos que, no seu conjunto, representam um

volume de negócios agregado superior a 3,1 mil milhões de euros.

A grande maioria dos produtos tem patentes e/ou marcas registadas e 76 % integra o setor da alimentação e bebidas. No portal www.portugalsoueu.pt estão registadas mais de 1100 empresas nacionais, cujos produtos estão em processo de qualificação.

São já várias as figuras públicas de diversos quadrantes da sociedade portuguesa que aceitaram o convite do Ministério da Economia para serem Embaixadores do projeto. Através dos seus testemunhos e da presença em eventos, os 17 Embaixadores do “Portugal Sou Eu” (Carlos Coelho, Carolina Piteira, Cláudia Vieira, Cristina Ferreira, Cuca Roseta, Fátima Lopes, Fernanda Freitas, Fernando Gomes, Henrique Sá Pessoa, João Manzanra, Júlio Isidro, Júlio Magalhães, Justa Nobre, Luís Buchinho, Luís Onofre, Rosa Mota e Vítor Sobral) têm contribuído, através da participação em ações diversas, para sensibilizar e divulgar a iniciativa por todo o país.

O Portugal Sou Eu tem financiamento do programa Compete e é gerido por um órgão operacional, formado pela Associação Empresarial de Portugal (AEP), Associação Industrial Portuguesa-Câmara de Comércio e Indústria (AIAP-CCI), Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP, a quem compete coordenar este mesmo órgão.

ATUALIDADE

Multas no valor de 11 milhões ficam por cobrar nos transportes

Ficaram cerca de 85 mil multas por cobrar no setor dos transportes, no ano passado, num valor de quase 11 milhões de euros. A maioria destas coimas foi passada pela CP e o atraso verificado terá a ver com problemas informáticos. A Autoridade Tributária e Aduaneira deveria ter arrancado com o sistema fiscal de multas, o que não aconteceu. Trata-se de um problema de incompatibilidade entre o sistema da AT e o das empresas de transportes públicos.

Portugueses investem 1,5 mil milhões em certificados

Os portugueses investiram um valor recorde em certificados de aforro e certificados do tesouro, em janeiro. Esta corrida ficou a dever-se ao anúncio dos cortes que iriam ser feitos nas taxas. O valor superou a fasquia de 1,5 mil milhões de euros até ao final da semana passada. De notar que apenas no primeiro mês do ano o Estado garantiu perto de dois terços do financiamento previsto com a subscrição deste tipo de produtos para todo o ano.

Comunicação de inventários prorrogada até hoje

A comunicação de inventários, estabelecida pela Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2015, vem introduzir a nova obrigatoriedade de comunicação eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) dos inventários apurados no final do exercício anterior para as empresas com volume de negócios superior a 100 mil euros.

Segundo a AT, "a estrutura do ficheiro através do qual é exigida a comunicação dos inventários reveste-se da maior simplicidade, não exigindo quaisquer custos com a aquisição, adaptação ou desenvolvimento de "software" e baseia-se em informação de que todas as empresas com volume de negócios superior a 100 mil euros (as quais possuem obrigatoriamente SAFT PT e programas de faturação certificados) já hoje dispõem".

Por se tratar da primeira vez em que este envio é exigido, o secretário de Es-

tado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, autorizou que, excecionalmente, o prazo para o cumprimento da obrigação de comunicação de inventários fosse prorrogado até hoje, 6 de fevereiro de 2015.

No mesmo despacho, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou ainda à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) que promova a realização, com início ainda em fevereiro, de uma ação de âmbito nacional de verificação física, mediante contagem, dos bens constantes dos inventários comunicados pelas empresas. Esta ação deve incidir sobre todas as empresas que, revelando indicadores de risco de omissão de vendas, não tenham efetuado a sua declaração ou regularização até à última declaração periódica do IVA do ano 2014, a entregar até aos dias 10 e 15 de fevereiro de 2015, respetivamente, para o regime mensal e trimestral.



Novas medidas de combate à fraude e evasão fiscal

Foi divulgado na semana passada no Portal do Governo o documento "Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras para o triénio 2015-2017", que elenca a listagem das 40 medidas prioritárias no combate à fraude e evasão fiscais e à economia paralela, as quais serão concretizadas já em 2015.

Segundo o Governo, as novas medidas são determinantes para garantir uma mais justa repartição do esforço fiscal e sancionar de forma mais efetiva as práticas dolosas de incumprimento fiscal, no seguimento do plano respeitante ao triénio anterior.

PORTUGUESE HOUSING MARKET SURVEY

Preços das casas estão mais estáveis em Portugal

A recuperação sustentada da atividade no mercado de compra e venda de casas em Portugal tem resultado na estabilização dos preços, os quais se mantêm relativamente inalterados ao longo dos últimos oito meses, nota o inquérito Portuguese Housing Market Survey (PHMS) de dezembro. Produzido pelo RICS (Royal Institution of Chartered Surveyors) e pela Confidencial Imobiliário (Ci), este estudo é mensal e avalia os setores de compra/venda de casa e de arrendamento em Portugal, tendo uma repartição regional que cobre Lisboa, Porto e Algarve.

Os resultados de dezembro destacam que a confiança no mercado de compra e ven-

do no âmbito da promoção do cumprimento voluntário das obrigações fiscais e aduaneiras, destaca-se a utilização, de forma mais recorrente, dos Acordos Pré-vios de Preços de Transferência (APPT), de modo a assegurar a previsibilidade no tratamento fiscal dado a determinadas operações estabelecidas no seio dos grupos económicos.

Ainda em matéria de preços de transferência, estão previstas várias medidas ao nível da aplicação e avaliação. Está igualmente previsto o incremento do número de técnicos.

da continuou a reforçar-se. Por um lado, a procura por parte dos novos compradores continuou a aumentar, um crescimento que se verifica quase há um ano e meio de forma ininterrupta. Também as vendas acordadas aumentaram em dezembro pelo 12º mês consecutivo. Esta recuperação tem levado a que os preços se mantenham mais ou menos estáveis nos últimos oito meses.

No mercado de arrendamento, a procura por parte dos arrendatários continuou a subir em dezembro a um ritmo estável. As expectativas relativas à renda apontam para uma tendência relativamente estável para os próximos três meses.

Clube dos Pensadores recebe Rui Rio



Joaquim Jorge, fundador do Clube dos Pensadores (CdP), convidou Rui Rio para estar presente num debate, dia 9 de fevereiro, segunda-feira, pelas 21h30, no Hotel Holiday Inn em Gaia.

Rui Rio é economista, foi presidente da Câmara do Porto, destacado dirigente do PSD, em que foi secretário-geral do PSD, com Marcelo Rebelo de Sousa, e vice-presidente com Durão Barroso, Pedro Santana Lopes e Manuela Ferreira Leite. No

plano partidário é considerado um possível candidato a líder do PSD.

No plano nacional, também um possível candidato a primeiro-ministro ou eventualmente candidato a Presidente da República.

Muitos portugueses e muitos sociais-democratas acalentam a esperança de que Rui Rio um dia lidere o PSD e Portugal. A sua prestação na CM Porto e na vida pública demonstra um perfil austero e equilibrado.

Setúbal atinge recorde na carga movimentada

O Porto de Setúbal atingiu o recorde de oito milhões de toneladas de carga e 100 mil TEU. O objetivo da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra é chegar aos 10 milhões de toneladas e 250 mil TEU, num período de apenas três anos. Trata-se, de acordo com os seus responsáveis, de posicionar o Porto de Setúbal como "porto core" no âmbito da União Europeia. A melhoria dos resultados fica a dever-se, em grande medida, à otimização das operações portuárias, o que tem permitido aumentar a produtividade e a competitividade.



TELMO AZEVEDO FERNANDES
MBA. Especialista em
Internacionalização
telmo.azevedo.fernandes@gmail.com

A morte feliz

Existem cerca de 700 mil empresas individuais e mais de 350 mil sociedades em Portugal. Destas últimas, menos de 6% são exportadoras. Dos funcionários ao serviço das sociedades, 8 em cada 10 estão empregados em empresas que trabalham apenas no mercado nacional. Das cerca de 20.000 empresas exportadoras, quantas os serviços da AICEP apoiam? E qual a percentagem que recebe apoios do QREN? Por muito que se queira passar a imagem contrária, apenas uma ínfima parte dos empresários portugueses estão a ser "ajudados" e, claro, em prejuízo da esmagadora maioria de todos os outros. O Estado determina assim quem ganha e quem perde. Desvia o dinheiro de todos, para beneficiar apenas uns quantos. É esta, em fim de linha, a moral da história que quase ninguém conta e que é credo dos socialistas de vários quadrantes políticos, do CDS ao Bloco de Esquerda. (Nota para o leitor menos atento: sim, há muitos socialistas de direita). Não fosse por inúmeras outras razões, este é motivo mais do que suficiente para que qualquer ministro da Economia que se preze tenha por única missão acabar tão depressa quanto possível com o seu ministério. Em todo o caso, o Estado não deve ser "amigo das empresas". Tem é de ser amigo dos contribuintes, de cada cidadão individualmente considerado. A intervenção estatal na economia distorce a concorrência e faz com que a sorte (ou azar) com que qualquer verdadeiro empresário tem de lidar num ambiente saudável esteja quase predestinada ou, pelo menos, seja previsível. O sucesso das empresas fica dependente dos favores daqueles que têm poder político e não das competências internas distintivas das suas organizações. A cada vez maior vontade do Estado em delinear "estratégias de crescimento" e implementar "planos de desenvolvimento" atinge o seu êxtase na "promoção das exportações". Eis a guerra do momento: temos de exportar "contra" as importações dos outros. As exportações são "boas", enquanto que as importações são "más". Fosse hoje Adam Smith vivo e, no mínimo, classificaria tudo isto de absurdo. É extraordinário como ainda se acredita que para sermos mais ricos temos de vender mais ao exterior do que comprar, acumulando dinheiro. É impressionante como ainda se confunde défice comercial com dívida. É excecional como ainda não se percebeu que, assim como se produz para se consumir, também se exporta para importar. Os nossos políticos já definiram pois que a prioridade da nova vaga de fundos do QREN deve ser dada à "internacionalização". É neste quadro que dezenas de associações estão já excitadíssimas por verem de novo formas de pagarem as suas estruturas à custa de uma indústria de organização de "ações coletivas" e que muitas empresas anseiam por uma bolsa de oxigénio que lhes permita continuar a viver com a sua falta de competitividade. Como pano de fundo, lá manteremos a habitual forma de fazer negócios em Portugal, vivendo à custa de rendas, conseguidas através da influência ou controlo do aparelho do Estado por aqueles grupos de interesses que se organizam para o efeito. Há um funeral em que gostaria de participar e um defunto que gostaria de ver partir: o ministério da economia.

EDP conclui venda de ativos à Redexis

No âmbito do acordo alcançado com a Redexis, a EDP, através da sua subsidiária no negócio do gás em Espanha, concluiu a venda dos ativos detidos pela Gas Energia Distribucion Murcia. O montante recebido foi de 186 milhões de euros, resultando numa mais-valia de cerca de 78 milhões de euros. A conclusão da transação vai permitir o encaixe de mais 51 milhões de euros e deverá resultar numa mais-valia adicional estimada em perto de cinco milhões de euros.



FRANCISCO JAIME QUESADO
Especialista em Estratégia, Inovação e
Competitividade

ECONOMIA PORTUGUESA CONFRONTADA COM DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE

A agenda do novo crescimento

Na sequência do fim do processo de ajustamento externo, impõe-se para a economia portuguesa uma agenda do novo crescimento. Impõem-se neste novo ciclo algumas mudanças – uma maior disciplina orçamental, uma melhor utilização dos recursos disponíveis e sobretudo uma aposta convincente no reforço sustentado das exportações e na captação de investimento estratégico de inovação. Crescer implica assim uma nova atitude individual em termos de inovação e criatividade, mas também uma nova filosofia coletiva de abordagem da dimensão da produtividade competitiva. Como é que vamos além dos grandes números (PIB por habitante) e identificamos as variáveis concretas que vão propiciar aquela convergência? Como é que se passa do debate macro-económico para o chão das empresas? Em primeiro lugar, um estudo recente da OCDE e o Anuário do INE já identificaram causas para a falência do modelo atual, de onde se salienta: um modelo exportador, mas que é reativo relativamente aos mercados e relativamente pobre em valor acrescentado; uma crença no IDE sem a adequada incorporação de produção ou decisão nacional naquilo que faz; transferência de mão de obra e capital para atividades de baixo valor acrescentado, em alguns serviços (ex: turismo) e na construção civil – indicadores recentes mostram a

relativa improdutividade da construção e dos serviços face à indústria porque comparam o nº de empresas e de empregados com o VAB que devolvem ao País. Numa frase, com este modelo obtivemos um País de baixa produtividade e muito dependente do exterior, porque implementámos mal o que parecia ser uma boa receita: exportações; infra-estruturas; atração de capital estrangeiro via investimentos e via turistas. Impõe-se corrigir o rumo e a posição dos protagonistas do processo de desenvolvimento do País, em ordem a obter um modelo mais assertivo e mais eficaz. As variáveis para esse processo, com base em dados do Fórum Económico Mundial e para o caso português, são: aumentar as exportações no PIB, mas fazê-lo porque se trabalha para clientes mais exigentes. Abandonar a captação de clientes baseada nas vantagens de preço baixo e procurar os clientes mais sofisticados – pagam mais pelo valor acrescentado e ainda nos desafiam a modernizar e a aumentar os nossos padrões de exigência a vários níveis. Isto reforçará fatores de competitividade baseados em recursos e capacidades únicos, flexíveis e valiosos, por oposição aos modelos mecânicos, lineares, baseados na minimização de custos; apostar na dinamização de indústrias de bens transacionáveis de média e alta intensidade tecnológica, procurando envolvê-las com os grandes investimentos

de IDE. Isto reforçará o capital empreendedor, normalmente em micro e médias empresas/projetos, e contribuirá para a fixação de conhecimento, ganhos económicos e aumentos nos centros de decisão portugueses; apostar na educação superior e na formação. Mas isto não significa elevar o número de diplomados por si. Significa promover o grau de utilidade da educação/formação para as empresas. Actualmente assiste-se à emigração de talentos ou ao subemprego de licenciados, por falta desta relação entre centros de formação e empresas. A solução não é um "superplano" que aponte as áreas prioritárias – isto é ineficaz. É antes introduzir concorrência e liberdade de opção entre as escolas, universidades e centros de formação, para além dos investimentos em estrutura e nas pessoas dessas instituições. Rapidamente os benefícios da internalização de mecanismos de mercado serão transpostos para outras áreas de welfare; o setor público consome, em despesa total, quase 50% do PIB português. É preciso refletir muito seriamente sobre tomar uma de duas opções: ou este número se reduz para níveis mais eficientes, em torno dos 40%, com a necessária revisão das funções do Estado; ou o setor público aprende a tornar-se mais produtivo e devolve à sociedade, em serviços públicos e em bem-estar, tanto ou mais quanto lhe cobra em impostos.



PEDRO AMARO,
Process Manager da Mind Source

A era em que a gestão documental dá lugar à gestão de informação

Longe vão os tempos em que a digitalização de documentos servia apenas para cópia digital do original em papel. Nos últimos dez anos, os documentos começaram a ser digitalizados no momento de entrada dos processos e tinham o mesmo tempo de vida que a conclusão do processo em causa. No entanto, com o paradigma de maximização do acesso simplificado à informação, é necessário ter os documentos em arquivo para consulta durante muito mais tempo, sendo os mesmos expurgados em alguns casos muitos anos depois de o processo terminar. Hoje em dia, os documentos circulam cada vez menos em papel, assumindo a forma de um formulário eletrónico, de um e-mail, de uma opinião numa caixa, de comentários num site, sendo sempre informação útil para qualquer organização que pretenda ter processos ágeis e fáceis de interpretar pelos utilizadores internos. Assim é mais fácil à Gestão de Topo ou à Gestão Intermédia medir performances de resposta e de execução em cada departamento. Este paradigma leva a

que toda a informação, quer em papel quer digital, seja crítica na mais-valia de qualquer negócio e/ou processo de uma empresa. A gestão de informação irá permitir gerir e organizar todos os processos da organização de forma mais cuidada e sempre com um sistema de tracking em tempo real. Será também possível fornecer aos clientes finais das organizações tempos de resposta mais precisos. Os sistemas de gestão de processos são cada vez mais importantes para o negócio, deixando de ser apenas uma forma de fazer fluir a informação entre departamentos, passando também a ser responsável por gerir a mesma e manter os tempos de resposta dos processos on time. Os sistemas de arquivo também estão interligados com os processos existentes, fundamentais para que a informação esteja disponível com pouco mais que uma pesquisa e à distância de um clique. A existência de sistemas de pesquisa não estruturada é cada vez mais fundamental para que a gestão da informação seja de real utilidade para o utilizador no dia a dia.

Toda a camada de serviços que fornece a ligação entre processos e arquivo deve responder a uma estruturação concreta e específica. Só dessa forma poderemos ter como certa a mais-valia da informação em arquivo, sendo o seu acesso o mais direto possível. Nas organizações de hoje e que queiram ser bem-sucedidas, a gestão de informação quer-se cada vez mais ágil, permitindo que, com a evolução ao nível de clouding, o acesso à informação em arquivo seja realizado em qualquer local e em qualquer momento. Juntando a mobilidade à eficácia dos processos já existentes nas organizações, a mais-valia do negócio crescerá exponencialmente e os custos serão reduzidos com o acelerar da conclusão dos processos com os clientes finais. No futuro tudo será informação que cada organização quererá ter tratada mediante o seu modelo e arquivada da sua forma, podendo assim obter valor acrescentado no seu negócio e nos serviços prestados aos seus clientes. ***TEXTO ESCRITO AO ABRIGO DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE 1990 EM VIGOR DESDE 2009.**

ATUALIDADE/Opinião**JLL reforça Retail Leasing com Cláudia Ramos e Bruno Rosa**

A JLL contratou dois novos consultores para o Departamento de Retail Leasing, área responsável pela colocação em Lisboa e no Porto de marcas como a Guess, a Fendi Casa Collection, a Pimko, a Adidas, a Mango ou a Viva. Cláudia Ramos e Bruno Rosa são os dois reforços do Departamento de Retail Leasing da consultora.

Pelcor distinguida pela Generation Awake

A Generation Awake distinguiu a Pelcor com o um dos exemplos de modelo de negócio baseado na economia circular, em Portugal. Trata-se de uma campanha desenvolvida pela Comissão Europeia para promover o uso sustentável dos recursos. Ora, a Pelcor revolucionou o conceito do uso da cortiça, com base na inovação, na sustentabilidade e no design. De notar que o nosso país é detentor de mais de 50% da produção da cortiça mundial, com a Pelcor a apostar na produção de acessórios em pele de cortiça.



VÍTOR PEIXOTO
da Sociedade de advogados Nuno Cerejeira
Namora, Pedro Marinho Falcão & Associa-
dos

A redução dos créditos salariais no PER: inconstitucional?

O processo especial de revitalização (doravante PER) é um procedimento aditado ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (doravante CIRE) pela Lei n.º 16/2012, de 20 de Abril, cuja principal finalidade é permitir a qualquer devedor que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação, estabelecer negociações com os respetivos credores, de modo a concluir com estes um acordo conducente à sua revitalização económica (art.º 17.º-A do CIRE).

É manifesto que este processo tem como intenção a prevenção de uma situação de insolvência, pois, ao dirigir-se àqueles cuja recuperação económica ainda seja viável, permite-lhes manterem-se no giro comercial. Com este instrumento pretende-se favorecer a recuperação económica das empresas, evitando o seu desaparecimento da teia mercantil e os prejuízos que daí advêm.

O sucesso do PER depende da aprovação de um plano de recuperação, negociado entre o devedor e os seus credores e que se considera aprovado quando reunir mais de dois terços da totalidade dos votos emitidos e mais de metade dos votos emitidos correspondentes a créditos não subordinados, não se considerando para tal as abstenções (n.º 3 do art.º 17.º-B do CIRE). Aceite o plano de recuperação, o mesmo é sujeito a homologação judicial e vincula os credores, mesmo aqueles que não tenham participado nas negociações (n.º 5 e n.º 6 do art.º 17.º-F do CIRE).

Assim, uma vez aceite judicialmente o plano de recuperação, o mesmo eterniza-se para todos os devedores: quer os que o votaram favoravelmente; quer aqueles que votaram contra; quer os que se abstiveram de votar.

Chegados aqui, cumpre-nos analisar a posição dos trabalhadores de uma entidade que recorreu ao PER.

Face à especial tutela que o trabalhador e os seus créditos merece no nosso Direito positivo, questiona-se a constitucionalidade da sua vinculação a um plano de recuperação, o qual não votou favoravelmente, não participou ou em que se absteve de votar.

O credor-trabalhador tem que suportar as consequências da aprovação de um plano de recuperação, que pode implicar a redução dos seus créditos, o não pagamento de juros e a cessação da suspensão do contrato de trabalho, motivada pelo não pagamento de salários (assumindo que o PER pode consistir num acordo de regularização das retribuições dos trabalhadores nos termos da alínea c) do art.º 327.º do Código do Trabalho)?

Vejam.

Um dos primeiros argumentos para sustentar esta inconstitucionalidade é a violação do direito à retribuição, consagrado na alínea a) do n.º 1 e no n.º 3 do art.º 59.º da Constituição da República Portuguesa (doravante CRP).

As mencionadas normas consagram o direito a uma justa retribuição, que obedeça ao princípio de “trabalho igual salário igual” e permita garantir uma existência condigna, incumbindo a lei ordinária de proteger especialmente os salários. A “ratio” da norma constitucional impõe que o direito à retribuição deve ser proporcional à quantidade, qualidade e natureza do trabalho prestado.

Se existem trabalhadores a participar no PER, é porque existem créditos laborais em débito, sendo certo que para a aprovação daquele e a consequente revitalização da empresa poderá verificar-se a redução dos mesmos.

Será que reduzir esses créditos coloca em causa o direito à retribuição e viola as especiais garantias de que gozam os salários?

É certo que com o plano de recuperação prevalece a tutela empresarial, em detrimento da tutela particular dos credores, e que com aqueles os trabalhadores não estão isentos da redução dos seus créditos. Os créditos salariais gozam de várias garantias especiais (entre outros: privilégios creditórios, responsabilidade solidárias de sociedades em relação de domínio ou de grupo, Fundo de Garantia Salarial, limites à penhora e à cessão de créditos, proibição de compensação e descontos). Contudo, o regime jurídico do PER não consagrou nem mandou aplicar nenhuma garantia especial aos créditos salariais que sejam discutidos no seu âmbito.

Quicá sem a revitalização da empresa empregadora os trabalhadores veriam os seus créditos irrecuperáveis, o que seria a pior violação do constitucional “direito à retribuição”.

A favor da inconstitucionalidade da situação em análise refere-se, também, que a mesma põe em causa o direito à segurança no emprego, previsto no art.º 53.º da CRP.

Este direito, próprio dos trabalhadores, traduz a garantia da proibição do despedimento sem justa causa, assegurando que o trabalhador, enquanto tal, esteja munido da respetiva dignidade, e não funcionalizado aos interesses do empregador.

Com o PER subalternizam-se os direitos do trabalhador em favor do interesse geral na revitalização da empresa, sendo certo que o primeiro não tem uma posição inamovível e inatácável na estrutura do empregador (disso outros exemplos: a cessação do contrato

de trabalho por extinção do posto de trabalho e por caducidade de contrato a termo).

Acresce que ao trabalhador é possibilitada a intervenção no PER, pois pode reclamar os seus créditos (n.º 2 do art.º 17.º-D) e intervir no processo de negociação do plano de recuperação (n.º 7 do art.º 17.º-D).

Arriscamos a dizer que a aprovação de um PER pode, em alternativa à insolvência do empregador, garantir (ele próprio) a segurança no emprego. São maiores as probabilidades de os créditos dos trabalhadores não serem recuperados na insolvência do que no PER, a que acresce a possibilidade de manutenção dos respetivos postos de trabalho.

Por fim, discute-se se o PER pode pôr em causa o princípio da confiança, implícito na CRP, pois os trabalhadores-credores têm a expectativa de um crédito que o procedimento especial de revitalização pode diminuir.

Entende-se que se deve aplicar o princípio da confiança quando estejam reunidas expectativas que sejam certas, compreensíveis, razoáveis, determináveis, estáveis e previsíveis.

Ora, se é certo que os trabalhadores têm expectativas em relação ao recebimento dos seus créditos que revelam todas aquelas características, há algo a ter em conta: a álea, o risco, a incerteza que sempre acompanha um crédito.

A isso acresce o facto de se entender que o princípio da confiança se dirige essencialmente ao Estado, exigindo-lhe uma conduta de boa-fé nas suas atuações.

Talvez o tópico mais relevante para a questão em análise derive do facto de a aprovação do plano de recuperação poder pôr em causa o princípio da igualdade dos credores, previsto no art.º 194.º e aplicável à decisão judicial de homologação do plano de recuperação, nos termos do n.º 5 do art.º 17.º-E, ambos do CIRE.

Com efeito, tal norma (sem consagração constitucional) prevê a regra da “par conditio creditorum”, impondo a igualdade de tratamento dos credores, pelo que podemos questionar se a posição dos trabalhadores não é afetada quando vêem os seus créditos reduzidos enquanto outros se mantêm inalterados.

Todavia, a própria norma ressalva “diferenciações justificadas por razões objetivas”, abrindo a porta a um tratamento diferenciado de credores. Note-se que o princípio da igualdade de tratamento de credores não implica um tratamento absolutamente igual, permitindo que situações diferentes sejam tratadas de modo diferente na medida dessa diferença.

O princípio não atribui um direito absoluto à igualdade e, não obstante a

importância e garantias que rodeiam os créditos salariais, os mesmos podem ser restringidos nos termos da CRP, nomeadamente quando analisados à luz do princípio da proporcionalidade.

Acrescente-se que sempre será possível garantir a posição dos trabalhadores relativamente ao despacho judicial que homologa o plano através de recurso, nos termos gerais do Código de Processo Civil.

Sucintamente, destaca-se, desde logo, que o legislador não especificou a posição do credor-trabalhador do PER, não lhe atribuindo um qualquer voto especial ou uma qualquer garantia dos seus créditos, além das já previstas.

O PER consiste numa medida legislativa imposta pelo Memorando de Entendimento sobre as Condições de Política Económica, celebrado em 2011 entre o Governo português e a “troika”, pelo que é necessário atender ao conturbado contexto em que foi positivado. A revitalização das empresas e a sua manutenção em funcionamento eram (e continuam a ser) fulcrais para a recuperação das finanças e economia nacionais.

Com isso, não se pretende uma ponderação de interesses que implique a relativização da posição dos trabalhadores, mas o surgimento de o PER implica a adoção de um novo paradigma, assente no saneamento financeiro das empresas com vista a evitar a sua insolvência, o seu desaparecimento do tráfego comercial. Atento o facto do PER se dirigir à recuperação das empresas, impõe-se a consideração de fatores supra-individuais, nomeadamente a sua relevância pública.

Por tudo quanto foi exposto, e por entender não se verificarem motivos suficientes para pender para a inconstitucionalidade, propugno pela constitucionalidade da vinculação dos trabalhadores ao PER que não votaram favoravelmente, no qual não participaram ou em que se abstiveram, mesmo que implique a redução dos créditos salariais. Conforme Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido a 25 de Março de 2014, “o CIRE mudou de paradigma, tendo agora como desiderato principal a recuperação, a revitalização”, pelo que funcionando o plano de recuperação como alternativa à liquidação da empresa, exige-se uma especial pesagem dos interesses em causa, feita com o maior bom senso.

Concluo como o citado acórdão, dizendo que “seria desproporcional que o processo especial de revitalização fosse inviabilizado pelo facto de um dos credores, por não ter visto contemplado o seu crédito na plenitude das garantias que o exornam, pudesse conduzir à não homologação do plano de recuperação de uma empresa”.

Governo alemão revê em alta crescimento do PIB

O Governo alemão reviu em alta as suas estimativas de crescimento do PIB para este ano, tendo passado de 1,3% para 1,5%, sobretudo em resultado da recuperação do consumo interno, tendo em conta o aumento do emprego e dos salários. O emprego deverá também alcançar um novo recorde, com 42,8 milhões de trabalhadores. Entretanto, o Executivo de Merkel vai continuar a consolidação orçamental e espera encerrar já este ano com um défice zero.

Plano Juncker poderá criar dois milhões de postos de trabalho

O plano de investimento proposto pelo presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, poderá criar mais de 2,1 milhões de postos de trabalho, até ao ano de 2018. As estimativas são da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta entidade destaca o facto de os investimentos, na União Europeia, continuarem em níveis muito abaixo dos que se registavam antes da crise económica. Ainda é demasiado baixo para incidir de forma significativa no emprego. A OIT continua a insistir na necessidade de reformas de carácter mais estrutural no que toca ao mercado laboral.

Setor da aviação sofre novo impulso no sentido da concentração

O setor da aviação comercial está novamente a dar sinais de concentração. A realidade é que as companhias estão com resultados acima dos esperados, há mais facilidade no acesso ao financiamento e os ativos estão a ser vendidos a preços mais adequados. As companhias aéreas sabem que a dimensão é essencial numa indústria cada vez mais competitiva.

Uma das operações mais recentes representa um bom exemplo do que se está a passar no setor das companhias aéreas. A Ibéria e a British Airways (IAG) vão contar com um novo sócio. A Qatar Airways anunciou a compra de 9,99% do capital da IAG e tem planos para aumentar a sua presença no longo prazo. Aliás, há quem pense que uma outra operação poderá ocorrer num período de tempo relativamente curto, tendo em conta as condições de mercado que se verificam. De notar que a incorporação de um novo acionista de referência sucede precisamente numa altura de OPA da IAG sobre a Aer Lingus. O que só é possível, em grande medida, devido ao alívio dos custos, por via da descida dos preços dos combustíveis.

De salientar que a IAG já tinha uma relação bastante estreita com a companhia aérea dos Emiratos, na medida em que já operavam juntas na aliança Oneworld. Os



A Qatar Airways não descarta a possibilidade de, no longo prazo, reforçar a posição na IAG, o que traduz otimismo.

responsáveis do grupo europeu veem com bons olhos esta entrada da Qatar Airways no seu capital, até porque é uma companhia aérea que se posiciona na primeira linha do setor a nível mundial. Além disso, são esperadas siner-

gias importantes, bem como uma integração de rotas. Apesar de não terem sido revelados valores, os analistas acreditam que a operação não deverá ficar abaixo de um preço na ordem dos 1,5 mil milhões de euros. Uma outra

boa notícia é que há a intenção, no médio ou longo prazos, de a presença na IAG ser reforçada. Além do mais, o negócio acontece numa altura de alta bolsista, pelo que acaba por ser benéfico para todas as partes envolvidas.

Inflação volta a descer na Zona Euro

Os preços ao consumo baixaram de forma mais acentuada do que se previa, na Zona Euro, no mês de janeiro. O que dá mais força ao plano do Banco Central Europeu (BCE) de venda de ativos em grande volume, precisamente para garantir uma recuperação da taxa de inflação.

O índice de preços ao consumo, nos 19 países da moeda única, baixou 0,6% num ano, depois de ter recuado 0,2%, em dezembro. Ora, os analistas esperavam uma descida bastante inferior. A amplitude da quebra constatada em janeiro iguala aquela verificada em julho de 2009, durante o único período de inflação duravelmente negativo conhecido na Zona Euro. Quanto à taxa de desemprego, apresentou um recuo para 11,4%, em dezembro, depois de ter permanecido em 11,5%, durante três meses consecutivos. Em igual mês do exercício anterior, essa taxa era de 11,8%, de acordo com os dados do Eurostat.

Conceito de BRIC começa a diluir-se

A degradação das economias brasileira e russa colocam cada vez mais em causa o conceito de BRIC nos países emergentes. As reformas estão a revelar-se positivas para os mercados chinês e indiano. Ou seja, os BRIC passarão apenas a IC, enquanto deixa de fazer sentido incluir neste grupo o Brasil e a Rússia, no que respeita ao mercado bolsista.

A realidade é que a China e a Índia optaram pelas reformas e isso já se faz notar na confiança dos investidores. A China tem apostado numa melhor utilização dos seus recursos humanos, ambientais e financeiros. É esperado um crescimento económico mais lento, mas mais sustentado e consistente. Na Índia, as reformas passam por tornar as administrações mais eficazes, de forma a que os investimentos decorram de forma mais rápida. O Brasil e a Rússia foram por caminhos errados, estando muito dependentes das matérias-primas, especialmente do petróleo. Além disso, não são países propriamente conhecidos pelo seu rigor orçamental. Os analistas não deixam ainda de chamar a atenção dos investidores para uma realidade, a existência de outros países emergentes. Alguns há que estão a ganhar importância e com crescimentos muito interessantes, como são os casos do México, da Indonésia ou da Colômbia. Os seus mercados bolsistas arriscam tornar-se bastante atrativos num futuro não muito distante.

Preço do petróleo tende a acelerar a deflação

A forte quebra nos preços do petróleo é um elemento importante para sustentar as economias desenvolvidas. No entanto, faz-se acompanhar de um agravamento da taxa de deflação, como faz notar a Comissão Europeia. O FMI adianta mesmo que a descida do preço do crude poderá contribuir com cerca de 0,8% para o PIB global.

Mas há problemas graves que se colocam, neste momento, como é o caso da Zona Euro. A ameaça de deflação continua a suscitar muitos receios, designadamente por parte dos investidores. O BCE antecipa mesmo uma inflação negativa no primeiro trimestre, sendo que o recuo do preço do petróleo poderá alimentar a ideia de que os custos vão continuar a baixar, levando os consumidores a poupar, esperando que a manutenção dessa

tendência de descida. Trata-se de um cenário de deflação por excelência aquilo que se está a passar. Os analistas consideram que, neste momento, bom seria que os preços do crude deixassem de descer. Só assim seria possível evitar a deflação.

Um outro aspeto deve ser tido em conta, neste caso em termos bolsistas. Algumas empresas petrolíferas contam-se entre as mais capitalizadas do mundo. Ora, com a descida dos preços, as ações iniciaram um perigoso processo de desvalorização. Para já a situação ainda não é dramática, mas é muito possível que os resultados do primeiro trimestre tragam notícias bastante desagradáveis. Também alguns países emergentes começam a ser penalizados com este cenário. Mais preocupações para a economia mundial, como fazem notar



O ideal seria o preço do petróleo aumentar alguns dólares, colocando travão na tendência generalizada de descida dos custos junto dos consumidores.

os especialistas. Acontece que se chegou a uma encruzilhada e agora muito dependerá de uma

série de condicionantes, não sendo displicentes as questões políticas e geoestratégicas.

NEGÓCIOS E EMPRESAS

ESTUDO REALIZADO PELO SAS DEMONSTRA

Portugueses partilham mais facilmente informações pessoais com os bancos

Os portugueses partilham mais facilmente informações pessoais com os bancos do que com qualquer outro tipo de empresa. Esta é uma das principais conclusões do estudo realizado a nível mundial pela SAS, empresa de referência mundial em software e serviços de “business analytics”, sobre o comportamento do consumidor

com o intuito de compreender a posição deste quanto à privacidade de dados e personalização.

De acordo com o estudo, 72% dos consumidores portugueses inquiridos visitam, pelo menos uma vez por dia, uma rede social. Apenas para se ficar com uma ideia, 91% dos entrevistados usam um Smartphone e 57% um

Tablet, sendo sabido que o uso destes aparelhos tecnológicos fornece às empresas uma linha direta com os consumidores. À frente de Portugal encontra-se o Reino Unido.

O estudo avançou ainda que os portugueses são mais propensos a partilhar as suas informações com os bancos (70%) do que com as

empresas de entretenimento.

Quanto aos dados que os consumidores estão dispostos a fornecer, a fim de se poder obter uma comunicação mais personalizada, a grande maioria dos consumidores portugueses está disposta a partilhar o seu nome (96%) e e-mail (96%). Mas se a informação solicitada utilizar

meios invasivos de comunicação (endereço, telemóvel e números de telefone de casa), existe uma menor propensão por parte do consumidor em fornecê-la.

Ao nível da confiança, 52% dos consumidores portugueses sentem-se seguros com a informação pessoal que “entregaram” às empresas.

ÉTICA e NEGÓCIOS



DAVID ZAMITH
ACEGE – Núcleo do Porto
www.acege.pt
www.ver.pt

Reconstruir Portugal – que alternativas?

Mantendo um positivo sentido de acção cívica, como “think tank” para o desenvolvimento da Região Norte, o FORUM Portucalense, em boa hora, convidou o Eng.º João Talone para uma interessante, atual e orientadora conferência, presidida por António Vilar, sobre quais as alternativas para os caminhos a seguir por Portugal.

João Talone iniciou a palestra afirmando que tem optado por uma certa reserva pública, preferindo aquilo a que chamou o de “Criar Pontes” com as mais diversas personalidades e entidades, com um só objectivo, o futuro do país! “É meu desejo criar pontes, que não o de vender opiniões”, afirmou!

Que alternativas para o caminho a seguir? Num trabalho que sente a obrigação de fazer, falando menos, até porque é cada vez mais difícil falar no mundo de incertezas que nos rodeiam, e por termos já demasiadas pessoas a falar todos os dias!

Numa Europa de modelo único, o descontentamento é um facto cada vez mais generalizado, mas não será pelos radicalismos, a norte mais de extrema-direita e a sul mais de extrema-esquerda, mas pelo olharmos mais para as pessoas e suas dúvidas reais!

Vivemos tempos de crítica, de valorização das coisas boas, de uma preocupação que atravessa as famílias, os empresários, os políticos, para um esforço comum de sucesso para o nosso País!

Numa abordagem aos problemas oriundos dos novos movimentos políticos, pelos exemplos gregos, espanhóis, franceses ou italianos, onde a par da intelectualidade das personalidades líderes se verifica um chamamento aos valores éticos, da moral e de novas elites, como que um terramoto em sociedades conservadoras, como no caso do país grande que é a Espanha, plena de auto-estima e de massa crítica, ou da França, num novo limiar de uma erupção europeia ao nível da extrema-direita?



E quais são os pontos apontados como pedindo mudanças e que eventualmente ancoram no sentido generalizado das populações? A saber:

- CORRUPÇÃO – a todos os níveis!
- BARREIRAS às ELITES - as mesmas de há dezenas de anos, sem renovação, sem jovens, com exceção das carreiras político-partidárias! A sociedade mudou, as elites não mudaram, hoje sem representação pública da sociedade!
- IMUTABILIDADE das MENSAGENS – não atualizadas, não renovadas e sempre reativas!
- MEIOS de COMUNICAÇÃO – a digitalização dos meios de comunicação não foi antecipada pelos poderes estabelecidos!

Na Europa temos vivido ao abrigo de uma paz construída, mas transformou-nos numa Europa lenta a reagir, a mudar e muito defensiva, não antecipando os acontecimentos!

Não reagindo, a Europa mostra-se

desfasada da realidade!

Está claro que a sociedade quer novas soluções, não se revê no “Modelo Único” Europeu, reagindo contra, porque não sente existirem alternativas!

Sobre os caminhos a seguir por Portugal, serão muito estreitos, pensa João Talone, com esta governação ou outro governo diferente que venha, com pouca manobra de acção! Aliás, nos diálogos que vem tendo, mostra-se convencido de que quer a governação quer os próprios líderes da oposição estão perfeitamente conscientes disso mesmo, mas contradizem-no quando em atuação pública! E tendo em conta as restrições económicas europeias, que alternativa pode trazer a oposição, tendo à nossa frente um caminho estreito, que assusta?

Temos caminho alternativo?

Em Portugal o problema é a dívida total, com os erros cometidos por todos nós, recorrendo aos externos, deixando de poupar para consumir e com uma banca que em cada 100 euros dava crédito de 170 euros, sem haver quem chamasse à atenção! Produzíamos para consumir!

Mas Portugal está melhor, com dois anos de balança positiva, e se nos lembrarmos das manifestações em Setúbal, com bandeiras negras nos anos 90', esta crise de 3 anos teve o condão de ser amortecida pelas redes sociais e as famílias a aguentarem as necessidades! Mas cuidado quando falamos na reestruturação da dívida! Quem esteve bem foi Vítor Gaspar, que, antes de sair, nas instâncias corretas e em silêncio, aliviou a carga que iria incidir sobre os anos de 2015 e 2016, que nos iria estrangular!

Pois bem, ao seguirmos as recomendações da UE para o Estado investir, em quatro anos passámos de 72% para 112 % da dívida pública em 2011 e, com ou sem asneiras gerais, um país pequeno com dívida externa está limitado, pelo que se recomenda:

- Seremos melhores do que os outros!

- Evitando que as perturbações gregas recaiam sobre nós!

Se olharmos para trás, vemos que, por exemplo, o investimento representava, em 1995, 24% do produto, sendo que em 2014 era de 16%; ou que o consumo público em 1995 era 18% do produto, sendo em 2014 19%. Uma vergonha!

Que futuro para Portugal?

- **Reduzir o peso do Estado na economia!** A oposição concorda, mas não o diz!
- **Aumentar as exportações!**
- Soluções radicais ou trabalhar plataformas para consensos a 4-5 anos e salvar o País?
- Agência de rating aponta para um consenso pós-eleitoral com compromisso de a reforma das contas públicas não ser alterada, trazendo uma nova imagem a Portugal, que não lixo. Vamos ter os partidos de acordo para tão importante consenso? Não acredito!
- Num país envelhecido é fundamental um plano para as reformas!
- Estruturas do Estado com reformas de modernidade, pela dignificação das pessoas e trazendo uma nova imagem!
- Combate à corrupção! Num País corrupto não vencem os melhores, vencem os corruptos! A eficiência dos países fica em perigo, para além dos aspetos morais!

Na Península Ibérica, com uma mudança geracional mais bem preparada, mais competitiva, que entende não ser o emprego mais para vida, as mudanças nas elites não se verificam, do setor público às empresas familiares! Se o 25 de Abril atrasou a mudança geracional, a atualidade mostra um crescendo na vontade para o empreendedorismo.

É tempo de servir o País, correndo com os que se servem dele, para uma aposta nos jovens!

LINHA DIRETA – PME

LUCRAR COM...
PORTAS
DE SEGURANÇAJack Soifer*
jack.soifer@vidaeconomica.pt

Créditos: OJE-Victor Machado

Com a continuação da austeridade, a criminalidade vai subir. GNR/PSP ainda não estão preparados para prevenir pequenos roubos, que se dão nas grandes cidades. Entram pela janela e saem pela porta. Se não tem o capital para comprar a armação de metal e fabricar portas, pode especializar-se em comprá-las e instalar. Para a instalação precisa de um comercial com espaço no tejadilho para levar a porta. E ferramentas para furar, aparafusar e alinhar. Deixe sempre limpo o espaço onde trabalhar e não esqueça de pôr um minisélo de garantia com o seu contacto. Serve também de publicidade para os amigos que visitem o seu cliente. Precisa ter o certificado de chaveiro, pois a boa fechoadura é vital.

Este é um nicho onde
quem começar já poderá
ter bons lucros

Se já tem uma carpintaria, encomende a estrutura de aço e os pinos de um parceiro. Pode usar contraplacado ou apenas folha na estrutura de aço que contem as barras de madeira maciça. Se adicionar um desenho nas barras de madeira, fica bonito e dá a impressão que toda a porta é maciça. Lembre de usar dobradiças grandes e de pôr as superiores próximas uma da outra, pois lá está o maior peso. Lembre que mesmo a estrutura de aço expande alguns milímetros no verão. Ofereça um sistema de borracha ou outro material que compense a fresta, para evitar o vento frio do Inverno. Informe-se na PSP/GNR onde houve recentes roubos e ponha um desdobrável com alternativas de portas e o seu contacto, nas caixas de correio dos fogos em prédios daquele quarteirão. Este é um nicho onde quem começar já poderá ter bons lucros, se fizer um trabalho de qualidade. Você deve visitar quem já o faz noutras cidades, obter a licença para as fechoaduras e fazer parceria com uma empresa de segurança para intercâmbio de serviços.

Questões: jack.soifer@vidaeconomica.pt
terá resposta individualizada ou nesta coluna

J. Soifer é sueco. Engenheiro, trabalhou para, entre outros, KFC nos EUA, Conselho Económico e Social do Presidente Lula, Banco Interamericano de Desenvolvimento. É especialista em PME. Entre os seus manuais: COMO SAIR DA CRISE, EMPREENDER TURISMO, ONTEM E HOJE NA ECONOMIA e PORTUGAL POS-TROIKA.

JOVEM COZINHEIRO É MEMBRO DA PROCHEF AGENCY

Miguel Teixeira no grupo Vidamar

Miguel Teixeira acabou de assumir funções como "chef executivo" do Grupo Vidamar, que engloba o Vidamar Resort Algarve (Albufeira) e o Vidamar Resort Madeira (Funchal), unidades de cinco estrelas.

Natural do Porto, o jovem "chef" é agora responsável pelos standards de serviço e pelo desenvolvimento de toda a área de gastronomia dos vários restaurantes inseridos nos dois resorts daquele grupo hoteleiro.

Com o curso de Cozinha/ Pastelaria da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (Núcleo da Feira), Miguel Teixeira acabaria por completar a sua formação em Gestão Hoteleira, na Escola de Hotelaria do Porto, nunca abandonando a profissão de cozinheiro.

Com passagens pelo Porto Palácio Hotel, restaurantes da Fundação de Serralves, "O Comercial", no Palácio da Bolsa, ou o Restaurante da Marina, entre outros, transferiu-se para o Algarve, em 2005, para integrar

os quadros da Vila Galé Hotéis.

Depois de uma breve passagem por Inglaterra, com o Grupo Accor, no Mercure Sheffield St. Paul's Hotel, regressou ao Algarve, onde desempenhou funções na CS Hotels Golf & Resorts, como Chef no CS Dunas Suite e no CS Vila das Lagoas, a que se seguiu o CS Hotel do Lago Montargil (Alentejo).

Após dois anos como Chef Executivo no Vidamar Resort Algarve, para onde entretanto se transferiu, e com apenas 32 anos, Miguel Teixeira vê agora premiado o seu trabalho com o convite para novas e mais altas funções dentro do Grupo que lhe abriu as portas a um crescimento notável como profissional.

O novo responsável pela restauração do Grupo Vidamar é membro da Prochef Agency - Agência de Chefs de Cozinha e Pastelaria, que o agencia desde a sua criação, em 2012.



PUB

CURSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO,
INOVAÇÃO E TECNOLOGIAINÍCIO A 20 DE
FEVEREIRO DE 2015

Este curso modular visa uma conjugação de conhecimentos conceptuais, pensamento crítico e aplicação prática. Tendo como áreas abrangentes a Gestão, o Direito, as Finanças, a Comunicação, a Energia e o Ambiente, o curso propõe-se desenvolver a especialização em aspetos funcionais necessários a uma internacionalização bem-sucedida.

Público-alvo: Licenciados em Gestão, Línguas, Ciências Empresariais e Empresários em geral.

CONSTELAÇÕES
SISTÉMICAS E EMPRESARIAIS

12 horas (sexta e sábado)
20 e 21 de Fevereiro de 2015
Dr. Luís Moreira

Abordagem dos conceitos básicos e fundamentais que regem a Metodologia Sistémica Organizacional. O programa centra-se numa prática vivencial e experimental, interpelado por casos dos participantes.

INGLÊS NAS
RELAÇÕES EMPRESARIAIS

24 horas (4 sábados)
Início a 21 de Fevereiro de 2015
Dr.ª Andreia Nunes

Através de simulações de situações reais, vamos viajar na cultura dos negócios em Inglês, desde a prática de telefonemas até à preparação e realização de reuniões.

CULTURA E COMUNICAÇÃO
EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

24 horas (4 sábados)
Início a 21 de Fevereiro de 2015
Dr. Francisco José Oliveira

Abordagem das ferramentas da Comunicação, de forma prática, interativa e completamente inovadora.

COACHING E
COMUNICAÇÃO SISTÉMICA

18 horas (quinta, sexta e sábado)
12, 13 e 14 de Março de 2015
Dr. Luís Moreira

INGLÊS
(AULAS INDIVIDUAIS)

36 horas
Início a 23 de Fevereiro 2015
Dr.ª Andreia Nunes

INGLÊS BÁSICO/INTERMÉDIO/
AVANÇADO

36 horas
Início a 23 de Fevereiro de 2015
Dr.ª Andreia Nunes

PRÓXIMOS MÓDULOS

- Inovação e empreendedorismo
- Análise de modelos contratuais
- Estratégia empresarial e modelos de internacionalização
- Gestão estratégica e orientação para a internacionalização
- Finanças empresariais no contexto da internacionalização
- Sistemas de organizações económicas internacionais
- Internacionalização nos sectores da energia e ambiente
- Francês nas relações empresariais
- Alemão nas relações empresariais
- Espanhol nas relações empresariais
- Tecnologias de informação e comunicação na internacionalização
- Marketing Internacional
- Interpretação de contratos internacionais
- A competitividade em âmbito internacional
- Avaliação de desempenho

PEÇA MAIS
INFORMAÇÕES

E.: a.nunes@mepais.pt
T.: 910 197 455
www.mepais.pt

Rua de Ceuta, 118, 3.º Andar
4050-190 Porto

VidaEconómica

M.E. Pais & associados Lda

ATUALIDADE

Arcádia traz mais romantismo ao Dia dos Namorados

Para o Dia de São Valentim, a Arcádia Casa do Chocolate lança uma nova gama de produtos com o lema "Um sopro no coração com uma pitada de chocolate". A oferta é composta por um total de 12 produtos, entre os quais corações pequenos, médios ou grandes, em chocolate branco, de leite ou negro. Estes produtos encontram-se disponíveis nas 23 lojas físicas da marca e na loja online em www.arcadia.pt

Especialistas analisam o sucesso na hotelaria na Católica

Analisar e debater o sucesso do setor hoteleiro em Portugal no atual contexto económico é o objetivo do seminário "O sucesso na hotelaria em tempos de crise". O encontro decorre hoje, às 18h30, no campus Foz da Católica Porto e é promovido pela Católica Porto Business School no âmbito do Executive Master em Gestão Hoteleira. Regeneração dos bairros tradicionais do Porto, relação do imobiliário e do projeto hoteleiro e as perspetivas do setor são temas em análise.

NUNO SIMÕES, CEO DA YAP_SGPS, AFIRMA

"A empresa tem de conviver e interagir com a cidade onde participa"

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt

"O design não é arte" e "tenta sempre encontrar uma solução funcional, assim como, obriga sempre a procurar soluções diferenciadoras", afirmou Nuno Simões, CEO da YAP_SGPS, durante a inauguração do novo espaço da Yap_Technology.

Fruto da fusão da Front.end com a YAP Comunicação, que detinha a agência publicitária "Sardinha", a nova empresa incorpora nos seus produtos e serviços competências digitais, desenvolvimento de software e comunicação.

Instalada no Mercado do Bom Sucesso,

no Porto, a Yap_Technology é uma empresa que "alia software e comunicação, junta a capacidade de desenvolver software com base no design e, desta forma, procura apresentar soluções diferenciadoras aos seus clientes", explicou Nuno Simões, durante a inauguração do novo espaço, evento que contou com a presença de Rui Moreira, presidente da Câmara Municipal do Porto.

Afirmado que a Yap_Technology veio, de certa forma, "colmatar uma falha no mercado, porque o software, hoje em dia, tem de ser intuitivo", o CEO da YAP_SGPS explicou que "o design não é arte" e



O design obriga sempre a procurar soluções diferenciadoras", afirma Nuno Simões.

que "tenta sempre encontrar uma solução funcional, assim como, obriga sempre a procurar soluções diferenciadoras". Resaltando que são ainda "poucas as empresas que têm a visão de juntar design e software", Nuno Simões afirma acreditar que esta será uma tendência a curto prazo.

Questionado acerca da escolha da cidade do Porto para acolher esta nova unidade, o líder do grupo Yap afirma que esta localização permite "criar polos onde possamos reter os melhores e trabalhar com os nossos clientes". "A empresa não pode ser vista de um ponto de vista isolado, ela tem de conviver e interagir com a cidade onde participa".

Internacionalização

A partir das empresas que estão na sua origem, desde o primeiro minuto que a Yap_Technology exporta as suas soluções para os mercados da Dinamarca, Alemanha, Suécia, Suíça, Espanha, Angola e Brasil. Também por isso, "a internacionalização dos seus produtos e serviços é, obviamente, um objetivo prioritário".

Prova disso mesmo a empresa está já a começar a comercializar os seus serviços no mercado mexicano, país onde a Yap já produz autorrádios para automóveis do grupo Volkswagen fabricados em diversos países.

Desafiado a quantificar as expectativas financeiras da nova empresa, Nuno Simões lembra que em 2014 a área do grupo que passou para a Yap_Technology faturou mais de um milhão de euros

e garante que as previsões para o ano em curso apontam para "um crescimento acima dos 10%".

Automóvel e energia de edifícios são áreas estratégicas

A YAP é um grupo 100% português que desenha e fabrica tecnologia para os setores automóvel, cria soluções de IT e desenvolve ações de marketing para o mercado da comunicação. Para além do setor automóvel, o grupo YAP está na gestão otimizada de recursos com a YAP_ON, empresa especializada na racionalização de consumos de energia, água, resíduos, mobilidade em empresas, cidades, edifícios e em todos os sistemas consumidores. Produz igualmente "inteligência" para a gestão eletrónica dos automóveis, aproveitando a ligação da YAP ao grupo Volkswagen desde 2004.

No futuro próximo o grupo Yap pretende igualmente apostar na área automóvel, mais concretamente no segmento da mobilidade, onde pretendem recolher dados dos automóveis e tratar essa mesma informação para poder reduzir os custos dos combustíveis, ajudar o condutor a escolher melhor os seus percursos, entre outros. Outra aposta é também a área da eficiência energética para os edifícios, melhorando a sua sustentabilidade, e, em que estão a desenvolver um projeto de controlo à distância de energia para que se possa reduzir o consumo dos mesmos em 30 a 40%.



Associação de Utilidade Pública
Despacho do Primeiro Ministro de 20 de Outubro de 1987 in DR 253, II Série, 03-11-2007

CICLO DE DEBATES

"RECONSTRUIR PORTUGAL – QUE ALTERNATIVAS?"



DR. FRANCISCO MURTEIRA NABO
Senior Partner da SAER –
Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda

18 de fevereiro de 2015 - 18h30m

HOTEL INFANTE DE SAGRES - Praça Filipa de Lencastre, Porto
(Entrada Livre, mas sujeita a inscrição prévia)

Às 20H30 terá lugar, no Hotel Infante de Sagres, um jantar em honra do conferenciante, sendo o número de inscrições limitado. Estas serão aceites rigorosamente pela ordem de chegada. O preço é de 30,00€ (sócios do FP) e 35,00€ (não sócios), a pagar até três dias antes do evento.

INSCRIÇÕES:

www.forumportucalense.pt
Telemóvel: 91 0523889 / Tlf. 22 3394710 /
Email: geral@forumportucalense.pt

PAGAMENTO

Transferência bancária: NIB: 0010 0000 1309 2700 0010 8

Media Partner

VidaEconómica

Apoio:



Horizonte 2020: sessão apoia preparação de candidaturas



A ANJE promove uma “Sessão de preparação de propostas para o programa Horizonte 2020 – SME Instrument”, nos próximos dias 26 e 27 de fevereiro. A iniciativa vai decorrer na sede nacional da associação, no Porto, e terá como tema central o Horizonte 2020, maior programa europeu de financiamento para investigação, desenvolvimento e inovação.

As alterações nos mecanismos de recuperação do IVA

A ANJE promove o curso “A recuperação do IVA: Alterações no Orçamento de Estado 2015”, no dia 9 de fevereiro, em Algés. A decorrer nas instalações locais da associação, a ação formativa pretende esclarecer os empresários sobre os prazos, requisitos e procedimentos associados às novas possibilidades de recuperação do IVA.



ANJE lança novo plano de formação avançada



Vendas, eventos, gestão e coaching são as áreas em destaque. Numa oferta que inclui duas pós-graduações

A ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários acaba de lançar o novo plano de formação avançada para 2015. A Pós-Graduação Executiva em Gestão, o Master Executivo em Organização e Gestão de Eventos, a Formação Avançada em Lean Management, o programa Certified International Professional Coach e a Pós-Graduação em Sales Management são as cinco formações incluídas no calendário de programas avançados da associação para os três quadrimestres do presente ano.

O pontapé de saída no calendário do novo ano é dado pelo programa Certified International Professional Coach. Levada a cabo na sede nacional da associação, no Porto, entre os meses de fevereiro e outubro, esta formação avançada organizada em parceria com International

Coaching University confere aos formandos uma certificação de Coach Profissional. Em março, a gestão eficiente será a matéria em foco na Formação Avançada em Lean Management, que se prolonga até ao final do mês, no centro de formação empresarial da associação, no Porto.

O mesmo local acolhe, entre os meses de abril e novembro, a estreia do Master Executivo em Organização e Gestão de Eventos. Trata-se de uma formação executiva desenhada para o desenvolvimento de competências essenciais ao planeamento e à implementação das decisões estratégicas e operacionais na gestão de eventos. A gestão, mas na vertente empresarial, será o tema em evidência na Pós-Graduação Executiva em Gestão, a decorrer entre abril e novembro. Com novidades no plano formativo, este programa avançado caminha para a sua quinta edição e foca atenções nos processos inerentes à função de gestor empresarial.

A Pós-Graduação em Sales Management encerra o conjunto de programas avançados agendados. Marketing e Ten-

dências de Consumo, Novas Tendências nas Vendas e Gestão Estratégica da Equipa de Vendas são os três masters que dão forma a esta pós-graduação. Os formandos poderão obter um diploma de Pós-Graduação Executiva em Sales Management e ainda 30 ECTS (European Credit Transfer System) a explorar nos mestrados do Instituto Universitário da Maia, entidade parceira da ANJE neste programa avançado.

De salientar que, da formação avançada de dirigentes e altos quadros ao reforço da qualificação de colaboradores,

a ANJE tem uma resposta formativa completa, perfeitamente adaptável às características do tecido empresarial português. A associação lançou também agora um novo plano de formação contínua, onde se incluem formações mais curtas, dirigidas não apenas a empresários, mas também a quadros empresariais. A tudo isto a associação anexa serviços de formação à medida, com planos personalizados de acordo com as necessidades das empresas. Para consultar a nova agenda de formação ANJE, consulte a página <http://www.anje.pt/formacao>.

CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO AVANÇADA ANJE (PORTO)

Data	Curso
20 fevereiro	Certified International Professional Coach
02 março	Formação avançada em Lean Management (2ª edição - Porto)
08 abril	Master Executivo em Organização e Gestão de Eventos
29 abril	Pós-Graduação Executiva em Gestão ANJE - 5ª edição
06 maio	Master em Marketing e Tendências de Consumo
07 setembro	Master em Novas Tendências nas Vendas
09 novembro	Master em Gestão Estratégica de Equipa de Vendas

Curso de “Startup Coaching” para empreendedores e aspirantes a coaches profissionais



A ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários promove, nos dias 13 e 14 de fevereiro, um programa de “Startup Coaching”, nas instalações da sua sede nacional, no Porto. Organizado em parceria com a International Coaching University (ICU), o curso permite completar a primeira etapa com vista à obtenção da Certificação em Coaching Profissional, a qual confere aos formandos competências pessoais e profissionais mundialmente reconhecidas.

Desenvolver capacidades de liderança, acelerar processos de mudança e explorar eficientemente os recursos e skills pessoais são outras das vantagens competitivas envolvidas na proposta de valor deste programa de formação de alto impacto. Após o sucesso das três primeiras edições, os formandos poderão frequentar uma experiência de aprendizagem de 16 horas com resultados práticos no universo pessoal ou das empresas.

Os oradores responsáveis pela iniciativa serão Enrique Jimenez (presidente da International Coaching University e da Associação Profissional de Coaching de Espanha), Sérgio Almeida (vice-presidente da International Coaching University e diretor geral da Power Coaching) e Ricardo Cibrão (presidente da International Community of Professional Coaches). Informações no site www.anje.pt/formacao.

NEGÓCIOS E EMPRESAS/PME**Portugal pode receber 48 milhões para emprego jovem**

Portugal poderá beneficiar de um financiamento de 48 milhões de euros, ainda este ano, no âmbito da Iniciativa para o Emprego Jovem, promovida pela Comissão Europeia. Ao nosso país foram atribuídos cerca de 160 milhões de euros no quadro da IEJ. Os países que beneficiam desta iniciativa podem receber, através dos programas operacionais, um terço da dotação orçamental daquele programa.

Banca nacional vai continuar a contar com apoios

A Comissão Europeia decidiu prolongar por mais seis meses o regime excecional de apoio às entidades financeiras em Portugal. Bruxelas admite que este regime está de acordo com as regras de ajuda do Estado às instituições financeiras e bancárias, em resultado da crise. Considera ainda que os bancos intervenientes não têm vantagens em termos concorrenciais, isto é, o regime não vai contra as regras em matéria de ajudas estatais.

VOLUME DE NEGÓCIOS QUADRUPLICOU EM DOIS ANOS

CBS aumenta vocação exportadora nos stands e feiras

A CBS - Creative Building Solutions encerrou o exercício de 2014 com um volume de negócios de 4,7 milhões de euros, consolidando a sua posição como uma das principais empresas portuguesas de serviços de apoio a feiras, exposições e design de espaços.

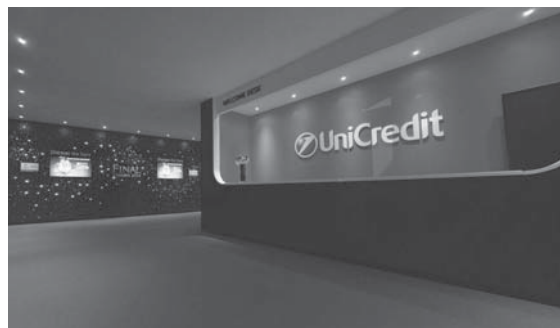
A faturação registada representa

um crescimento de 38% em relação a 2013 e a quadruplicação do volume de negócios de 2012.

Estes valores são o resultado da aposta no crescimento orgânico da empresa, implementado no início de 2013, aquando do reforço da sua estrutura acionista e do forte investimento em meios técnicos e

logísticos e o aumento do seu quadro de colaboradores permanentes.

A CBS conta na sua base de clientes com algumas das principais associações de Empresas portuguesas, a par de diversos clientes estrangeiros de grande notoriedade, a quem presta serviços em vários países europeus e de outros



O "lounge" do banco Unicredit na final da Champions League em Lisboa foi um dos trabalhos da CBS.

OS INCENTIVOS EUROPEUS SÃO UMA OPORTUNIDADE A NÃO PERDER

A Vida Económica vai disponibilizar as regras de acesso e toda a informação sobre os programas de incentivos geridos diretamente pela Comissão Europeia.

Conheça as normas da estratégia Europa 2020, as condições de acesso e a informação prática para apresentação de candidaturas a programas como Horizonte 2020, COSME (Programa para a Competitividade das PME), Erasmus+, Saúde a favor do crescimento, Iniciativa para o Emprego Jovem, entre outros, num total de mais de 250 medidas.

Mais de 400 páginas de informação, com fichas descritivas de cada medida, orçamentos disponíveis, incentivos a atribuir, contactos e endereços para apresentação de candidaturas.

GARANTA JÁ O SEU GUIA DOS INCENTIVOS EUROPEUS

Faça a sua pré-reserva, sem pagamento.



PUB

continentes. Segundo António Pereira Névoa, presidente do Conselho de Administração, "estes resultados só foram possíveis devido ao grande empenhamento de uma equipa de trabalhadores excecional e altamente motivada, que permitem dar resposta a solicitações de elevada dimensão e complexidade técnica".

Como refere António Névoa, "os objetivos parcelares delineados para o triénio 2013-2015 encontram-se plenamente conseguidos, permitindo alargar a prestação de serviços a outros mercados, como a África Austral e a região Ásia-Pacífico".

A CBS - Creative Building Solutions é uma empresa vocacionada para o design, construção e montagem de stands em feiras e exposições, e a conceção e construção de espaços expositivos de carácter permanente. Os seus acionistas e os principais quadros e colaboradores detêm uma vasta experiência neste sector de atividade, onde intervêm há mais de 20 anos.

Certif aumenta clientes em 56%

A Certif - Associação para a Certificação registou durante o exercício de 2014 um aumento de 56% na carteira de clientes, superando largamente todos os objetivos previamente traçados em todas as áreas, designadamente na da faturação, 40% da qual foi verificada no exterior.

A certificação de produtos continuou a ser o "core business" e representou 87% da faturação, com os setores da construção (163 certificados) e elétrico e telecomunicações (64 certificados) a liderarem esta área de atividade. A certificação de sistemas de gestão e a certificação de serviços têm também importância significativa na atividade da Certif.

De destacar ainda a emissão de 200 certificados no âmbito da marcação CE, área em que a Certif tem clientes em Alemanha, Angola, Brasil, Chipre, Espanha, Grécia, Itália e Reino Unido.

VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

<http://livraria.vidaeconomica.pt> encomendas@vidaeconomica.pt 223 399 400

RUI NUNES, PRIMEIRO PRESIDENTE DA ERS EM PORTUGAL, LANÇA LIVRO “REGULAÇÃO DA SAÚDE”

“Regulação independente da Saúde ainda tem um longo caminho a percorrer”

“As entidades reguladoras independentes, em qualquer setor de atividade, veriam a sua credibilidade aumentada se o processo de nomeação dos reguladores fosse através de concurso público”, defende o primeiro presidente da Entidade Reguladora da Saúde, Rui Nunes. Em entrevista em vésperas do lançamento do seu livro “Regulação da Saúde”, editado pela “Vida Económica”, o também professor da Faculdade de Medicina do Porto fala do “desperdício” e, nalguns casos, do “despesismo” nos hospitais portugueses.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - O senhor foi o primeiro Presidente da ERS. O que mudou na regulação da saúde desde que cessou funções?

Rui Nunes - A ERS consolidou-se como um ator fundamental do sistema de saúde. Hoje a ERS é uma autoridade com intervenção em domínios muito diferentes, mas com um enorme capital de credibilidade junto da sociedade, mesmo junto daqueles que no passado tinham enormes reservas quanto à sua real capacidade de intervenção. Tal como as ordens profissionais. Mas a regulação independente ainda tem um longo caminho a percorrer. Em primeiro lugar, no que respeita aos mecanismos de ‘governance’. Penso que as entidades reguladoras independentes, em qualquer setor de atividade, veriam a sua credibilidade aumentada se o processo de nomeação dos reguladores fosse através de concurso público. Por outro lado, creio que o seu âmbito de atuação devia ser estendido a outros subsectores da saúde, tal como os cuidados continuados, ou mesmo os cuidados prestados em residências de terceira idade. Áreas



“Não estão esgotados os mecanismos para gerar eficiência e combater o desperdício [em Saúde]. Nalguns casos trata-se mesmo de despesismo”, alerta Rui Nunes.

“Uma verdadeira monografia sobre a Saúde”



“A regulação da saúde é, hoje, sem qualquer dúvida, um problema central da política de

saúde, suscitando complexos problemas jurídico-constitucionais e jurídico-políticos”, frisa o constitucionalista e professor de Direito Gomes Canotilho no prefácio à terceira edição ao livro de Rui Nunes “Regulação da Saúde”, editado pela “Vida Económica”.

O constitucionalista explica que o primeiro objetivo visado por Rui Nunes com a publicação do livro “será a problematização da autoridade independente criada no âmbito da regulação da saúde – Entidade Reguladora da Saúde – e destinada a evitar disfunções do sistema de saúde e corrigir os desvios de atuação dos diversos operadores”. Afirma, ainda assim, que o autor vai “mais longe”, brindando o leitor com aquilo a que chama “uma verdadeira monografia sobre a proteção da saúde e o novo serviço nacional

de saúde, a regulação da saúde e a Entidade Reguladora da Saúde”.

Também o presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, que assina o prefácio da segunda edição, destaca o valor da obra, dizendo tratar-se de “um instrumento fundamental para quem queira compreender melhor o fenómeno da regulação da saúde, mas, mais do que isso, para quem pretenda contribuir positivamente para o aperfeiçoamento do Serviço Nacional de Saúde e do Estado Social Moderno”. A sessão de apresentação do livro tem lugar no próximo dia 11 de fevereiro, quarta-feira, às 18 horas, na Livraria Almedina Atrium Saldanha, em Lisboa, e contará com as intervenções de Manuela Ferreira Leite e Maria de Belém Roseira.

interior do sistema. De um sistema que já despende mais recursos financeiros do que a média dos países da OCDE.

VE - Gastamos em Portugal cerca de 9,5% do PIB no setor público da saúde e 3,5% do PIB nos setores privado e social. É aceitável que assim seja?

RN - O montante global que os portugueses decidam despendar no setor da saúde depende da sua vontade, pelo que a questão a formular é se o sistema, tal como se encontra, é ou não sustentável. Defendo uma reforma profunda e estrutural do sistema de saúde com a incorporação das mais modernas conceções de gestão pública da saúde, ou seja, a translação de um modelo de Estado prestador para um modelo de Estado regulador ou Estado garantia. Só esta evolução poderá garantir a universalidade no acesso à saúde de todos os portugueses e, ao mesmo tempo, uma racionalidade económica que permita reduzir a ineficiência para níveis residuais.

VE - Os anos passam e continuamos a confrontar-nos com o desperdício de recursos, o que não acontece no setor privado. O que é que falha, exatamente?

RN - O que falha essencialmente é a falta de condições políticas para introduzir as reformas necessárias. Ao que acresceu nos últimos anos a falta de condições económicas e sociais. Quando uma sociedade está mergulhada numa profunda crise, torna-se muito difícil implementar reformas estruturais. Sobreretudo, no que respeita a funções sociais do Estado especialmente valorizadas pela generalidade dos cidadãos. Por outro lado, importa que se inicie um amplo debate na sociedade portuguesa sobre o modelo de Estado e de Estado social que pretendemos para o futuro. Em ano de eleições legislativas, sugiro que se aproveite para se clarificar as propostas de reforma no setor da saúde. Com seriedade e transparência.

VE - Estamos confrontados com problemas sérios nas urgências dos hospitais. Este é um problema de falta de médicos e ou de falta de planeamento?

RN - É um sinal de que algo não está bem no sistema de saúde. Em todo o caso recomendo enorme prudência na avaliação desta situação.

que terão que ser fortemente reguladas no futuro.

VE - Diz no seu livro que em Portugal não se gasta pouco na saúde, gasta-se mal. O que quer dizer, exatamente?

RN - Pretendo afirmar que não estão esgotados os mecanismos para gerar eficiência e combater o

desperdício. Nalguns casos trata-se mesmo de despesismo. Ou seja, frequentemente, em vez de se debater a introdução de modelos de gestão mais eficientes, de novos padrões de integração de cuidados que superem ineficiências crónicas ou mesmo de mecanismos de descentralização administrativa que aproximem

o sistema de saúde das populações, descentra-se o debate para o modo como o Serviço Nacional de Saúde é financiado. Ou mesmo para a necessidade de reforçar as contribuições dos cidadãos através de copagamentos. Não se trata, a meu ver, da questão essencial, mas, sim, como é que os recursos são alocados e geridos no

NEGÓCIOS E EMPRESAS/PME

Bruxelas quer reorganizar políticas energéticas

A União Europeia avançou com um plano para reorganizar as políticas energéticas no espaço comunitário. Considera Bruxelas que “as políticas energéticas atuais são insustentáveis em todos os sentidos e necessitam urgentemente de uma reorganização”. O quadro estratégico para a União Europeia será complementado pela comunicação “Road to Paris”. A Comissão quer aprovar o pacote da União Energética no dia 25 de fevereiro.

AICCOPN organiza missões empresariais

A AICCOPN vai promover um projeto denominado ConstruGO. Em conjunto com as suas empresas associadas, o objetivo é promover duas ações de promoção: uma missão empresarial a Moçambique, em abril, que inclui uma visita à Tektónica Moçambique e a participação em atividades paralelas, e uma outra missão empresarial em novembro, cujo destino é a Colômbia. Diz a associação que pretende “promover as empresas do setor, aumentando a sua visibilidade internacional e fortalecendo o seu posicionamento no mercado externo”.

Vinho, gastronomia e enoturismo distinguidos pela Wine

O JMF Moscatel de Setúbal Superior 1911, elaborado pela José Maria da Fonseca, foi considerado o “Vinho do Ano 2014” pela revista WINE – A Essência do Vinho, que recentemente realizou o jantar de anúncio e entrega de prémios aos “Melhores do Ano” nos setores do vinho e da gastronomia.

Com 19,5 pontos em 20 possíveis, o JMF Moscatel de Setúbal Superior 1911 é descrito como um vinho “profundamente aromático, com enorme finura e delicadeza, final incrivelmente longo e emotivo pela frescura e concentração”.

O Alentejo e a Bairrada estiveram ainda em destaque na cerimónia. Dora Simões, presidente da Comissão Vitivinícola Regional (CVR) Alentejana, foi considerada “Personalidade do Ano no Vinho”, pelo trabalho e resultados conseguidos na agilitação de procedimentos e promoção nacional e internacional dos vinhos daquela região. Já Luís Duarte, ligado a projetos como a Herdade dos Grous e a Herdade da Malhadinha Nova, entre outros, além de ser também produtor de vinhos com marca própria no Alentejo, foi eleito “Enólogo do Ano”.

A Quinta das Bageiras, de Mário Sérgio, e o projeto Vadio, onde pontifica Luís Patrão, ambos da Bairrada, foram distinguidos como “Produtor do Ano” e “Produtor Revelação do Ano”, respetivamente. António Lopes, do hotel Conrad, no Algarve, recebeu a distinção de “Sommelier do Ano”.

Um emigrante de sucesso em destaque na gastronomia

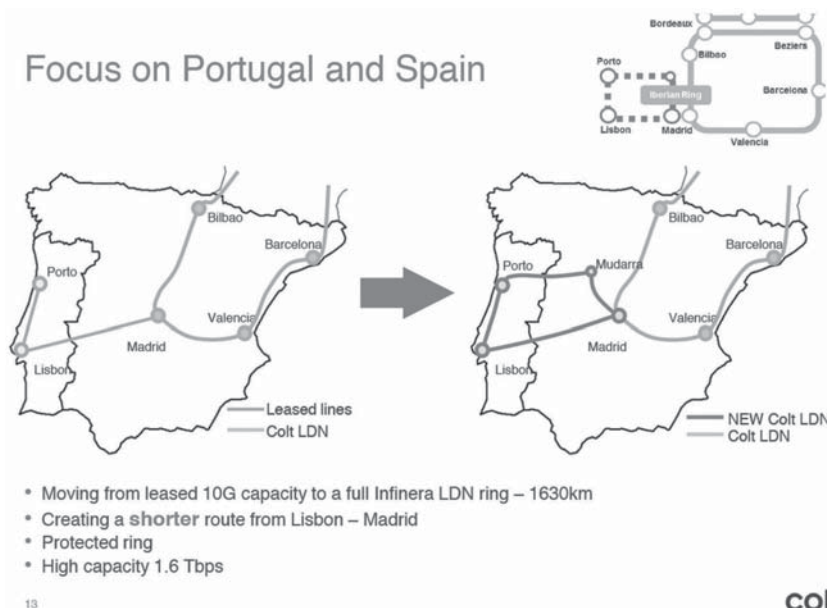
Carlos Ferreira foi eleito “Personalidade do Ano na Gastronomia”. Natural de Estarreja, o empresário emigrou jovem para o Canadá, trabalhou no setor da restauração e abriu o já célebre Café Ferreira, um dos mais conceituados e requisitados restaurantes da cidade, onde a cozinha e os vinhos portugueses são tratados com particular carinho.

José Aveliz foi distinguido, pela segunda vez, com o prémio “Chefe de Cozinha do Ano”.

NOVO ANEL DE FIBRA DE BAIXA LATÊNCIA LIGA LISBOA, PORTO E MADRID

Colt anuncia investimento de cinco milhões na rede ibérica

Focus on Portugal and Spain



O novo anel de fibra ótica anunciado pela Colt, e que liga Lisboa, Porto e Madrid, oferece às empresas serviços ultrarrápidos, de alta capacidade (até 1.6Tbps) e elevados níveis de resiliência.

DORA TRONÇÃO
agenda@vidaeconomicapt

do com Zhongmin Guo, Strategy & Portfolio Management Vice-President da área de Network Services da Colt, de passagem por Lisboa para anunciar este investimento na Península Ibérica.

“A empresa espera mais do que conquistar novos clientes” – atualmente, a Colt tem várias centenas de clientes em Portugal – “expandir a quantidade serviços que presta aos clientes existentes”. As empresas que recorrem à Colt conseguirão, através desta expansão e rede, claros benefícios devido à baixa latência (cerca de 4 milissegundos), possibilitando fluxo de informação a alta velocidade; aos diferentes traçados com resiliência superior, assegurando diversidade e escalabilidade para aplicações críticas e alta capacidade para acomodar as necessidades crescentes de largura de banda e harmonização dos serviços em toda a Europa, sempre com suporte 24x7.

Na Europa como em Portugal, muitos clientes procuram expandir-se internacionalmente

e Colt pretende, de acordo com o vice-Presidente Colt Network Services, François Eloy, “ser a primeira escolha das empresas na Europa”, indo ao encontro da “crescente procura de serviços cloud e natureza crítica dos dados”.

As empresas com base em Portugal também procuram esta mesma expansão para o exterior, capacitando-se para tal junto da Colt, tendo como zonas geográficas prioritárias a Europa, seguida da Ásia e depois os Estados Unidos.

Colt terminou o terceiro trimestre de 2014 com um crescimento de 15,5%, alcançando os 33,2 milhões de euros para a área de centros de dados e o Zhongmin Guo revelou que a empresa pretende “continuar a crescer a dois dígitos em 2015”, assim como “estar aberta a mais aquisições, conforme aconteceu em 2014 com a KVH”, empresa de serviços empresariais de infraestruturas de IT e Comunicações, com sede em Tóquio e operações em Hong-Kong, Seoul e Singapura.

PORTUGAL 2020

Nersant divulga novos sistemas de incentivos por toda a região do Ribatejo

Estão já disponíveis, no âmbito do Portugal 2020, acordos de parceria adotados entre Portugal e a Comissão Europeia que reúnem a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e no qual se definem os princípios da programação que consagra a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020, os novos sistemas de incentivos direcionados para as empresas. Nesse âmbito, a Associação Empresarial da Região de Santarém realiza, a partir desta semana, um conjunto de sessões de esclarecimento que vão ter lugar nos 21 concelhos do distrito de Santarém.

Constituindo este programa uma oportunidade para as empresas reforçarem a sua competitividade e apostarem na internacionalização, a NERSANT nomeou três equipas de trabalho distintas para levarem esta informação aos empresários dos 21 concelhos do distrito de Santarém no menor tempo possível.

Sessões de esclarecimento terminam hoje

As sessões de esclarecimento arrancaram, com a realização de seminários em Coruche, Alcanena, Mação, Benavente, Rio Maior e Abrantes. A NERSANT esteve também em Salvaterra de Magos, Entroncamento, Golegã, Almeirim, Sardoal e Torres Novas. Ontem, os sistemas de incentivos foram apresentados em Ferreira do Zêzere, Chamusca, às 14h30, Santarém, Tomar e Alpiarça. O ciclo de sessões de esclarecimento encerra hoje, dia 6 de fevereiro, com a realização de seminários no Cartaxo e em Vila Nova da Barquinha, pelas 14h30, e em Constância e Ourém, pelas 17h00.

A participação nestas sessões de esclarecimento é do maior interesse para as empresas, pelo que a NERSANT apela aos empresários que se inscrevam nos mesmos. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no portal da associação, em www.nersant.pt.

Software de última geração disponível para as PME

A XD software anuncia um novo aplicativo de gestão comercial. O Unlimited contém um conjunto de ferramentas de gestão de última geração, agora disponíveis no mercado de forma gratuita. Esta aplicação para pequenos empresários e startups permite gerir o circuito comercial de compras e vendas e uma análise completa do negócio. Esta é uma licença vitalícia, todas as opções disponibilizadas serão para sempre funcionais, tendo como limitação o volume de faturas emitidas até 30 mil euros anuais.

Schindler ganha centro comercial Aqua Portimão

A Schindler foi a empresa escolhida para a manutenção dos equipamentos de mobilidade vertical do centro comercial do barlavento algarvio Aqua Portimão. O contrato inclui uma dezena de elevadores, nove tapetes e 10 escadas rolantes. Para a Schindler, trata-se de um projeto de referência para a sua carteira de clientes e que vai ser importante na otimização do tráfego no centro comercial em causa. A segurança é a sua principal prioridade, referem os seus responsáveis em comunicado.

UnOffice realiza conferência sobre o escritório do futuro

O UnOffice – PDL Business & Cowork Center realizou, em Ponta Delgada, uma conferência subordinada ao tema “O escritório do futuro e o seu papel no apoio ao empreendedorismo”. A ocasião foi ainda aproveitada para a apresentação da obra “Out of the Office”.

A conferência teve como principal orador Carlos Gonçalves, fundador e diretor-geral do Avila Business Center e do Avila Coworking, bem como diretor internacional da Global Workspace Association. Esta é a maior associação de centros de negócios e espaços de coworking a nível mundial, com sede nos Estados Unidos. No currículo daquele profissional conta-se a publicação do livro “Out

of the Office”, em parceria com o jornalista José Quaresma, tendo a conferência sido aproveitada para o seu lançamento em Ponta Delgada.

A conferência teve como objetivo colocar em debate, nos Açores, os novos modelos de trabalho e o seu impacto na promoção e no fortalecimento do empreendedorismo, enquanto uma das respostas para o desenvolvimento do tecido empresarial. A iniciativa enquadrou-se no âmbito de um projeto inovador na região – UnOffice PDL Business & Coworking Center – que abre portas este mês e que será direcionado para empreendedores, “start-ups”, PME e “freelancers”.



CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

PO AÇORES 2020

Tive conhecimento que vão existir apoios específicos para os Açores. O Açores 2020 é um programa de apoio independente do Portugal 2020?

Resposta

O PO Açores 2020 é um dos programas operacionais (PO) que integra o Acordo de Parceria – Portugal 2020 e foi preparado pelo Governo Regional dos Açores, sintetizando as contribuições dos agentes regionais e as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

A estratégia definida no PO AÇORES 2020 fundamenta-se numa visão estratégica para a Região Autónoma dos Açores para o período de programação 2014-2020, apoiando-se num conjunto de prioridades de investimento, otimizando os financiamentos comunitários e respetivas elegibilidades dos fundos estruturais FEDER e FSE, no âmbito do crescimento inteligente, da inclusão social e do emprego e da sustentabilidade.

O PO Açores 2020 consubstancia-se em 13 eixos prioritários:

- Eixo 1. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- Eixo 2. Melhorar o Acesso à Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade
- Eixo 3. Competitividade das Empresas Regionais
- Eixo 4. Economia de Baixo Carbono
- Eixo 5. Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos
- Eixo 6. Ambiente e Eficiência dos Recursos
- Eixo 7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes
- Eixo 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- Eixo 9. Promover a inclusão social e

combater a pobreza e a discriminação

- Eixo 10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
 - Eixo 11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública
 - Eixo 12. Alocação Específica para a Ultraperiferia
 - Eixo 13. Assistência Técnica
- Entre 19 e 30 de Janeiro de 2015 estiveram abertos 3 concursos no âmbito do PO Açores 2020. Estes concursos enquadravam-se o eixo 3 deste PO:
- Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo: no âmbito da prioridade 3.1 Promoção do espírito empresarial, facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas;
 - Desenvolvimento da Qualificação e Inovação do SIDER (Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Regional dos Açores): no âmbito da prioridade 3.3 Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;
 - Apoios ao Desenvolvimento Local, ao Desenvolvimento do Turismo e ao Desenvolvimento Estratégico do SIDER: no âmbito da prioridade 3.4 Concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação.
- É, ainda, de referir que em Julho de 2014 foram publicados em Diário da República vários programas de apoio do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), o qual também se enquadra no âmbito do eixo 3 do PO Açores 2020.

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500



Unicer arranca celebração dos 125 anos com livro

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

O lançamento da obra «Unicer, uma longa história», marcou o arranque das comemorações dos 125 anos daquela empresa cervejeira. Ao longo do ano, vários outros acontecimentos marcarão a data, desde logo a “conclusão do projeto de 100 milhões de euros na nova sede e nova fábrica” em Leça do Balio, como explicou João Abecassis, CEO da Unicer, no decurso da apresentação do referido livro. Este investimento reporta-se ao novo armazém logístico, que integra o complexo industrial da empresa, bem como o edifício-sede e o Centro de Produção de Cervejas. O livro sobre os 125 anos da Unicer, da autoria do historiador Gaspar Martins Pereira, é constituído por dois volumes com mais de 1000 páginas, amplamente ilustradas, bem como uma versão digital da obra. Na apresentação, o jornalista Júlio Magalhães, autor do prefácio, recordou as conversas mantidas com os seis últimos presidentes executivos da empresa, os quais contaram na primeira pessoa as suas experiências. Ao mesmo tempo, Júlio Magalhães afirmou que a Unicer tem uma “história que se entrelaça com a história do Porto e Grande Porto”. Por seu turno, o historiador Gaspar Martins Pereira referiu que “fazer a história de uma empresa secular é uma oportunidade raríssima”, explicando que se deparou com

um “património documental riquíssimo, com dezenas de milhares de documentos”. Este trabalho, nota, constitui um “valioso testemunho da vida da empresa e da evolução das relações laborais, do acesso ao mercado e do marketing”. Martins Pereira destacou ainda que a história da Companhia União Fabril Portuense das Fábricas de Cerveja e Bebidas Refrigerantes, criada a 7 de Março de 1890, “está intimamente ligada à história da indústria cervejeira em Portugal e na Europa”. No final da cerimónia, o CEO da Unicer



referiu que a presente situação em Angola e a imposição de quotas à importação, que no caso da cerveja ascendem a 400 mil hectolitros anuais, poderá fazer adiar a abertura da fábrica da empresa naquele país, prevista para 2016. Frisando que a Unicer “representa uma receita fiscal de 100 milhões de dólares e 300 postos de trabalho na distribuição”, a que se juntarão outros 300 com a nova fábrica, esta poderá estar dependente da capacidade de “realização de capital dos parceiros”, os quais deterrão 51% do capital.

Glantt reestrutura áreas de negócios

A Glantt – Global Intelligent Technologies vai iniciar a reestruturação da organização corporativa da sociedade e das áreas de negócios. A intenção é garantir uma maior eficiência nas estruturas societária, dirigente e operacional, “com redução dos custos de funcionamento e acréscimo de competitividade no mercado”. A empresa quer identificar interessados na aquisição de áreas de negócios “não core”. Pretende ainda estabelecer o objetivo de especialização da atividade dos recursos e dos investimentos no setor da saúde e nas áreas de maior valor acrescentado.

Investidor estrangeiro compra quatro edifícios em Lisboa

A JLL e a CBRE foram as consultoras imobiliárias responsáveis pela venda de quatro edifícios contíguos, propriedade do novo banco, localizados na avenida da Liberdade e na rua Rosa Araújo, em Lisboa. A operação foi realizada com um investidor estrangeiro. Os imóveis têm um projeto licenciado que prevê um total de 10 300 m2 destinados a escritórios, com espaços para lojas nos pisos térreos. O segmento prime da promoção imobiliária está numa fase de desenvolvimento, de acordo com as consultoras.

JOAQUIM DIONÍSIO, JURISTA E MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA DA CGTP, DENUNCIA SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

O Processo Especial de Revitali- tornou-se “um embuste”

O PER - Processo Especial de Revitalização, criado com a finalidade permitir às empresas em situação economicamente difícil ou de insolvência iminente negociar com os credores um acordo para a sua revitalização, “tornou-se num enorme embuste”, dando “cobertura a patrões sem escrúpulos para resolverem problemas fiscais”, disse há dias, no Porto, Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP, num evento sobre o Fundo de Garantia Salarial. Em entrevista à “Vida Económica” à margem da sessão, Joaquim Dionísio, jurista e membro da Comissão Executiva da Central, acusou o Ministério da Justiça de não divulgar os números oficiais e acrescentou: “o PER não resolve mais nenhuns a não ser os problemas dos empresários e, nomeadamente, dos menos sérios, que não estão interessados na resolução dos problemas das empresas e que até substituem aquelas por outras, salvando o património”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, disse aqui que os PER - Processo Especial de Revitalização se tornaram um “enorme embuste” e revelou e que a CGTP vai pedir uma reunião ao Ministério da Justiça. Qual é o objetivo dessa reunião?

Joaquim Dionísio – A CGTP vai pedir ao Ministério da Justiça o número de PER entrados, de PER admitidos, de PER a correr com êxito e daqueles porventura concluídos com sucesso.

VE – Por que é que esses dados não são públicos e disponibilizados no site do Ministério da Justiça?

JD – Não faço ideia. É uma boa pergunta para o Ministério da Justiça. Mas este Governo é assim, fala sistematicamente de



“Sobre o PER incidem os mesmos efeitos do processo de insolvência, ou seja, suspende todos os processos que estejam a correr, nomeadamente ações declarativas e executivas”, explica Joaquim Dionísio.

Fundo de Garantia Salarial que vai ser pago nos PER ascende a 66 milhões

Os trabalhadores das empresas objeto de PER - Processo Especial de Revitalização, instituído pela Lei 16/2012, de 20 de abril, e que tenham reclamado créditos nesse âmbito vão, afinal, receber Fundo de Garantia Salarial (FGS) pago pela Segurança Social, de acordo com uma deliberação recente do Conselho de Gestão do Fundo a que a “Vida Económica” teve acesso. E os requerimentos anteriores indeferidos vão ser objeto de “reapreciação oficiosa”. No documento a que a “Vida Económica” teve acesso é referido que, à data de 1 de agosto de 2014, o número de processos apresentados ao FGS correspondia a 2475 trabalhadores, cujo impacto financeiro poderia ascender aos 14,9 milhões de euros, considerando o valor médio pago por requerimento. E que, caso se considerasse este alargamento aos PER, verificar-se-ia que o volume de processos pendentes aumentava, “passando de 20 mil para um número não inferior a 31 mil requerimentos”, ocorrendo, por conseguinte, “um acréscimo substancial e indeterminado

da despesa, cujo valor se cifra em pelo menos 66 milhões de euros, considerando o valor médio pago por requerimento”. A “Vida Económica” sabe que o Conselho de Gestão do Fundo considera que este acréscimo “não apresenta viabilidade orçamental” mas que, ainda assim, e “não obstante se tratar de um acréscimo de despesa não negligenciável, este valor é ainda possível acomodar nos Orçamentos da Segurança Social de 2014 e 2015, na medida em que cabe na margem considerada nos respetivos orçamentos para acomodar situações de responsabilidades contingentes”. Dados revelados a semana passada pelo Jornal de Negócios indicavam que, dos 1834 PER concluídos até 31 de dezembro de 2014, 825 tinham sido encerrados com sucesso, vendo os seus planos aprovados. Quanto aos requerimentos ao FGS de trabalhadores de empresas insolventes, o número de requerimentos apresentados ao FGS, até 1 de agosto, ascendia a 5169, a que corresponde um valor potencial de cerca de 30 milhões de euros.

Processos Insolvência Entrados *	
3.º TRIMESTRE 2013	4.403
1.º TRIMESTRE 2014	5.052
* Fonte: Boletim da Direção-Geral da Política de Justiça	
Processos Insolvência Entrados *	
3.º TRIMESTRE 2013	1.997
1.º TRIMESTRE 2014	1.996
* Fonte: Relatórios da atividade mensal do FGS - IGFSS,IP	
N.º de trabalhadores - processos Insolvência Entrados *	
3.º TRIMESTRE 2013 - n.º trabalhadores	10.295
1.º TRIMESTRE 2014 - n.º trabalhadores	7.573
* Fonte: Relatórios da atividade mensal do FGS - IGFSS,IP	

Comissão abre inquérito a disposição fiscal belga

A Comissão Europeia decidiu abrir uma investigação sobre uma disposição fiscal belga que permite a redução dos impostos a empresas que integrem grupos económicos naquele país. Através da prática do "tax ruling", uma empresa pode saber com antecedência como pode ser tratada a sua situação fiscal por uma administração e obter determinadas garantias jurídicas. A Bélgica permite que multinacionais aí estabelecidas acabem por pagar impostos mais baixos.

zação

números, mas depois não os torna acessíveis e suscetíveis de poderem ser apreciados, nomeadamente pelos interessados. Nós não sabemos. Uma ideia que temos e que resultou de toda esta discussão hoje aqui é que os PER são um embuste, uma aldrabice enorme e que apenas servem para os patrões salvarem o património. Sobre os PER incidem os mesmos efeitos do processo de insolvência, ou seja, suspende todos os outros processos que estejam a correr, nomeadamente as ações declarativas e executivas. Ora, neste caso, é o que os patrões conseguem por via de um processo relativamente expedito, relativamente rápido e até fraudulento, nalgumas circunstâncias, pois permite-lhes com maiorias muito baixas obter a aprovação dos respetivos planos e, por essa via, travar e suspender todos os processos contra a empresa.

VE – Houve quem aqui falasse dos PER como um balão de oxigénio.

JD – Eu não sei se é um balão de oxigénio, mas são uma forma de estender no tempo e de proporcionar à empresa e ao empresário um tempo que lhe permita salvar um conjunto de património que, numa situação de insolvência normal, não seria alvo. Por outro lado, permite-lhes, com a suspensão dos processos de execução fiscal, ganhar tempo em matéria de execução desses processos. É, portanto, um processo que não resolve mais nenhuns a não ser os problemas dos empresários e, nomeadamente, dos menos sérios e que não estão interessados na resolução dos problemas daquelas empresas e que normalmente até substituem aquelas por outras, salvando o património. Como sabe, para se constituir uma empresa apenas é necessário um euro. E o que se precisa quando algumas empresas têm à sua frente empresários menos sérios? É apenas gerir o processo de desaparecimento daquelas empresas para transferir os patrimónios para outras que, entretanto, vão constituir. O PER permite isto tudo: travar a ofensiva dos credores, travar os processos de execução e ganhar tempo.

VE – E quanto ao SIREVE - Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial?

JD – É outro tipo de processos que corre junto do IAPMEI e que é idêntico e que também faz parar tudo. É em tudo idêntico, só que não tem natureza judicial. E, se for ver, aqueles processos também não têm grande êxito, embora também não haja dados públicos. Porque? E então se este processo, que é acompanhado pelo IAPMEI, não tem êxito, cria-se um processo ao lado com natureza judicial, simplificado, que permite travar os processos contra as empresas já insolventes? Não se compreende.

Governo reforça fiscalização nos estabelecimentos retalhistas de venda de carne

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Ministério da Agricultura e Mar (MAM), a Associação Nacional de Municípios (ANMP) e a Associação dos Médicos Veterinários Municipais vão "reforçar o controlo e fiscalização nos estabelecimentos retalhistas", na sequência dos resultados de um estudo da Deco Proteste que denunciou a venda de carne de vaca picada em 26 talhos sem respeitar as condições de higiene e de conservação obrigatórias, nela tendo sido detetada a presença de salmonela, listeria e aditivos considerados perigosos.

A informação foi avançada à "Vida Económica" pelo secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar, Nuno Brito, explicando que, para esse efeito, "será definido um procedimento uniformizado, em matéria de controlo oficial, a executar pelos municípios e pelas entidades competentes neste setor". Estas decisões surgem depois de o Conselho de Segurança Alimentar ter reunido no final da última semana por iniciativa da Secretaria de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar.

O secretário de Estado explicou ainda à "Vida Económica" as restantes conclusões da reunião, durante a qual foi disponibilizado ao Governo o estudo da Deco para uma análise do mesmo quanto à sua metodologia e análise.

Foi feita também uma apresentação dos resultados do controlo (DGAV) e fiscalização (ASAE) realizado em 2013 e 2014 pelas entidades oficiais da administração pública, tendo sido decidido "intensificar a formação, informação e divulgação para o retalho e para os diferentes operadores", assim como "avaliar e reajustar os planos de controlo em áreas específicas onde se verifique maior probabilidade de risco".

Na reunião do Conselho de Segurança Alimentar ficou igualmente decidido "acompanhar todos os aspetos higio-sanitários dos talhos e do retalho relativamente à utilização de substâncias não permitidas do ponto de vista legal".

Recorde-se que a Comissão de Segurança Alimentar foi constituída pelo Despacho n.º 5801/2014, de 2 de maio de 2014 e é constituída pelo Ministério da Economia, através do Secretário de Estado Adjunto e da Economia, pelo Ministério da Agricultura e do Mar, através do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar, que preside à CSA e cujo gabinete assegura o secretariado e o apoio logístico de funcionamento do Conselho. Fazem ainda parte a ASAE, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Direção-Geral do Consumidor, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, a Direção-Geral da Saúde, a DECO, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, a CAP — Confederação dos Agricultores de Portugal, a CNA — Confederação Nacional da Agricultura, a CONFAGRI — Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédi-

Anacom divulga lista das compensações das operadoras

A Anacom, entidade reguladora das telecomunicações, divulgou a lista das operadoras que vão contribuir para o fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas. Refere em comunicado: "A revisão dos valores do volume de negócios elegíveis de algumas empresas para efeitos de apuramento do volume de negócios global do setor, nomeadamente na sequência de auditorias e de análise efetuadas, é de 4,6 mil milhões de euros." Por exemplo, a NOS vai pagar mais de 18 milhões de euros.



to Agrícola de Portugal, CCRL e a FIPA — Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares.

O objetivo é sentar à mesma mesa todos

os intervenientes da cadeia, do prado ao prato, acompanhando e monitorizando a política de qualidade e de segurança alimentar.

Tenha esta máquina
no seu escritório
por apenas 5€ por mês



Distribuído por:
fonte viva
Em todos os momentos

Campanha válida para adesões até 31 de Março de 2015.
Preço de campanha de 5€ por mês durante os primeiros 6 meses do contrato e 18,50€/mês nos 18 meses seguintes.
Valores sem IVA.

www.fontevida.com.pt | 808 290 000 | comercial@fontevida.pt | www.facebook.com/fontevida.pt

NEGÓCIOS E EMPRESAS/PME

JAIME QUESADO ESPERA RESULTADOS DO PESPAO AO NÍVEL DA EFICIÊNCIA E DA POUPANÇA NA DESPESA DE RECURSOS JÁ ESTE ANO

“É preciso consolidar um verdadeiro Estado inteligente no nosso país”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Plano Estratégico de Serviços Partilhados da Administração Pública (PESPAP), apresentado esta semana, quer “aumentar, através dos Serviços Partilhados e das Compras Públicas, os níveis de eficiência dos serviços da Administração Pública e diminuir os custos de contexto de base estrutural”.

Em entrevista à “Vida Económica”, Jaime Quesado, presidente do Conselho Diretivo da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), aponta os objetivos: “pretende-se que as empresas, nas suas diferentes atividades da sua cadeia de valor, passem a ter uma dinâmica operacional

“O PESPAO vai atuar em áreas centrais ao nível da gestão dos recursos do Estado, designadamente serviços partilhados de Finanças e de recursos humanos”

muito maior”. E que também os cidadãos tenham “um nível de acesso mais organizado à informação” e “uma maior flexibilidade nas suas relações com o Estado”.

O PESPAO é um plano integrado da Administração Pública que “vai atuar em áreas centrais ao nível da gestão dos recursos do Estado”, explica Jaime Quesado, designadamente serviços partilhados de Finanças e de recursos humanos, serviços de ‘project management

office’, serviços partilhados TIC e compras públicas.

A implementação deste plano a três anos, garante o presidente da ESPAP, “vai ser objeto de uma intensa monitorização em termos de impactos e níveis de resultados, quer em termos de poupança na despesa, quer de eficiência operacional em termos de funcionamento”. Tanto mais porque, diz, “pretende-se que com estes ganhos se consiga consolidar um verdadeiro



Jaime Quesado diz que, apesar dos “escassos recursos financeiros”, o PESPAO assenta numa “forte mobilização colaborativa entre as diferentes entidades da Administração Pública”.

Estado inteligente no nosso país”.

Questionado pela “Vida Económica” sobre quando deverá arrancar o plano, Jaime Quesado revela que o PESPAO tem como “horizonte de atuação o período 2015/2018”, mas que este ano “constituirá um ponto de partida importante”, já que, para além da “dinamização das redes e mobilização dos ‘stakeholders’”, é intenção “consolidar alguns ‘quick-ins’ centrais nas diferentes áreas”.

Resultados ao nível da eficiência operacional e da poupança na despesa de recursos no final de 2015

O PESPAO, diz Jaime Quesado, apesar dos “escassos recursos financeiros disponíveis”, assenta numa “forte mobilização colaborativa entre as diferentes entidades da Administração Pública e os diferentes ‘stakeholders’ que lhe estão associados, apelando a uma lógica de organização de forma mais estruturada. Envolve toda a Administração Pública e pretende-se através das diferentes redes colaborativas que “a articulação funcional e operativa entre os diferentes ministérios seja reforçada”.

A “Vida Económica” também questionou o presidente da ESPAP sobre se as autarquias locais (câmaras e juntas de freguesia) serão abrangidas. Jaime Quesado explica que a estrutura que dirige, que emprega 300 pessoas e gere um orçamento de 27 milhões de euros, “tem reforçado a sua intervenção enquanto entidade de base capacitadora e colaborativa com as diferentes comunidades de base intermunicipal”, procurando desta forma “reforçar a agenda dos serviços partilhados e das compras públicas no território”, numa base de eficiência e racionalização de recursos.

O PESPAO, agora apresentado, é “ambicioso a três anos”, garante Jaime Quesado, já que pretende “mobilizar de forma estratégica” os diferentes ‘stakeholders’ envolvidos, com uma “lógica permanente de monitorização e avaliação”. Ainda assim, é possível que “no final deste ano tenhamos já resultados ao nível da eficiência operacional e da poupança na despesa de recursos”.



Contabilidade Geral

Porto 18 Fevereiro

Lisboa 26 Fevereiro

09h30 às 13h / 14h30 às 18h

Objetivos:

No final da ação de formação, os formandos estarão habilitados a:

- Dominar o essencial sobre os conceitos base de contabilidade e a linguagem contabilística
- Dominar o essencial sobre as classes de contas do SNC
- Dominar o essencial sobre os trabalhos de fim de exercício
- Interpretar as novas peças contabilísticas elaboradas de acordo com o SNC

Formador: Dr. Agostinho Costa

Preços:

Assinantes VE: €90+IVA
Público em Geral: €120+IVA

Organização: **VidaEconómica**

PROGRAMA:

1. A Contabilidade como sistema de informação de apoio à gestão

O sistema de normalização contabilística

2. O essencial sobre os conceitos base de contabilidade em SNC

Conceitos base de contabilidade em SNC

3. O essencial sobre as classes 1, 2, 3, 4 e 5 do SNC

Estudo do conteúdo e movimentação de contas

4. O essencial sobre as classes 6, 7 e 8 do SNC

Estudo do conteúdo e movimentação de contas

5. O essencial sobre os trabalhos de fim de exercício

Análise dos principais aspetos do trabalho de fim de exercício
Inventário anual
Regularização das contas
Balancete de retificação
Lançamentos de apuramento de resultados
Balancete final ou de encerramento
Demonstrações financeiras
Exercícios práticos

6. As demonstrações financeiras e o SNC

O balanço
A demonstração de resultados
A demonstração dos fluxos de caixa

Legal
Imobiliário
GABINETE DE ADVOGADOSMARIA DOS ANJOS GUERRA ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.ao.pt

ARRENDAMENTO

Reclamação de incorreções nas inscrições matriciais em oposição à transição do contrato para o NRAU

Como inquilino de uma casa, há cerca de 40 anos, sabia que o proprietário acabaria por atualizar o contrato.

Acabei de receber a esperada mas não desejada carta do senhorio com proposta de um considerável aumento de renda e de um contrato com prazo certo pelo período de cinco anos.

Muito embora, de acordo com o que li nesta coluna, não me pareça que possa invocar rendimentos insuficientes, tudo indica que poderei opor-me invocando o facto de ter mais de 65 anos de idade, caso em que presumo que a renda será fixada tendo um limite máximo referente ao valor do imóvel nas finanças.

Acontece que na carta que me foi enviada e na cópia da caderneta predial a ela anexa, verifica-se que o valor do imóvel foi empolado, provavelmente por aí constar uma área muito superior aquela que me está arrendada.

Será que poderei fazer alguma coisa quanto à sobrevalorização do imóvel

por parte das finanças?

As alterações legislativas ao NRAU (Novo Regime do Arrendamento Urbano) que entraram em vigor no fim de 2012 vieram, efetivamente, possibilitar a transição dos contratos para o NRAU, tendo em vista a futura aplicação das normas deste regime aos contratos mais antigos, aos quais se têm aplicado normas transitórias.

Quando se fala em contratos mais antigos, pretende-se referir os arrendamentos habitacionais anteriores a 19.10.1990, data em que entrou em vigor do RAU (Regime de Arrendamento Urbano) e os arrendamentos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do DL 257/95, que ocorreu em 05.10.2012, pelo que, se o arrendamento a que o leitor se refere foi celebrado há mais de 40 anos, tudo indica que o novo senhorio tem o direito de tomar a iniciativa da transição do contrato para o NRAU com atualização da respectiva renda.

Depois de receber proposta do senhorio para atualização de renda, efetivamente, o arrendatário tem o prazo de 30 dias, a contar da receção da comunicação, para se pronunciar, designadamente para se opor à renda proposta invocando e comprovando ter idade igual ou superior a 65 anos.

Este tipo de oposição como um dos dois regimes de salvaguarda às atualizações das rendas dos contratos mais antigos, livremente propostas pelos senhorios, fará com que no período de cinco anos a contar da receção da resposta pelo senhorio, a renda anual seja fixada num máximo um quinze avos do valor do locado indicado na comunicação do senhorio e comprovado pelo teor da caderneta predial cuja cópia sempre deverá ser enviada. Pelo exposto, se o valor patrimonial tributário estiver desatualizado, comparativamente com outros imóveis sitos na mesma zona, ou se houve erro na determinação da área do imóvel, desde que a diferença entre as áreas apuradas pelo pe-

rito avaliador e a do locado seja superior a 5% da área em questão, nos termos das alterações legislativas publicadas em dezembro de 2014 que já estão em vigor, o inquilino poderá, no mesmo prazo de 30 dias, reclamar de qualquer incorreção na inscrição matricial do locado junto do serviço de finanças competente.

Muito embora a reclamação em questão não suspenda a atualização da renda, quando determine a sua diminuição, dará lugar à recuperação, pelo arrendatário, da diminuição desse valor desde a data em que foi devida a renda atualizada.

Muito embora o normativo em questão tenha já entrado em vigor em 18.01.2015, tanto quanto se sabe, o Fisco ainda não dispõe da aplicação informática necessária para o efeito, pelo que se espera que tal problema logístico seja resolvido antes de decorridos os 30 dias de que os inquilinos dos contratos já atualizados dispõem para apresentar as suas reclamações.

A mudança começa aqui

HOLMES PLACE

2015

Um grande ano começa com uma importante resolução.



EXCLUSIVO

holmesplace.pt

**REFLEXÕES SOBRE
EMPRESAS FAMILIARES**

ANTÓNIO NOGUEIRA DA COSTA
Consultor Empresas
Familiares
antonio.costa@efconsulting.es



Especialistas na consultoria a Empresas Familiares
e elaboração de Protocolos Familiares
Santiago – Porto www.efconsulting.es

Constituição ou Protocolo Familiar: Porquê?

Se as empresas familiares representam a maior parte das sociedades portuguesas, o número de famílias empresárias é muito expressivo.

Mas ser família empresária é algo que, nos dias de hoje, deve ser assumido de uma forma bem distinta: uma estrutura profissional que reúne membros unidos por laços de parentesco (sangüíneo ou não) que domina um determinado legado patrimonial muito relevante para o bem estar de todos.

Do ponto de vista decisório, este conceito deve implicar algumas diferenciações do que é tradicional na família, devendo:

- colocar os interesses da empresa acima dos interesses da família;
- separar os interesses pessoais dos coletivos;
- evitar tratar os assuntos empresariais nos encontros típicos de família;
- reunir periodicamente para tratar dos seus assuntos

tos patrimoniais;

- ter uma lógica mais racional do que emotiva.

Não sendo fácil assumir este tipo de comportamento, o mesmo pode ser apreendido e implementado pelo desenvolvimento de um protocolo familiar. Esta constituição mais não é do que um acordo de comportamento e regulação da empresa, da família e suas interligações, no sentido de assegurar uma harmoniosa coexistência e continuidade futura.

**Temas para
reflexão:**

- Na empresa como tratamos os assuntos respeitantes a interesses da família?
- Na nossa família como tratamos os assuntos dos negócios?
- Temos procedimentos racionais claros e percebidos por todos?



José Maria do Espírito Santo e Silva foi um Self-made man que conseguiu tirar o melhor partido das oportunidades conjunturais das últimas décadas do séc. XIX. A sua "Caza de Cambio", situada na Calçada do Combro em Lisboa, deu origem ao BES que foi nacionalizado em 1975.

A família recomeçou a atividade no exterior, regressando em 1986 e reconstruindo o grupo familiar suportado em cinco grandes ramos familiares (quatro Espírito Santo e um Mosqueira do Amaral).

O ramo de José Manuel Espírito Santo "decidiu contratar uma empresa especializada em gestão de empresas familiares para estabelecer um "protocolo familiar" com o intuito de se encontrarem "Soluções para as Gerações Futuras", que começou pela criação de um Comité de Redacção dos Estatutos, composto por 5 membros da nova geração, que ao participarem na sua redacção estavam automaticamente a comprometerem-se com o futuro!

Os aspectos mais importantes do acordo são, além das suas regras de funcionamento, os seguintes:

- Quem pode/não pode ser parte do acordo – "bloodline";
- Regras para venda das participações;
- Avaliação do trabalho e estratégia de Recursos Humanos da Família;
- Escolha do líder da Família.

Uma vez eleito o líder, a preocupação comum a todos os membros da família deverá ser uma única: Ajudá-lo a desempenhar da melhor forma a sua função.

FONTE: "DECLARAÇÃO DE JOSÉ MANUEL ESPÍRITO SANTO NO GEEF, 2008"

PUB

Lisboa

INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL

Joining Cultures

Lisboa
19 de Fevereiro

"Três anos de reformas na saúde: O que falta dizer e o que falta fazer"

Dr. Fernando Leal da Costa

Almoço-Debate

Com o Dr. Fernando Leal da Costa

Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Hotel DoubleTree by Hilton Lisbon

Fontana Park

Rua Eng.º Vieira da Silva, nº2, em Lisboa (Saldanha)

12h15m Welcome drink

Inscrições: ♦ €30,00 (sócios)

Patrocínio:

♦ €45,00 (não sócios)

Tel.: 21 013 5698; 91 333 0055; 96 876 8415

geral.icpt@gmail.com ; geral@icpt.pt

GRUPO8

SEGURANÇA

Partners:

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOUBLETREE
by HILTON

CASINO
ESTORIL

MARRIOTT

CASINO DE LISBOA

Media Partners:

Ler

FRONTLINE

VidaEconómica

África
Today

SECURITAS

EM PARCERIA COM O GRUPO ANGOLANO SAGRADA ESPERANÇA

NBC Medical abre rede de farmácias em Angola

A SE Farma, resultado da parceria entre a NBC Angola e o grupo Sagrada Esperança, vai inaugurar 16 farmácias em Angola até ao final de 2015. A grande maioria será instalada fora da grande Luanda. Das seis previstas para este ano, quatro já abriram portas em agosto (Cabinda, Lobito, Benguela e Viana). Até ao final do ano, seguir-se-ão as de Porto Amboim e Talatona.

No total, a SE Farma conta ter cerca de 16 espaços a funcionar até final de 2015. Um número que poderá rapidamente crescer, já que para além dos espaços detidos pela SE Farma, estão previstas outras modalidades de participação, como sejam "farmácias participadas", detidas por um terceiro sócio mas igualmente participadas pela SE Farma, e as "farmácias aderentes", outros espaços geridos à imagem e semelhança do conceito desenvolvido mas detidos apenas por terceiro, muito ao jeito do franchising.

A rede criada de farmácias conta com o apoio de gestão de um conjunto de empresas relacionadas, que fazem parte do grupo NBC.

NBC Angola é o braço operacional

Em janeiro de 2009, a NBC Medical criou a NBC Angola, empresa de direito Angolano, de representações e de prestação de serviços, nomeadamente serviços de gestão aos diversos negócios já constituídos e lançados. É o braço estrutural e operacional da NBC Medical em Angola. Conta presentemente com uma equipa de 15 colaboradores e, para além da prestação de serviços de gestão, representa mais de 30 marcas e empresas, muitas delas multinacionais farmacêuticas.

Por sua vez, a NBC Angola, em parceria com outros sócios angolanos, constituiu uma nova sociedade – a Farmalog – em-

presa também ela de direito angolano e que se dedica à importação e distribuição de medicamentos ou de outros produtos na área da saúde.

"No futuro a nossa intenção é que a NBC Angola funcione como uma holding da nossa actividade em Angola", explica o empresário Nuno Belmar da Costa.

Farmalog: um investimento de quatro milhões de euros

O primeiro projeto não demorou muito a nascer. Em conjunto com um parceiro local, a NBC Angola constituiu a Farmalog.

No total, a Farmalog tem em carteira mais de 250 clientes, a maior parte privados (entre clínicas e farmácias), mas também hospitais públicos. E a perspectiva é continuar a crescer.

"No primeiro ano de atividade, 2012, a Farmalog vendeu cerca de 2,5 milhões de USD (em sete meses de atividade), no segundo ano, cerca de 11 milhões de USD e este ano esperamos atingir os 18 milhões de USD. Um crescimento muito acentuado, fruto da eficácia logística", afirma Nuno Belmar da Costa.

Para responder às solicitações do mercado, em especial o da grande Luanda, a Farmalog vai investir na construção de uma nova nave que terá cerca de mil m2 de área de armazenagem. As obras vão arrancar ainda este ano e o novo armazém deverá estar concluído em 2015.

Parceria com o grupo Sagrada Esperança

Em simultâneo com a criação da SE Farma, foi também constituída a SE Logística, com o objetivo de servir as necessidades de abastecimento desta rede de farmácias e não só. Em outubro vai abrir o primeiro armazém da SE Logística no Lobito.

QREN

INSTRUMENTO "TEAMING" APOIA PROJETOS PORTUGUESES

Horizonte 2020 financia investigação



"Pretendemos que os fundos do Programa Horizonte 2020 ajudem um conjunto tão vasto quanto possível de universidades e institutos de investigação em toda a Europa", afirma Carlos Moedas, comissário europeu da Investigação, Ciência e Inovação.

A concessão das subvenções acaba de ser anunciada pela UE e contribuirá para colmatar o fosso existente entre Estados-Membros no campo da investigação de excelência e para reforçar a competitividade e o crescimento ao nível europeu.

O novo instrumento "Teaming", ao abrigo do qual serão concedidas estas subvenções, contribuirá para melhorar o desempenho da investigação e para incrementar o investimento nos países que registam níveis baixos de investigação de excelência.

Com os apoios do Programa Horizonte 2020, foram já selecionados 31 projetos desses países para preparar os planos operacionais dos novos centros de excelência.

"Dito de uma forma simples, pretendemos que os fundos do Programa Horizonte 2020 ajudem um conjunto tão vasto quanto possível de universidades e institutos de investigação em toda a Europa. Estamos determinados em não deixar para trás nenhuma região europeia em matéria de investigação e inovação. O instrumento 'Teaming' passa agora a contribuir para alcançar este objetivo, através da criação de parcerias entre aqueles que já estão no topo e aqueles que dispõem de maior potencial. O Programa-Quadro Horizonte

Os projetos financiados incluem parcerias de toda a Europa

Estão previstos cerca de 87 milhões de euros para a fase 2 do "Teaming"

2020 recompensa a excelência e, mais importante ainda, a busca da excelência", afirmou Carlos Moedas, comissário europeu da Investigação, Ciência e Inovação.

Os primeiros projetos selecionados para financiamento no âmbito do "Teaming" serão liderados por instituições ou agências ligadas à investigação, assim como por autoridades nacionais ou regionais. Na fase 1 desta ação, os projetos receberão até 500 mil euros cada (14,5 milhões de euros no total) para preparar os planos operacionais dos novos centros de excelência ou para modernizar os existentes.

Os projetos financiados incluem parcerias de toda a Europa.

Financiamento pode atingir 800 milhões

O Instrumento "Teaming" contribuirá para dar início a novas colaborações, criar novas redes científicas e aproveitar novas oportunidades de mercado.

Todos os projetos são selecionados por peritos independentes no quadro de processos uniformizados, no âmbito do Programa-Quadro Horizonte 2020. A ação processa-se em duas fases. O financiamento atribuído às propostas selecionadas na primeira fase (31 de entre as 169 propostas apresentadas) ascendeu a 14,5 milhões de euros, estando atualmente previstos cerca de 87 milhões de euros para a fase 2.

No âmbito da iniciativa Horizonte 2020, o programa da UE destinado a apoiar a investigação, haverá um importante pacote de medidas, que pode atingir 800 milhões de euros de financiamento, para ações que visam aumentar a participação dos Estados-Membros com níveis de investigação baixos.

Essas ações incluem os instrumentos "Teaming" e "Twinning" (trabalho institucional em rede que inclui o apoio aos intercâmbios de pessoal, aconselhamento de peritos e assistência), bem como prémios especiais, como o novo instrumento Cátedras ERA.

APCCM volta a apresentar candidatura conjunta

A APCCM - Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção volta a apresentar, no âmbito do Portugal 2020, uma candidatura Conjunta ao Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME. O projeto "Exportar +" é composto por um leque abrangente de ações a realizar em 2015/2016, dirigidas a uma grande área de intervenção.

BOLSA DO EMPREENDEDORISMO EM OEIRAS

Comissão Europeia apoia empreendedores



São cerca de 20 painéis, mais de 50 oradores, área de exposição e cinco mil euros em prémios. Assim se resume a Bolsa do Empreendedorismo 2015 que decorre hoje, 6 de fevereiro, ao longo de todo o dia, no Lagoas Park Hotel, em Oeiras. O evento conta com as presenças institucionais de Pia Ahrenkilde-Hansen, diretora na Direção-Geral da Comunicação da Comissão Europeia, de Paulo Vistas, presidente da Câmara Municipal de Oeiras, e de Pedro Gonçalves, secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade.

Sob o tema "Aprenda, surpreenda, empreenda", a Bolsa do Empreendedorismo 2015 centra-se, durante a manhã, nos apoios ao empreendedorismo, através de programas nacionais e europeus, bem como no empreendedorismo social. Durante a tarde, a sessão desdobra-se em várias sessões paralelas, que abarcam todo o processo de criação de novos

negócios: da ideia ao plano de negócios, passando pelo financiamento e pelos recursos humanos. Esta iniciativa enquadra-se na principal prioridade da Comissão Europeia: fazer com que a Europa volte a investir, a crescer e a criar emprego.

Do vasto painel de oradores contam nomes como o de Sara Medina (Sociedade Portuguesa de Inovação), João Marcelino (INPI), Alexandre Oliveira (IEFP), Marta Miraltes (Startup Lisboa), Miguel Pina Martins (Science4You), Carlos Medeiros (CIEJD), Francisco Nunes (COMPETE), Pedro Ribeiro Santos (ES Ventures), Maria Matos (Agência Nacional de Inovação), Pedro Nunes (Universidade Nova), Artur Alves Pereira (AI-CEP), entre muitos outros. O programa estende-se das 9h00 às 19h00.

No final, serão entregues os prémios do Concurso Elevator Pitch, no valor de 10 mil euros.

INVESTIMENTO DE 2,3 MILHÕES DE EUROS

Cari constrói Arquivo Distrital de Braga

A primeira pedra das novas instalações do Arquivo Distrital de Braga já foi lançada, um projeto orçado em 2,3 milhões de euros e que resulta de um protocolo celebrado entre a Universidade do Minho e a Direção Regional de Cultura do Norte. A obra, da responsabilidade da Cari, a empresa do grupo DST especializada em reabilitação urbana, visa a reconversão e requalificação do complexo que integra o antigo Paço Episcopal de Braga, que atualmente acolhe instituições como a Reitoria da Universidade, o Arquivo Distrital e a Biblioteca Municipal de Braga.

A empreitada parte da requalificação do edifício existente, acrescentando-lhe um novo volume para o depósito, com cinco

pisos, e uma área de aproximadamente 20 mil metros lineares para armazenamento documental.

Como lembrou o presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, esta intervenção "permite reabilitar um edifício localizado numa zona da cidade em estado de degradação, aliando a esse fator a valorização do inestimável património do Arquivo Distrital de Braga".

Este empreendimento foi submetido em candidatura ao programa ON.2 – Eixo prioritário III – Valorização do Espaço Regional – PC/1/2014, tendo a mesma obtido a devida aprovação pela Comissão Diretiva do ON.2 a 28 de maio de 2014. O prazo de construção estende-se por sete meses.

TECNOLOGIAS

DURANTE O CISCO LIVE 2015

As empresas falham porque não se adaptam

Mais de oito mil pessoas, desde analistas, clientes e parceiros reuniram-se em Milão para assistir ao Cisco Live 2015, que decorreu na passada semana naquela cidade italiana. Carlos Dominguez, vice-presidente da Cisco, na cerimónia de abertura, fez um entusiasmado discurso sobre a forma como o mundo está a mudar. E as empresas têm de acompanhar esta mudança.

SUSANA MARVÁ, EM MILÃO
s.marvao@vidaeconomica.pt

Carlos Dominguez, vice-presidente da Cisco não tem qualquer dúvida que o mundo está a mudar. E a Internet tem um papel privilegiado em tudo isto. E há potencial para muito mais. É que apesar de 40% da população mundial já estar ligada ao maravilhoso mundo da internet, ainda há qualquer como 4,4 mil milhões de pessoas que ainda não estão ligadas. Este é todo um novo mundo onde a Internet das Coisas ou melhor, a Internet de Tudo, como faz questão a Cisco de dizer, é o próximo passo.

E Carlos Dominguez sabe muito bem do que está a falar. Faz parte desta “casa” há 22 anos e é por isso legítimo que diga que também ele ajudou a criar a Internet. Tal como todos nós. “Esta é uma época maravilhosa para se viver”. De facto, os últimos 20 anos foram absolutamente transformadores na digitalização da sociedade. Basta recordarmos que em julho de 1994 a revista Time trazia na capa o seguinte tema: “O estranho novo mundo da Internet”...

Na sua apresentação, o CEO guiou-nos pelas memórias da Internet onde as distâncias deixaram de existir, nomeadamente com as redes sociais e as teleconferências. Um mundo no qual já não é preciso ser-se um crítico conceituado para se ter “poder”. O poder está na multidão “em todos nós. Somos nós que fazemos as reviews sempre que vamos jantar a um restaurante, sempre que vamos para um hotel.” Mais de 70% dos consumidores, seja de um produto ou serviço, lê as reviews que vão ajudar e impactar nas suas decisões.

Reportando isto para o mundo empresarial, porque será que as empresas estão a falhar? Simplesmente porque não se estão a adaptar, diz Carlos Dominguez. A verdade é que a importância da tecnologia mudou. Se antes, para se ser CEO, era preciso entender de finanças e marketing, mas não de tecnologia, isto simplesmente não vai ser verdade no futuro, garante o vice-presidente.

Há mais dinheiro para as TI

Organizações privadas ou públicas, ministros ou CEO, todos parecem estar focados na tão aclamada digitalização das empresas, dos processos de negócio. Esta foi



Chris Dedicoat, presidente da Cisco EMEAR (Europa, Médio Oriente, África e Rússia).

a conclusão a que chegou Chris Dedicoat, presidente da Cisco EMEAR (Europa, Médio Oriente, África e Rússia) após o Fórum Económico Mundial que decorreu há poucos dias em Davos, na Suíça e que partilhou em Milão com um grupo de jornalistas internacionais.

Há anos que o discurso por parte dos players de Tecnologias da Informação é o mesmo: a estratégia de negócio tem de estar alinhada com o negócio. E o CIO, o tal Chief Information Officer, deve ter um lugar na administração e não reportar à área financeira. Chris Dedicoat discorda desta análise que o mercado tem vindo a fazer. “Não acredito nisso. Quando fui para a escola de gestão, concordava completamente com essa afirmação. Ou seja, que estratégia de negócios guiava a estratégia de TI. Mas isso mudou. Hoje, as duas têm de ser pensadas como uma única estratégia.”

Durante a crise europeia, Chris Dedicoat garante que a despesa em TI na Europa foi maior do que nos Estados Unidos e que inclusivamente vai aumentar, apesar de não se esperar que atinja os valores de investimento de antes. “Mas penso que vai haver mais investimento em TI. Há dinheiro a ser libertado das linhas de negócio pronto a ser libertado para aumentar o budget de TI. E medir os gastos de TI vai passar a ser muito mais difícil simplesmente porque cerca de 30% dos gastos de TI vão passar a vir de unidades de negócio fora das TI.

Estratégia da PT passa por cloud híbrida, escalável e segura

De Portugal a Cisco levou a Milão a Portugal Telecom como um caso de estudo. A PT era um fornecedor “clássico” de teleco-

Maturidade Digital leva a sucesso financeiro

Um estudo conduzido pela Coleman Parkes e patrocinado pela Ricoh Europe aponta para a maior probabilidade das pequenas, médias e grandes empresas de serviços financeiros em reconhecerem, nos vários sectores, a importância de alcançarem a Maturidade Digital, relativamente ao sucesso financeiro da sua empresa. Esta conclusão nasce da observação de como as pequenas e grandes empresas estão a trabalhar para conseguir discernir um negócio de futuro totalmente digitalizado.

municação. Ponto. Era. Mas já não é. Hoje, é uma empresa de TIC e, mais do que tudo, um fornecedor de serviços em nuvem. O que veio obviamente aportar uma série de desafios à empresa portuguesa. Abel Aguiar, diretor de consultoria e pré-venda cloud e data center na Portugal Telecom veio até Mião, ao Cisco Live 2015, explicar quais são esses desafios e como os endereçar.

De uma coisa a PT tinha a certeza: havia que se diferenciar da sua concorrência. “A chave é ter uma oferta de nuvem empresarial escalável, baseada em SLA e segura”, garantiu Abel Aguiar. E aqui, garante este gestor, as nuvens híbridas e a Intercloud vão ser o próximo passo.

Aliás, em outubro do ano passado, a PT Portugal e a Oi anunciaram publicamente uma parceria com a Cisco, com quem mantém uma relação há já cinco anos, para integrarem o programa Intercloud o que permite à empresa lusa fornecer agora Cloud Híbrida assente na Intercloud, nomeadamente no seu data centers de todo da Covilhã.

A Cisco tinha já anunciado, em março de 2014, o desejo de se juntar a parceiros-chave de todo o mundo, alargando a Intercloud a mais de 250 data centers, num total de cinquenta países, com a promessa de mudar de forma radical a forma como os serviços na nuvem são comprados, vendidos e utilizados.

Mas afinal, o que é a Intercloud? Segundo a empresa norte-americana é uma verdadeira “cloud das clouds” global. E, continua o fornecedor, este conceito traz em si um conjunto de novas oportunidades de negócio, permitindo a ligação de clouds fragmentadas e customizadas através de um conjunto de API abertas, viabilizando a aceleração do negócio. “Aberto, seguro e totalmente

interoperável, a Intercloud vem fomentar múltiplas oportunidades económicas a nível mundial, criando novas experiências de utilização de serviços cloud”.

Defende a Cisco que assim como a internet potenciou uma maior eficiência nos negócios, também a Intercloud terá o seu papel fundamental para muitos deles, ajudando empresas e consumidores a gerirem as suas aplicações e experiências digitais, com análises em tempo real, custos associados apenas ao tipo de consumo identificado, escalabilidade quase infinita e total segurança.

Com a integração no programa Intercloud, a PT Portugal passou a disponibilizar a tal oferta de cloud híbrida. Aliás, na altura a empresa avançava que este mercado será uma das principais alavancas de crescimento do cloud computing (com uma taxa de crescimento prevista de cerca de 30% nos próximos anos), pela sua criticidade nos momentos de transição do ciclo de vida de clientes cloud.

Questionado sobre que razões levaram a empresa portuguesa a optar pela Cisco, Abel Aguiar admitiu que um deles foi claramente o facto da empresa norte-americana ter trabalhado de forma muito próxima com a operadora de telco nacional quer no desenvolvimento da oferta que na introdução dessa oferta no mercado. “Foi algo que a Cisco se propôs a fazer e que os outros não. Esta foi a primeira razão pela qual escolhemos este player”.

Em Milão conhecemos ainda Sofia Tenreiro, a nova diretora-geral da Cisco em Portugal. A executiva ainda não dá obviamente entrevistas, tendo aproveitado esta estadia em Milão para se entrosar na sua nova equipa. A nova gestora da empresa em Portugal veio da Microsoft.

RUI SERAPICOS, RESPONSÁVEL DA CIONET PORTUGAL

“Objetivos para 2014 foram cumpridos e até ultrapassados”

Entre 2013 e 2014, a CIONET, uma comunidade de executivos de TI na Europa, aumentou mais de 50% os seus membros e triplicou o número de parceiros de negócio. Rui Serapicos, responsável pela estrutura em Portugal, admite que CIONET, atuando na área tecnológica, está em contraciclo com a maioria das áreas da economia portuguesa. “O setor tecnológico tem vindo a variar positivamente desde 2011 e a CIONET também o tem sentido. Desde o início, em 2012, que temos vindo a prosperar”.

SUSANA MARVÃO
s.marvao@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Que factos consideram terem sido mais relevantes em 2014?

Rui Serapicos - Num contexto em que a importância das TIC é cada vez maior para o desenvolvimento da competitividade e da inovação, mesmo em negócios que até há pouco tempo eram considerados não tecnológicos, e em que há atualmente um “gap” entre a procura e a oferta de competências nas áreas das tecnologias de informação a nível europeu, é fundamental alterar o contexto em que estes temas têm vindo a ser entendidos.

Neste sentido, consideramos que em 2014 houve dois momentos cruciais: o Grand Coalition for Digital Jobs Summit e o arranque do Programa de Potências Tecnológicas.

O Grand Coalition for Digital Jobs Summit, evento organizado pela CIONET Portugal em parceria com outras entidades – APDC, APDSI, FCT, FPC, ISACA, PBS, TICE.PT e UCP – teve como principal objetivo debater políticas concretas e recomendar planos de ação para três iniciativas: a retenção de recursos humanos no sector das tecnologias, a requalificação do talento português ou a atualização das suas competências, e a atração de “geradores” de emprego digital para o nosso país. Este evento juntou nomes como HP Portugal, IAPMEI, ESPAR, Banco BIC, Instituto Superior Técnico, ES Tech Ventures, Anacom, Deloitte, Ericsson, OutSystems e Ynvisible



Rui Serapicos, responsável da CIONET Portugal.

e contou ainda com a participação de José Manuel Durão Barroso (então Presidente da Comissão Europeia), António Pires de Lima (Ministro da Economia) e Leonor Parreira (Secretária de Estado da Ciência) e António Murta (Digital Champion Portugal).

O Programa de Potências Tecnológicas, que arrancou no primeiro trimestre de 2014, tem como principal objetivo fortalecer as relações empresariais no setor das Tecnologias de Informação e Comunicação entre Portugal e alguns dos países identificados como as maiores potências do momento como por exemplo EUA, Japão, China, Coreia do Sul ou Israel.

VE - Como classificam o ano de 2014?

RS - O ano de 2014 foi um sucesso para a CIONET. Foi essencialmente um ano de crescimento e de continuação da afirmação, não apenas como entidade de suporte à sua própria comunidade de CIO/CTO/executivos de TI, mas também como entidade ativa na criação de soluções para questões tão importantes para o nosso país como é a criação de emprego e a requalificação de profissionais.

Entre 2013 e 2014, aumenta-

mos mais de 50% os seus membros e triplicou o número de parceiros de negócio, demonstrando assim que o valor acrescentado que a CIONET pode trazer junto das empresas e comunidade é cada vez mais reconhecido.

VE - De alguma forma foi pior, em termos de negócio, do que tinham previsto?

RS - Foi melhor do que o que esperávamos. A área digital é um universo em expansão e isso tem-nos ajudado muito a ultrapassar as metas que tínhamos estabelecido.

VE - De entre as vossas soluções/serviços, quais as que tiveram uma maior aceitação e que mais contribuíram para o volume de negócios?

RS - A proposta de valor da CIONET é nutrir e desenvolver uma rede que conta, ao todo com 4.600 CxO a nível Internacional e 240 a nível Nacional, a qual inclui na sua maioria CIO, CTO e Diretores TI de um vasto leque de sectores, culturas, formações académicas e gerações.

Os principais compromissos desta rede assentam em três vetores fundamentais:

Em primeiro lugar, um compromisso de gestão eficiente de comunidade por forma a entregar aos seus membros os recursos que necessitam para concretizar o seu máximo potencial, nomeadamente, a partilha de best practices a nível internacional e nacional e o fomento de um networking altamente direcionado que se comporta como um ecossistema dinâmico e sinérgico que cria e constrói as suas próprias soluções.

Em segundo lugar, a CIONET tem o compromisso de criar soluções personalizadas para os seus parceiros de negócio, os quais são parte fundamental na cadeia de valor, na medida em que colocam desafios constantes de inovação e oportunidade.

Em terceiro lugar, é uma rede próxima da sociedade global em que está inserida, como é o exemplo do Grand Coalition for Digital Jobs, em que se debruçou sobre a solução de um problema ao nível da criação de empregos digitais e requalificação na área das TIC em Portugal.

Tecnologia em contraciclo

VE - De alguma forma foi diferente de 2013?

O setor tecnológico tem vindo a variar positivamente desde 2011

RS - Não. A CIONET, atuando na área tecnológica, está em contraciclo com a maioria das áreas da economia portuguesa. O setor tecnológico tem vindo a variar positivamente desde 2011 e a CIONET também o tem sentido. Desde o início, em 2012, que temos vindo a prosperar.

VE - Que objetivos ficaram por cumprir?

RS - Os objetivos pré-estabelecidos foram cumpridos e até ultrapassados. Acreditamos contudo que é sempre possível melhorar, e para isso contamos com o contributo da nossa comunidade e dos nossos parceiros, que nos desafiam a cada dia a fazer mais e melhor.

VE - Como preveem que vá decorrer o ano de 2015?

RS - A nossa previsão é que a tendência de crescimento se mantenha. Temos cada vez mais pedidos de adesão à rede bem como oportunidades de parceria. Estamos já a preparar uma nova Cimeira do Grand Coalition for Digital Jobs para o final do ano e faremos também eventos temáticos ao longo do ano.

Cada vez é mais visível para nós o reconhecimento do valor que a CIONET acrescenta aos seus membros e parceiros pelo que a nossa perceção é que o ano que agora iniciou seja outro ano de crescimento. Para além disso, temos já alguns projetos em curso que envolvem entidades de outros países da União Europeia, e que têm como objetivo máximo criar impacto e “awareness” para as áreas de inovação e tecnologia junto da sociedade civil.

VE - Quais os maiores desafios que este ano deverá apresentar?

RS - Uma vez que a área das tecnologias tem uma velocidade de mudança bastante elevada devido à crescente competitividade e à constante atualização e aparecimento de novas soluções, o nosso principal desafio é manter a atualização da rede e dos parceiros.

Esta é a nossa maior motivação, pelo que procuramos estar sempre atentos às novidades e a toda a envolvente, quer a nível nacional quer internacional, bem como apresentar iniciativas inovadoras adaptadas às necessidades do nosso ecossistema.

DIREITOS

LEGAL & ILEGAL

Depoimento de parte vs. declarações de parte

“A sociedade de que sou sócio-gerente tem uma ação contra outra empresa para cobrança de serviços que lhe foram prestados mas que não foram pagos. Na oposição a essa ação, a referida sociedade alega factos para justificar que determinados valores não são devidos, decorrentes de conversas que ocorreram entre mim e o gerente da outra sociedade, conversas essas em que mais ninguém esteve presente. Ora, esses factos são absolutamente falsos, mas tendo em conta que se tratou de uma conversa apenas entre ambos seria importante no julgamento se eu pudesse depor sobre os mesmos, dando a minha versão dos factos de forma a tentar provar o que efetivamente foi combinado. No entanto, outro sócio da empresa, por experiência própria num processo que tinha tido em 2012, referiu-me que apenas era possível requerer o depoimento da outra parte e não o da própria parte. A informação que me deram está correta?”

CRISTIANA MELO
Gabinete de Advogados António Vilar, Luís Cameirão & Associados
avlc@avlc-advogados.com

Se no ano de 2012 a informação que lhe



deram estava correta, atualmente já não se poderá dizer o mesmo. Isto porque entrou em vigor, a 01 de setembro de 2013, o Novo Código de Processo Civil, com a Lei 41/2013, de 26 de junho, que veio alterar consideravelmente o disposto no diploma anterior, nomeadamente quanto a esta matéria. Assim, de acordo com o anterior diploma, às partes apenas era permitido requerer o depoimento da parte contrária e dos seus compartes nos termos do disposto no artigo 553º do CPC (Código de Processo Civil).

Atualmente, continua a ser possível requerer o “depoimento de parte”, nos termos do disposto no artigo 452º e s.s. do NCPC (Novo Código de Processo Civil); no entanto, este novo código prevê uma nova figura que é a das “declarações de parte”, prevista no artigo 466º do NCPC e que permite que “as partes possam requere-

David Carvalho Martins leciona em Moçambique

No âmbito do protocolo de cooperação institucional (“Programa Desafio”) entre a Universidade de Ghent, Bélgica, e a Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, David Carvalho Martins está a participar no Programa de Mestrado desta universidade. O módulo é sobre Direito Internacional do Trabalho e da Segurança Social. David Carvalho Martins é docente e advogado da GA&P em Portugal.

rer, até ao início das alegações orais em 1.ª instância, a prestação de declarações sobre factos em que tenham intervindo pessoalmente ou de que tenham conhecimento direto”.

As declarações de parte, principalmente nas situações como a supra descrita, ou seja, quando recaia sobre factos que ocorreram apenas entre as partes, sem a presença de terceiros, pode ser da maior importância para a decisão da causa, já que se dá a possibilidade de serem ouvidas ambas as versões dos factos e não apenas uma. Sendo certo que, na parte em que não constituam confissão, serão livremente apreciadas pelo tribunal.

Ora, embora estas duas figuras tenham bastantes semelhanças, têm obviamente as suas diferenças, nomeadamente quanto à oportunidade para requerer cada uma delas. Se o “depoimento de parte” deve ser

requerido pelo Autor na Petição Inicial e pelo Ré na Contestação (artigo 552º, nº 2, e 572º, al. d), do NCPC); as “declarações de parte” podem ser requeridas até ao início das alegações orais em 1.ª instância.

Outra das diferenças entre ambas as figuras prende-se com a “prestação de juramento” previsto no artigo 459º do NCPC, no qual o tribunal “faz sentir ao depoente a importância moral do juramento que vai prestar e o dever de ser fiel à verdade, advertindo ainda das sanções aplicáveis às falsas declarações”, após o que “o tribunal exige que o depoente preste o seguinte juramento: “Juro pela minha honra que hei de dizer toda a verdade e só a verdade”. Ora, tem-se entendido que, ao contrário do que acontece no “depoimento de parte”, no qual é obrigatória a realização do juramento, as “declarações de parte” são prestadas sem que a ele haja lugar.

LEGAL & ILEGAL

DIREITO DE PROPRIEDADE

REGISTO DE MARCA NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Estou a internacionalizar a minha empresa e dizem-me que devo registar a marca dos meus produtos. Gostaria de saber quais as vantagens de registar uma marca e se o registo também produz efeitos no estrangeiro?

SÍLVIA BRAZ
Gabinete de Advogados António Vilar, Luís Cameirão & Associados
avlc@avlc-advogados.com

Antes de mais, importa esclarecer o que é a marca. A marca é um sinal que identifica no mercado os produtos ou serviços de uma

empresa, distinguindo-os dos de outras empresas. Esta criação intelectual poderá ser objeto de um direito de propriedade – o direito de propriedade industrial – ao ser registada.

Apesar de não ser obrigatório, o registo é aconselhável pois traz consigo muitas vantagens. O registo permite valorizar o esforço financeiro e o investimento intelectual utilizado na conceção da nova marca e, acima de tudo, confere um direito exclusivo que permite impedir que terceiros, sem o consentimento do titular, produzam, fabriquem, vendam ou explorem economicamente a marca

registada, isto é, impede que outros usem sinal igual ou semelhante, em produtos ou serviços idênticos ou afins (ou seja, o registo permite, nomeadamente, reagir contra imitações). Além disso, o registo possibilita ao seu titular a utilização das indicações como “marca registada”, “MR” ou ®, de modo a dissuadir potenciais infrações. Com o registo, é atribuído um direito de propriedade ao titular, direito que é livremente disponível, pelo que garante a possibilidade de transmitir o registo ou de conceder licenças de exploração a favor de terceiros, a título gratuito ou oneroso. O registo em Portugal é obtido junto do INPI

(Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Apenas produz efeitos no território nacional, não protegendo a marca em nenhum outro país. Os direitos de propriedade industrial são direitos territoriais, sendo o exclusivo apenas garantido no país que lhes conferiu proteção. Caso se pretenda estender a proteção da marca a outros países, poder-se-á, em cada um deles, apresentar diretamente pedidos de registo. Há, também, a possibilidade de solicitar a proteção para os países da União Europeia em bloco, através da Marca Comunitária, ou para os países membros do Acordo e/ou Protocolo de Madrid, através do Registo Internacional de Marca.

FISCALIDADE

Não contribuição sobre os sacos de plástico representa contra-ordenação muito grave

A contribuição sobre os sacos de plástico leves ainda levanta algumas dúvidas. Os fiscalistas da PLMJ explicam como deve decorrer o processo e sobre que tipo de produto incide o imposto e quais as obrigações declarativas dos sujeitos passivos. A não repercussão da contribuição sobre o consumidor final representa uma contra-ordenação ambiental muito grave.

A contribuição incide sobre os sacos de plástico compostos – total ou parcialmente – por matéria plástica, com alças, com espessura igual ou inferior a 50 microns, vendidos ou disponibilizados a título gratuito ou com custo associado que sejam produzidos em Portugal continental, a adquiridos a outros Estados-Membros ou a países terceiros ou sejam expedidos para o Continente a partir das regiões autónomas. Estão isentos da contribuição aqueles que sejam objeto de exportação, expedidos para as regiões autónomas ou não possuam alças. O mesmo se aplica aos que são utilizados em donativos a instituições de solidariedade social. A contribuição devida é de oito centavos por saco, a que acresce a taxa de IVA.

Pagam esta contribuição os produtores de sacos de plástico leves com sede ou estabelecimento estável em Portugal continental, os adquirentes quando as compras dos mesmos sejam efetuadas a fornecedores com sede ou estabelecimento estável noutro Estado-Membro ou nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. A contribuição torna-se exigível no momento da sua introdução no consumo. A introdução no consumo deve ser formalizada através de uma



Estão isentos da contribuição aqueles que sejam objeto de exportação, expedidos para as regiões autónomas ou não possuam alças.

Declaração de Introdução no Consumo (DIC) ou, nos casos de importação, através de declaração aduaneira de importação. A contribuição é paga ao Estado até ao dia 15 do segundo mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeita a sua liquidação.

Obrigações declarativas dos contribuintes

Quanto às obrigações declarativas dos contribuintes, estes devem obter o estatuto de depositário autorizado, entregar periodicamente a DIC até ao dia 5 do mês seguinte ao final do trimestre do ano civil em que ocorreu a introdução dos sacos de plástico no consumo e comunicar à AT, até ao final do mês de janeiro os dados estatísticos referentes à quantidade de sacos de plástico leves adquiridos e distribuídos.

A contribuição deve ser repercutida pelos agentes económicos até ao adquirente final, a título de preço. Os sistemas de faturação terão de ser adaptados, devendo passar a constar das faturas emitidas a designação do produto ("sacos de plástico leves" ou "sacos leves"), o número de unidades vendidas ou disponibilizadas e o valor cobrado a título de preço, incluindo a contribuição devida.

A não repercussão da contribuição sobre o consumidor final, bem como a sua não discriminação na fatura, constitui uma contra-ordenação ambiental muito grave. O novo regime entra em vigor a 14 de fevereiro, no âmbito de um período transitório decidido pelo Governo. Até essa data, os sacos de plástico leves que sejam disponibilizados não ficam sujeitos a cobrança e pagamento da contribuição.

Declaração mensal de remunerações sofre alterações

O Ministério das Finanças indicou as novas regras de preenchimento da declaração mensal de remunerações, de acordo com as alterações ao Código de IRS. Surgem dois novos códigos para os rendimentos não sujeitos a IRS. O A24 para valores referentes a vales de educação, com uma isenção no valor limite de 1100 euros por dependente. O A26 para as importâncias suportadas pelas entidades patronais com encargos, indemnizações ou compensações.

AGENDA FISCAL

FEVEREIRO

Até ao dia 10

- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado** - Periodicidade Mensal – Envio obrigatório via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas no mês de novembro. Conjuntamente com a declaração periódica deve ser enviado o Anexo Recapitulativo, referente às transmissões intracomunitárias isentas, efetuadas no mês de novembro.

Até ao dia 15

- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado** - Periodicidade trimestral - Entrega Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos contribuintes do regime normal trimestral, relativa às operações efetuadas no 4º trimestre de 2014.
- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares** - Entrega da Declaração Modelo 11, pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem actos ou contratos sujeitos a registo predial, das relações dos actos praticados no mês anterior, suscetíveis de produzir rendimentos.

Até ao dia 20

- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares** - Entrega das importâncias retidas, no mês anterior, para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).
- **IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas** - Entrega das importâncias retidas, no mês anterior, para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.
- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado** - Pequenos Retailistas - Entrega da declaração Modelo P2 ou da guia Modelo 1074, consoante haja ou não imposto a pagar, relativo ao 4º trimestre de 2014.
- Declaração Recapitulativa - Entrega da Declaração Recapitulativa pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados-Membros, no mês anterior, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.
- **Imposto do Selo** - Entrega das importâncias retidas, no mês anterior, para efeitos de Imposto do Selo.

IRS

Açores - Tabelas de retenção na fonte

Foi publicado na II série do Diário da República do dia 28 de janeiro, o Despacho n.º 852/2015, que aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS, a que se referem os artigos 99º-C e 99º-D do código do IRS, para vigorarem durante o ano de 2015 na Região Autónoma dos Açores.

As tabelas agora aprovadas refletem as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro, que procedeu à reforma do IRS, designadamente a criação do quociente familiar, reduzindo em consequência as taxas de retenção na fonte para as famílias com filhos.

A taxa de remuneração de retenção na fonte ou pagamento por conta excessivos, bem como a taxa de juros indemnizatórios por atraso na restituição do imposto retido ou pago em excesso, são as estabelecidas nos artigos 102.º-A e 102.º-B do Código do IRS, respetivamente.

PRÁTICA FISCAL

IRS – DEDUÇÕES NOS RENDIMENTOS PREDIAIS – COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS

De acordo com o artigo 41.º do CIRS, as despesas de manutenção e de conservação que deduzem aos rendimentos brutos da categoria F (prediais) devem encontrar-se documentalmente provadas, terminologia esta que já consta há bastante tempo deste articulado. Acontece pois que a Administração Fiscal, sem qualquer fundamento, entende que para o gasto estar documentalmente provado, tem que a identificação do prédio/imóvel que gera o rendimento constar diretamente nas faturas ou documentos equivalentes relativas às despesas suportadas, devendo o mesmo ser impresso diretamente do programa de faturação do fornecedor em causa ou ser introduzido por ele. Verifica-se pois que ao analisarem o IRS de 2013 de um sujeito passivo, vão proceder à correção de todas as faturas relativas a despesas

suportadas com imóveis arrendados, uma vez que a identificação dos imóveis a que respeitam as despesas foram colocadas manualmente pelo sujeito passivo. Estará esta interpretação correta, tendo em conta que tal menção não decorre do disposto no artigo 36.º do CIVA, nem sequer existe qualquer entendimento da Administração Fiscal quanto a esta situação?

Resposta do Assessor Fiscal:

1. Nos termos do estabelecido no artigo 41.º, número 1, do Código do IRS, aos rendimentos brutos referidos no artigo 8.º, rendimentos da Categoria F, prediais, apenas se deduzem as despesas de manutenção e de conservação que incubam ao sujeito passivo, por ele sejam suportadas e se encontrem documentalmente provadas, bem como a contribuição autárquica, actual IMI, que incide sobre o valor dos prédios ou parte de

prédios cujo rendimento tenha sido englobado.

2. Actualmente, qualquer fornecedor de bens ou prestadores de serviços, por prestarem uma operação económica, estão obrigados a emitir factura (normal ou simplificada) nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA, a qual deve conter os elementos exigidos pelo n.º 5 do artigo 36.º e n.º 2 do artigo 40.º do CIVA.

3. As exigências formais das referidas normas visam propiciar à Administração Fiscal um eficaz controlo das relações económicas em sede de IVA, mas em nenhuma delas, mesmo para esse efeito, se obriga a que os bens transmitidos ou os serviços prestados se identifiquem com os locais em que foram utilizados, obrigando-se, tão somente, a que se mencione na factura, designadamente, «a denominação usual dos bens

transmitidos ou dos serviços prestados».

4. Por outro lado, o Código do IRS não faz depender o direito à dedução das despesas com a manutenção e conservação de imóvel da existência de «factura» emitida em «forma legal» para o efeito.

5. Em minha opinião, o «documento comprovativo e justificativo da despesa para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do CIRS, não tem de assumir as formalidades essenciais exigidas para as facturas em sede de IVA, uma vez que a exigência de prova documental não se confunde nem se esgota na exigência de qualquer factura, na medida em que, ao contrário do que se passa com o IVA, em sede de IRS, a justificação da despesa consubstancia uma formalidade probatória e, por isso, substitui-se por qualquer outro meio de prova.

Governo tem 40 medidas para combater a fraude e a evasão fiscais

O Governo já tem em vigor o Plano Estratégico de Combate à Fraude e à Evasão Fiscais e Aduaneiras para o triénio de 2015 a 2017. Do plano constam 40 medidas prioritárias. A introdução do sistema e-fatura é considerado um elemento essencial, na medida em que permite à AT acompanhar em tempo real a atividade económica. A administração tributária garante que o sistema permite um melhor cumprimento das obrigações dos contribuintes cumpridores, sendo, ao mesmo tempo, mais simples penalizar os infratores.

Governo publica lista de benefícios fiscais para pessoas com deficiência

O Governo deu a conhecer o tipo e a percentagem de deficiência fixados nos termos da Tabela Nacional de Incapacidades, em vigor na data da sua determinação por parte da respetiva junta médica. As pessoas que apresentem um grau de incapacidade igual ou superior a 60% gozam, em determinados casos, de desagravamentos fiscais em sedes de IRS, IVA, ISV e IUC. A sociedade de advogados PLMJ, no seu site, faz uma apresentação, de forma objetiva, desses desagravamentos e como é possível a sua obtenção por parte das pessoas com deficiência.

CONTAS & IMPOSTOS

Serviços de fabricação sem instalação são serviços que não se enquadram na regra da inversão do sujeito passivo

A norma em causa é abrangente, no sentido de nela serem incluídos todos os serviços de construção civil, independentemente de os mesmos fazerem ou não parte do conceito de empreitadas ou subempreitadas.

O caso relaciona-se com a regra da inversão do sujeito passivo. Estão envolvidas duas empresas, logo dois sujeitos passivos de IVA. A atividade da empresa “X” é a fabricação de portas e janelas de alumínio e a respetiva montagem. A empresa fornece os materiais à empresa “Y” em que esta fabrica as respetivas portas e janelas, faturando apenas a prestação de serviços de fabricação à empresa “X”. A empresa “X” é que vai ser a responsável pela montagem na obra. Pergunta-se se a empresa “Y” ao elaborar a fatura de prestação de serviços da fabricação à empresa “X” deve invocar a Inversão do sujeito passivo, o mesmo é dizer, passar a fatura com a menção de IVA - Autoliquidação?

A resposta a esta questão encontra-se no Ofício-Circulado 030101, de 24 de maio de 2007, que regulamenta os serviços de construção civil nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 2º do CIVA. Se a empresa “Y” fatura à empresa “X” os serviços da fabricação das portas e janelas, sem a respetiva instalação, significa que são operações que não se enquadram na regra de inversão do sujeito passivo, ou seja o prestador do serviço (empresa “Y”) terá de liquidar IVA à taxa normal de 23 por cento

(Continente) nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 18º do CIVA, em conjugação com a alínea c) do nº2 do artigo 4º do CIVA. Através do Ofício-Circulado n.º 030101, de 24 de maio de 2007, foram transmitidos esclarecimentos sobre a aplicação desta regra, designadamente (passamos a citar: “(...) 1.2. Casos em que há inversão Para que haja inversão do sujeito passivo, é necessário que, cumulativamente: a) se esteja na presença de aquisição de serviços de construção civil; b) o adquirente seja sujeito passivo do IVA em Portugal e aqui pratique operações que confirmem, total ou parcialmente, o direito à dedução do IVA. 1.3. Noção de serviços de construção civil A norma em causa é abrangente, no sentido de nela serem incluídos todos os serviços de construção civil, independentemente de os mesmos fazerem ou não parte do conceito de empreitadas ou subempreitadas a que se referem os artigos 1207.º e 1213.º do Código Civil. A referência, no articulado, a serviços em “regime de empreitada ou subempreitada” é meramente indicativa e não restritiva. Consideram-se serviços de construção civil todos os que tenham por objeto a realização

de uma obra, englobando todo o conjunto de atos que sejam necessários à sua concretização. Por outro lado, deve entender-se por obra todo o trabalho de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, reabilitação, limpeza, restauro e demolição de bens imóveis, bem como qualquer outro trabalho que envolva processo construtivo, seja de natureza pública ou privada. (...) 1.4. Âmbito da regra de inversão Sempre que, no âmbito de uma obra, o prestador fatura serviços de construção propriamente dita ou quaisquer outros com ela relacionados e necessários à sua realização, (v.g. aluguer ou colocação de andaimes, aluguer de guias e de outros bens, serviços de limpeza, sinalização, fiscalização, remoção de entulhos, serviços de projetistas ou de arquitetura, etc.), bem como materiais ou outros bens, entende-se que o valor global de fatura, independentemente de haver ou não discriminação dos vários itens e da faturação por conjunta ou separada, é abrangido pela regra de inversão de sujeito passivo. Contudo, a faturação de serviços, ao prestador dos serviços de construção, tais

como os indicados e que isoladamente não relevam do conceito de serviços de construção (v.g. aluguer ou colocação de andaimes, aluguer de guias e de outros bens, serviços de limpeza, sinalização, fiscalização, remoção de entulhos, serviços de projetistas ou de arquitetura, etc.) ou de meros fornecimento de materiais ou de outros bens, não é abrangida pelas normas de inversão, cabendo ao prestador dos referidos serviços ou ao transmitente dos bens a normal liquidação do IVA que se mostre devido. (...)” Daqui resulta que a operação de fabricação de portas e janelas por parte da empresa “Y” não está dependente de nenhuma obra em algum imóvel (como no caso em que se procedesse à montagem - vide Anexo I – Lista exemplificativa de serviços aos quais se aplica a regra de inversão). Deste modo, se a empresa “Y” apenas fabrica portas e janelas, e, não procede à sua montagem, não incorrendo em serviços de construção civil significa que quando faturar ao sujeito passivo, a empresa “X” terá de liquidar IVA à taxa de 23 por cento (Continente), e não poderá aplicar a regra de “IVA – autoliquidação”, nos termos do nº13 do artigo 36º do CIVA.

Assistência e reparação de máquinas agrícolas podem beneficiar de taxa reduzida de IVA

Caso a assistência e reparações sejam feitas em máquinas e equipamentos agrícolas, que não se destinem ao exercício da atividade agrícola, aqui já não poderá ser aplicada a taxa reduzida de IVA à prestação de serviços e aos materiais incorporados, ou seja ficarão sujeitos à taxa normal do IVA.

Determinada empresa que presta serviços de assistência e reparação de máquinas e de equipamentos agrícolas, pretende saber qual a taxa de IVA a aplicar nesses serviços de reparação. Pode ser aplicada a taxa de 6 por cento (prevista na categoria da Lista I anexa ao CIVA), ao serviço prestado e às peças incorporadas na reparação? A taxa reduzida pode ser aplicada a todos os clientes? Por exemplo, pode ser aplicada a clientes particulares (que não exercem nenhuma atividade)?, ou será necessário obter da parte do cliente um comprovativo de como exerce uma atividade agrícola prevista na verba 5 da Lista I anexa ao CIVA?

No âmbito de uma empresa que presta serviços de assistência e reparação de máquinas e de equipamentos agrícolas, a questão que se coloca é se poderá aplicar a taxa reduzida de 6 por cento, e se poderá fazê-lo a todos os clientes. A resposta a esta questão baseia-se na informação vinculativa: Processo nº7747, por despacho de 18 de novembro de

2014, do SDG do IVA, por delegação do Director Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira – AT, e na qual passamos a citar o seguinte: “(...) 9. A referida categoria 4 é composta pelas subcategorias 4.1 e 4.2, elencando esta última, de uma forma estruturada por alíneas, um conjunto de prestações de serviços que contribuam para a realização da produção agrícola, das quais se destaca “(a) assistência técnica” [a alínea f)]. 10. Resulta das citadas normas que os serviços de “assistência técnica” que contribuam, de forma inequívoca, para a realização da produção agrícola de uma das atividades listadas na verba 5, beneficiam da aplicação da taxa reduzida, por enquadramento na citada alínea f) da verba 4.2 da lista I anexa ao CIVA. 11. Nestes termos, se as operações efetuadas pela requerente consubstanciam serviços de assistência e reparação de máquinas/equipamentos de uso incontestável em explorações agrícolas, ainda que nessas reparações sejam

incorporadas peças e/ou acessórios, tais prestações de serviços, desde que efetuadas e faturadas a produtores agrícolas de uma das atividades listadas na verba 5, constituem operações enquadráveis na alínea f) da verba 4.2 da lista I anexa ao CIVA, tributadas à taxa reduzida prevista na alínea a) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 18.º do Código (6% no território do continente, 5% nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira). 12. Quando estas circunstâncias não se encontram verificadas, isto é, as prestações de serviços de assistência e reparação de máquina/equipamentos realizadas a outros sujeitos passivos que não produtores agrícolas de atividades listadas na verba 5, por exemplo a “Associações” de produtores agrícolas, deve ser sujeita à aplicação da taxa normal do imposto, a que se refere a alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 18.º do CIVA, por falta de enquadramento na referida verba 4.2 da lista I ou em qualquer outra das diferentes verbas das listas anexas ao citado Código.” Face ao exposto, temos que, se as

prestações de serviços de assistência e reparação de máquinas e equipamentos agrícolas forem para uso de explorações agrícolas (atividade agrícola), significa que poderão beneficiar da taxa reduzida de 6 por cento (Continente) ao abrigo da alínea f) (assistência técnica) da verba 4.2 da Lista I, anexa ao CIVA. E, os materiais e peças aí incorporados para a realização da prestação de serviços também beneficiam da taxa reduzida de IVA. Caso a assistência e reparações sejam feitas em máquinas e equipamentos agrícolas, que não se destinem ao exercício da atividade agrícola, aqui já não poderá ser aplicada a taxa reduzida de IVA à prestação de serviços e aos materiais incorporados, ou seja ficarão sujeitos à taxa normal do IVA, nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 18º do CIVA (23% no Continente).

INFORMAÇÃO ELABORADA PELA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS, EM CONFORMIDADE COM O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

EM FOCO

Mary Kay Portugal cresce 50%

A Mary Kay Portugal, marca premium de cosmética de venda direta, apresenta pelo terceiro ano consecutivo resultados positivos, tendo crescido mais de 50% desde 2012 e alcançado em 2014 o seu ano recorde de vendas. Com um crescimento a mais de dois dígitos, neste período, a marca conta com cerca de cinco mil consultoras de beleza independentes em Portugal, existindo um ritmo atual de 300 novas mulheres por mês a iniciarem o seu próprio negócio com a Mary Kay.

JORGE LOPES, DIRETOR DE VENDAS E MARKETING DO SHERATON ALGARVE & PINE CLIFFS RESIDENCE, AFIRMA

A grande tendência no turismo de luxo volta a ser o “Family Travel”

O “Family Travel” volta a ser a grande tendência no turismo de luxo para 2015.

O conceito evoluiu e, tal como explica Jorge Lopes, diretor de Vendas e Marketing do Sheraton Algarve & Pine Cliffs Residence, o “Family Travel” prima hoje pela oferta de serviços de assinatura e diferenciados.

“Definitivamente, o segmento das famílias já não se coaduna apenas com a oferta de um peluche e de uma sala cheia de brinquedos e lápis de pintar. São um target muito mais exigente e nós sabemos-lo, afinal somos o ‘Melhor Resort Familiar em Portugal’, pelos World Travel Awards 2014”, acrescenta.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilio@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Em termos de turismo de luxo, o ano 2014 correspondeu às expectativas?

Jorge Lopes - Sem dúvida, o ano de 2014 foi um ano especialmente positivo no segmento de luxo.

VE - Portugal, e o Algarve em particular, têm ganho vários prémios internacionais de turismo. A que se deve isso?

JL - Deve-se a um aumento da notoriedade do destino, que tem sido alcançada através do empenho e investimento do setor privado na criação de novos conceitos de qualidade, na requalificação da oferta existente e também da alteração do paradigma na promoção turística do país por parte de órgãos oficiais, como o Turismo de Portugal.

VE - Quais são as principais tendências neste segmento para 2015?

JL - Mais uma vez, a grande tendência no turismo de luxo volta a ser o “Family Travel”. Um conceito que tem evoluído e, hoje, vai muito além da oferta de quartos com capacidade para acomodar famílias e de um kids-club. O conceito “Family Travel” prima pela oferta de serviços de assinatura e diferenciados, como é exemplo o “Kids Concierge”, cujo intuito passa por promover atividades no destino, ou os “workshops de etiqueta” para crianças, aulas de culinária, e experiências no mundo do trabalho que passam por dar a oportunidade aos mais pequenos de descobrir e desenvolver tarefas



“É cada vez mais importante uma boa gestão de reputação no digital”, afirma Jorge Lopes.

Sheraton Algarve & Pine Cliffs Residence é o “Melhor Resort Familiar em Portugal”, pelos World Travel Awards 2014

ligadas às profissões hoteleiras.

Definitivamente, o segmento das famílias já não se coaduna apenas com a oferta de um peluche e de uma sala cheia de brinquedos e lápis de pintar. São um target muito mais exigente e nós sabemos-lo, afinal somos o “Melhor Resort Familiar em Portugal”, pelos World Travel Awards 2014.

Era digital e “social media” revolucionam a indústria hoteleira

VE - Os mercados tradicionais e emergentes vão continuar a proporcionar um bom fluxo de turistas?

JL - As perspetivas para 2015 são bastante animadoras. Portugal está na moda e continua a ser um destino seguro e atrativo para o segmento de luxo.

VE - De que forma uma experiência de luxo única e positiva influencia a relação de continuidade que os hóspedes esta-

belecem com os hotéis e a recomendação que vão fazer dos mesmos, nomeadamente, através dos canais digitais?

JL - A era digital e os “social media” revolucionaram, e vão continuar a revolucionar, a indústria hoteleira. Os hábitos de comunicação em tempo real permitiram aos hóspedes qualificar e expressar a sua opinião e comentários face à sua experiência, assegurando uma maior transparência nas classifica-

ções atribuídas às unidades hoteleiras.

Não há como fugir à realidade e por isso é cada vez mais importante uma boa gestão de reputação no digital. A título de exemplo, uma má experiência no serviço pode ter repercussões nos vários canais digitais, incluindo nas redes sociais da própria unidade hoteleira, gerando um impacto muito negativo na perceção de qualidade da mesma.

Percentagem de repetição da estadia de clientes que é o dobro do “benchmark” na indústria

O Pine Cliffs Resort é um dos resorts de luxo mais prestigiados e premiados da Europa. Localizado a sul de Portugal, na magnífica costa algarvia, e com uma privilegiada e espetacular localização frente ao mar, o Pine Cliffs é um resort totalmente integrado, gerido pela marca Luxury Collection, da Starwood Hotels & Resorts, e oferece um conjunto diversificado de opções de alojamento aliado a um “estilo de vida de luxo para toda a família”.

São várias as opções exclusivas de lazer e “lifestyle”, sempre guiadas pela excelência de um resort de cinco estrelas. Desde o golfe e da Academia de Ténis Annabel Croft às piscinas e aos desportos

aquáticos, passando pela diversidade culinária que se reflete num leque de cozinhas internacionais e locais. Há ainda a aldeia de crianças “Porto Pirata”, para os hóspedes mais jovens, o Experience Wellness@Pine Cliffs, lojas e “boutiques” para adultos em férias. “Existe sempre algo diferente para fazer neste lugar único no mundo”, afirma Jorge Lopes. A sua localização ímpar, a exclusividade, a sensação de espaço e a diversidade de serviços de assinatura, aliados à qualidade Luxury Collection, têm garantido ao Pine Cliffs Resort uma percentagem de repetição da estadia de clientes que é o dobro do “benchmark” na indústria, salienta o mesmo responsável..

EM FOCO**Venda do Novo Banco poderá resultar em perdas**

A agência de notação financeira Fitch admite que o Novo Banco poderá ser vendido por menos de 4,9 mil milhões de euros. Se assim for haverá perdas, pelo que deverá ser criado um mecanismo que possibilite à banca acarretar esses custos, por via da sua diluição no tempo. A Fitch chama a atenção que os principais riscos associados dos bancos são a qualidade dos seus ativos e a respetiva rentabilidade. De salientar ainda que o Estado entrou com 3,9 mil milhões para o Fundo de Resolução Bancária.

HOTEL DE CASCAIS CONQUISTOU TAMBÉM O TÍTULO DE 'HOTEL MAIS SEGURO'

Vivamarinha eleito "Melhor Resort Hotel"

O Vivamarinha Hotel & Suites acaba de ser eleito nos International Hotel Awards como o "Melhor Resort Hotel" e "Hotel Mais Seguro" em Portugal. A unidade de cinco estrelas, situada na Quinta da Marinha, em Cascais, foi a única em Portugal a ser reconhecida com dois galardões pelo júri do prémio.

A cerimónia dos International Hotel Awards 2014-2015, que decorreu há dias em Londres, premeia anualmente a excelência da hotelaria mundial distinguindo os projetos hoteleiros, com classificação "5 estrelas", em 17 categorias diferentes. Pedro Santos, diretor-geral do Vivamarinha Hotel & Suites, afirma: "Estes dois prémios evidenciam o compromisso do hotel e da sua equipa para com a missão de bem receber todos quanto nos visitam. Trabalhamos diariamente para

proporcionar aos nossos hóspedes um ambiente tranquilo, onde a qualidade do serviço e a atenção aos mais ínfimos pormenores nunca são deixados ao acaso. A satisfação e o bem-estar dos nossos clientes são a prioridade desta equipa de profissionais dedicados".

O Vivamarinha Hotel & Suites disponibiliza um total de 143 alojamentos íntimos e acolhedores, marcados pela elegância e conforto dos seus ambientes. A oferta desta unidade hoteleira é composta ainda pelo restaurante 'Glass Terrace', o Spa Physiospa Health SPA Center, o Bar 'Lobby Bar & Pool Bar' e piscina exterior.

Situado no centro da Quinta da Marinha, em Cascais, o Vivamarinha encontra-se a dois km da Praia do Guincho e a três km da auto-estrada (A5) que liga Cascais a Lisboa.

Concorrência multa Galp em mais de nove milhões

A Autoridade da Concorrência aplicou uma multa de quase 9,3 milhões de euros ao grupo Galp Energia por práticas anticoncorrenciais no mercado do gás engarrafado. As empresas deste grupo impediam os seus distribuidores de vender fora de uma determinada área geográfica, o que não lhes permitia concorrer com outros distribuidores. A Galp Energia reagiu a esta decisão, considerando que a mesma é injustificada por parte da AdC, já que não afetou os preços do gás em garrafa.

**FERNANDO CARDOSO DA CUNHA**

Mestre em Direito das Empresas (FDUC)
Advogado da Gali Macedo & Associados, Sociedade de Advogados, RL

**"Vistos Gold":
Labirinto legal ou mediático?**

- Os denominados "Vistos Gold/ Golden Visa" (de forma mais correta: *Autorização de residência para atividade de investimento*) estiveram envoltos, desde a sua criação, numa aura de mediatismo, num misto de entusiasmo (captação de investimento estrangeiro avultado) e de críticas e reticências – que se compreendem na medida em que este regime contende com valores tão caros a um Estado como o controlo das suas fronteiras e o (possível) direito à aquisição da nacionalidade portuguesa (todavia o seu acesso depende do cumprimento de determinados requisitos) – mas ninguém pode negar que em termos de captação de investimento estrangeiro têm cumprido o seu papel.
- Na realidade, os últimos dados oficiais de que se dispõe – à data de 31 de dezembro de 2014 – revelam que em pouco mais de dois anos já foram concedidas 2.022 autorizações de residência, o que redundou num investimento total de 1.227.973.826,89€ (*montante esmagadoramente advindo do requisito de aquisição de bens imóveis*), números que nos permitem concluir que, em termos económicos, a medida alcançou um sucesso assinalável.
- Entretanto, no seguimento de casos públicos (suspeitas de corrupção relacionadas com a atribuição dos *Vistos Gold*) foi levada a cabo uma auditoria da Inspeção-Geral da Administração Interna ao procedimento de concessão de autorização de residência para atividade de investimento, que levou a que Senhora Ministra da Administração Interna tivesse anunciado, em 19.01.2015, que iria ser elaborado, no prazo de 30 dias, um «*MANUAL DE PROCEDIMENTOS, CLARO, TRANSPARENTE E DE CUMPRIMENTO OBRIGATORIO*» para «*tramitação de processos de autorização de residência para atividade de investimento, reagrupamento familiar e suas renovações*», acompanhado de medidas de formação dos quadros (inspetores e funcionários) que lidam com estes processos e avaliação dos sistemas informáticos alocados para o efeito.
- Compulsando o relatório da mencionada auditoria, sobressai à saciedade que as maiores entropias que foram detetadas se deviam a questões internas e de procedimento.
- Num plano jurídico, abstendo-nos da discussão em termos de «*política legislativa*», e partindo da Nossa prática profissional neste campo, constatamos que o regime do "ARI" levanta, de facto, diversas dúvidas interpretativas, quanto ao seu regime substantivo, e está pejado de diversas entropias no seu procedimento (*vg. burocracias desnecessárias, repetição de procedimentos, entrega de documentação duplicada, prazos de procedimento indeterminados e definidos ad hoc, indefinição na utilização/utildade dos meios informáticos, etc.*).
- No entanto, consigne-se, já, que para a atratividade e fluidez do mesmo, e considerando o escopo que esteve na sua origem, o regime deve continuar simplificado, mas em respeito da segurança jurídica indispensável, com regras homogêneas, bem definidas e de aplicação geral, sem prejuízo de deverem ser densificadas diversas normas do seu regime substantivo, em especial quanto ao conceito de atividade de investimento; A vida prática tem-nos demonstrado que as atividades de investimento tipificadas para o ARI comportam várias hipóteses, por exemplo: apesar de não constar expressamente da letra da norma, os fundos de investimento imobiliário enquadram-se perfeitamente no cumprimento da atividade/requisito "Aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros".
- Defendemos que a sua tramitação deveria correr exclusivamente por meios eletrónicos, apenas se exigindo a presença do Requerente no momento da recolha dos dados biométricos.
- Finalmente, na Nossa opinião, o regime do ARI nos seus aspetos substantivos – *vg. conceito de atividade de investimento, requisitos de atribuição e renovação, efeitos, eficácia, reagrupamento* – deve ser densificado e constar da própria Lei de Estrangeiros e não ser remetido para um mero despacho ministerial.

CUB



Consultoria de Negócios Internacionais

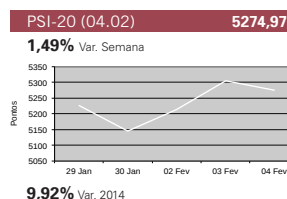
Candidaturas a Fundos
Comunitários

Horizonte 2020

Portugal 2020

www.cninegocios.com

MERCADOS



Dow Jones 4/Fev.....17727,41	DAX 4/Fev.....10911,32
Var Sem.....3,10%	Var Sem.....1,87%
Var 2014.....-0,56%	Var 2014.....11,28%
Nasdaq 4/Fev.....4732,375	CAC40 4/Fev.....4696,301
Var Sem.....2,01%	Var Sem.....1,85%
Var 2014.....-0,10%	Var 2014.....9,91%
IBEX 35 4/Fev.....10577,80	
Var Sem.....1,16%	
Var 2014.....2,90%	

COLABORAÇÃO: BANCO POPULAR

ANTECIPA A CRÉDITO Y CAUCIÓN

Depreciação do euro impulsionalará a recuperação portuguesa em 2015

A desvalorização do euro face ao dólar irá melhorar a competitividade internacional de Portugal e dos restantes Estados-membros, de acordo com a Crédito y Caución. Além disso, o aumento dos preços de importação irá aumentar a taxa de inflação. A seguradora de crédito considera ainda que a Grécia deverá manter-se na Zona Euro (ver caixa).

O euro perdeu 15% do seu valor face ao dólar americano desde o passado mês de maio. Em janeiro, o valor do euro caiu rapidamente e, de acordo com as previsões da Crédito y Caución, poderá continuar a decrescer ao longo do ano.

“A queda do euro deve-se à fragilidade económica prolongada da zona euro, à descida da inflação e às medidas tomadas pelo BCE, como a descida das taxas de juro a longo prazo, que leva os investidores a procurar um maior rendimento fora da zona euro. Ao mesmo tempo, o valor do dólar americano está a aumentar, graças ao fortalecimento da sua economia e ao aumento das taxas de juros esperadas para meados de 2015 por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos”, refere a nota da seguradora de crédito.

A entidade refere que o BCE “duplicará os seus esforços mediante um programa de expansão quantitativa, que consiste na compra de dívida pública. A antecipação desta política já reduziu o rendimento das obrigações do Estado. O BCE considera que a deprecição do euro é um efeito positivo”.

A desvalorização do euro irá melhorar a competitividade internacional de Portugal e dos

restantes Estados-membros, de acordo com a Crédito y Caución, “ao reduzir os preços dos produtos de exportação nas moedas estrangeiras, o qual deverá impulsionar as exportações fora da zona euro e beneficiar o seu crescimento económico global”. “Adicionalmente, elevará os preços de importação dos produtos e serviços dos países não pertencentes à moeda única, pelo que também aumentará a competitividade das empresas da região nos seus próprios mercados”, acrescenta a nota.

Além disso, o aumento dos preços de importação irá aumentar a taxa de inflação. Em dezembro de 2014, a zona euro registou uma deflação de 0,2% em termos anualizados. Uma taxa de inflação mais alta ajudaria à recuperação económica, ao reduzir a carga real das dívidas pública e privada.

No entanto, as empresas importadoras de produtos de fora da zona euro para venda nos mercados do euro ficam a perder, já que a sua base de custos irá aumentar desproporcionalmente com os preços de venda. As empresas da zona euro, as famílias e os governos que adquiriram empréstimos de moeda estrangeira também enfrentarão um aumento do valor da sua dívida em euros. No geral, a queda do euro deverá servir como ajuda para o crescimento económico da zona euro.

“Depreciação do euro não altera vantagens como moeda comum”

“A deprecição do euro não altera a opinião inabalável sobre as suas vantagens a longo prazo como moeda comum”, segundo a seguradora de crédito. Todos os membros da União Europeia estão obrigados por tratado a aderir um dia à zona euro, exceto o Reino Unido e a Dinamarca. Em plena desvalorização, no dia 1 de janeiro, a Lituânia tornou-se no 19º país a adotar o euro, com um forte apoio à introdução da moeda.



A desvalorização do euro irá melhorar a competitividade internacional de Portugal.

A adoção da moeda única aumentou o atrativo da Lituânia como destino de investimento estrangeiro direto. No caso da vizinha Estónia, incorporada em 2014, este parâmetro duplicou num ano, desde a adoção do euro. Além disso, é previsível que as taxas de juro aplicáveis aos em-

préstimos a empresas, famílias e ao governo caiam à medida que possam ter acesso a um mercado maior e mais líquido.

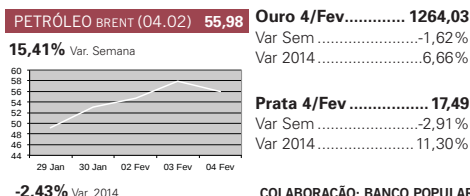
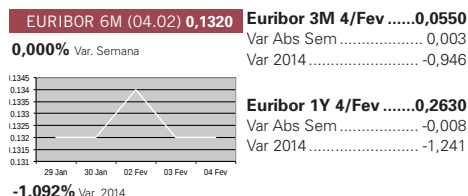
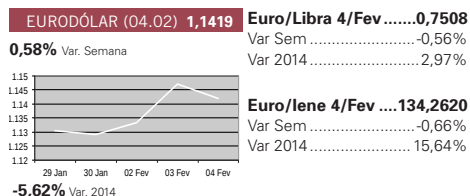
“É um claro sinal de força que, mesmo durante os anos de agitação económica, os países estejam cada vez mais dispostos a unir-se ao euro. A adesão da Li-

tuânia demonstra mais uma vez que a moeda única beneficia os seus Estados-Membros e que a confiança no futuro da moeda se mantém alta. Este fator deve reforçar a posição internacional do euro como uma das moedas mais importantes do mundo”, salienta a empresa.

Saída da Grécia do euro é pouco provável

Há uma baixa probabilidade de a Grécia sair do euro, tendo em conta o cenário de negociações que agora se inicia, de acordo com os especialistas da Crédito y Caución. “A saída da Grécia do euro não é uma opção para ninguém. O partido vencedor das eleições gregas afirmou que abandonar a moeda única não se encontra nos seus planos e as sondagens mostram que os eleitores gregos também não o desejam. Por outro lado, os líderes da Zona Euro também desejam que a Grécia permaneça no euro, temendo que a sua saída prejudique a estabilidade da moeda e abra precedentes para outros países. Desta forma, o abandono do euro pela Grécia seria apenas o resultado de diversos erros durante as negociações”, refere a nota da seguradora de crédito. “A economia grega encontra-se atualmente

numa situação melhor do que em 2010. Contudo, um abandono do euro teria graves repercussões internas”, salienta a mesma entidade. A acontecer, uma saída da Grécia da Zona Euro seria menos grave do que há uns anos, mas continuaria a comportar risco, de acordo com a Crédito y Caución. “O impacto de uma saída da Grécia do euro sobre Portugal seria limitado, mas é muito incerto. Em 2011 e 2012, muitos temiam que uma saída da Grécia provocasse também a de outros estados membros, como Portugal e Espanha. Contudo, atualmente o marco institucional da Zona Euro é muito mais sólido. A criação de uma união bancária parcial, um fundo de emergências permanente e melhores condições económicas em Portugal e Espanha atenuaram o receio de contágio”, refere o comunicado da seguradora de crédito.

MERCADOS

COLABORAÇÃO: BANCO POPULAR

Tecnológicas, saúde, finança e retalho dominarão procura dos investidores

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

Setores tecnológicos, saúde, financeiro e retalho dominarão a procura dos mercados acionistas em 2015. Segundo a análise do banco BPI, trata-se de "setores que mostraram crescimento a vários níveis durante os últimos trimestres, nomeadamente no que respeita à rentabilidade proporcionada aos investidores".

Em sentido inverso, "fora do radar permanecerão o setor da energia e dos materiais (construção e outros)", refere o mesmo documento. Quanto às empresas, "espera-se que estas estejam a consolidar o bom momento de atividade e de confiança que transmitem, procedendo a adequados e necessários inves-

timentos, utilizando os ganhos acumulados nos últimos anos/trimestres".

O BPI aponta as diferenças significativas na evolução dos dois índices ibéricos em 2014: o IBEX35 "refletiu uma economia a dar sinais de reação perante os estímulos, havendo muito boas perspectivas económicas futuras"; já o PSI20 "foi fortemente penalizado pelo processo do BES (nomeadamente, os restantes bancos do índice portugueses)", para além da "existência de dúvidas quanto a um ambiente económico promissor". Assim, em 2014, o IBEX35 teve uma valorização de quase 4% e o PSI20 registou uma queda de 27%.

A nível internacional, o BPI

nota que "o movimento de alta continua a ser liderado pelos EUA, que corrige após o registo de novos máximos". Por seu turno, "Europa e emergentes mostraram dificuldade em acompanhar a tendência", aponta o BPI.

Divida com menor qualidade de risco mais atrativa

No que se refere ao mercado de dívida soberana periférica, o estudo mostra que, em 2014, assistiu-se a uma queda considerável das respetivas 'yields', em grande parte "refletindo a compressão dos prémios de risco exigidos face ao Benchmark alemão".

O movimento de queda dos spreads e, consequentemente, das yields, foi "influenciado pelas correções de desequilíbrios existentes", nomeadamente "ao nível dos défices público e externo", mas também "por movimentos de procura de rentabilidade num cenário de muito baixas taxas de juro nos mercados mais seguros".

Para 2015, o BPI antecipa que "as perspectivas continuam a ser favoráveis às aplicações em dívida soberana de países com menor qualidade de risco". Isto tendo em conta "a expectativa de que o BCE enveredará pelo programa alargado de aquisição de ativos tendente a manter sobre pressão os prémios de risco exigidos a este tipo de dívida,

quer diretamente, se o programa enveredar pela compra de dívida de risco mais elevado, quer indiretamente, se o enfoque em dívida com melhor classificação de risco empurrar os investidores para a aquisição de título com menor qualidade de mas melhor rentabilidade", analisa o banco.

A permanência de condições monetárias "acomodatícias tenderá a manter o serviço da dívida em níveis baixos", contribuindo para "a redução do risco de incumprimento". No caso português, o tesouro português anunciou que irá colocar no mercado entre 12-14 mil milhões de euros em dívida de médio e longo prazo e que irá fazer o 'rollover' dos BT's.

Especulação



PEDRO ARROJA
Pedro Arroja Gestão de Patrimónios, SA

Conselhos Seniores

Numa conferência recente organizada pela Misericórdia do Porto e pelo Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes, dedicada à ocupação dos cidadãos seniores, coube-me a mim dissertar sobre o tema: "Devem as empresas e outras instituições constituir Conselhos Seniores possuindo uma natureza consultiva?"

Resumo a seguir o teor da minha resposta.

A empresa, como instituição, começou por ser uma emanção da família, uma instituição através da qual as famílias trocavam entre si os excedentes da sua própria produção. Nos países de tradição, como é notoriamente o caso de Portugal, a maior parte das empresas são ainda instituições familiares – cerca de 90%.

A empresa familiar, que assume tipicamente a forma de empresa unipessoal, é uma extensão da família, e conserva o carácter comunitário da família, onde o pai, que é geralmente o fundador da empresa, é ao mesmo tempo a figura de unidade da família e da empresa.

A transição de gerações neste tipo de empresa assemelha-se muito à transição de gerações na família. O fundador e aqueles que o acompanharam nos primeiros anos do desenvolvimento da empresa passam a desempenhar o papel que os avós desempenham numa família. Eles são os guardadores da tradição da empresa, daquilo que foi bom para a empresa e para a comunidade em que ela consiste, e que a história depurou.

Mas assim como os avós não se institucionalizam como Conselho Consultivo em casa dos filhos, assim também o fundador da empresa e os seus pares não devem institucionalizar-se como Conselho de Seniores na segunda geração da empresa.

Os avós, agora retirados da actividade produtiva, estão lá, disponíveis para ajudar os filhos quando estes necessitem de ajuda ou de conselho. Mas os avós não se impõem, muito menos de forma institucionalizada. Estão simplesmente lá. Estão lá para quando, e se, forem chamados.

Daqui resulta a necessidade de manter os colaboradores aposentados dentro da comunidade da empresa, chamando-os a participar nas datas festivas da empresa, chamando-os a ajudar ou a prestar conselho sobre este ou aquele aspecto da vida da empresa, mas sem os institucionalizar, porque uma comunidade, que seja uma verdadeira comunidade, mantém-se por relações informais, e não por relações institucionais.

Pode evidentemente acontecer que numa empresa familiar que, ao longo de várias gerações, tenha ganho uma grande dimensão, seja indicado, quanto mais não seja para apaziguar interesses divergentes entretanto desenvolvidos, institucionalizar a posição e a opinião dos seniores num Conselho de Seniores. Mas, à parte esta circunstância muito particular, a informalidade e não a institucionalização deve ser a regra.

A instituição da empresa, sendo um desenvolvimento da família, contribuiu enormemente para a especialização do trabalho e o aumento da produtividade. E a empresa familiar, inicialmente possuindo um carácter unipessoal, deu lugar a outras formas de empresa, que passaram a chamar-se sociedades – as mais conhecidas são a sociedade por quotas e a sociedade anónima.

A sociedade por quotas tipicamente reúne várias famílias no esforço da produção e na recolha dos seus lucros. A sociedade anónima foi ainda mais longe pois passou a reunir pessoas que nem sequer se conheciam entre si, e estes dois tipos de sociedades constituíram uma revolução radical em relação à primitiva empresa familiar.

É que, enquanto a empresa familiar é uma extensão da família e, portanto uma comunidade fundada no amor – ou no caso de colaboradores externos, em sentimentos de amizade – a sociedade por quotas e, mais ainda, a sociedade anónima, deixa de ser uma comunidade para passar a ser isso – uma sociedade. Ora, as pessoas associam-se para prosseguir os seus próprios fins, ao passo que numa família as pessoas unem-se para prosseguir um fim comum que é ao mesmo tempo o bem comum.

A ideia de bem comum e, portanto, de tradição, desaparece da moderna sociedade por quotas e, mais ainda, da moderna sociedade anónima, e é substituída pela ideia de interesse privado. As novas formas de empresa são portanto, e em primeiro lugar, centros de conflitualidade

de interesses – entre a empresa e os seus clientes, entre os próprios accionistas, entre os trabalhadores e a gestão, entre os trabalhadores aposentados e os trabalhadores no activo (que frequentemente pagam as pensões de reforma dos primeiros), entre os próprios trabalhadores no processo de concorrência interna pelas suas carreiras.

Gerir uma moderna sociedade anónima e impessoal é um exercício extraordinariamente difícil de equilíbrio entre múltiplos interesses divergentes e frequentemente opostos. Não me parece que, neste contexto, um Conselho de Seniores possa ajudar a empresa.

Este Conselho, que seria necessariamente constituído por pessoas que partilharam interesses divergentes e até opostos na empresa, iria ser um novo centro de conflitualidade, agravando a conflitualidade já existente na empresa.

Resumindo, parece-me que, à parte certas circunstâncias muito particulares, como é o caso de uma empresa familiar com várias gerações de história e interesses que entretanto se tornaram divergentes, a ideia de um Conselho de Seniores não é uma boa ideia. Numa empresa familiar a relação com os seniores, e a preservação do sentido de comunidade e do bem comum, deve ser mantida informal, e numa sociedade por quotas e, mais ainda, numa sociedade anónima, a ideia de um Conselho de Seniores é de excluir de todo.

POR INDICAÇÃO DO AUTOR, ESTE ARTIGO NÃO SEGUE AINDA O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Black and Blue reforça na Martifer

A Black and Blue Investimentos anunciou ter adquirido, em bolsa, entre 15 e 31 de dezembro de 2014, 259 356 ações representativas de 0,26% do capital social e dos direitos de voto da sociedade Martifer. De acordo com o comunicado enviado à CMVM, “passou a deter 347 100 ações representativas de 0,3471% do capital social e dos direitos de voto” da empresa.

Fundos de pensões portugueses com performance positiva em janeiro

Os fundos de pensões portugueses obtiveram em janeiro uma rentabilidade mediana estimada de 1,4%. “Os fundos de pensões portugueses obtiveram em janeiro uma rentabilidade mediana estimada de 1,4%. Esta performance resultou do desempenho positivo das obrigações e das ações. Em janeiro, a performance das ações foi positiva. Na Europa, o anúncio do Banco Central Europeu relativamente ao programa de ‘quantitative easing’ teve um impacto positivo no mercado acionista. A queda do preço do petróleo e a revisão em baixa das previsões de crescimento do Banco Mundial influenciaram negativamente algumas bolsas não europeias. O mercado obrigacionista obteve uma rentabilidade positiva durante o mês de

janeiro. Na Europa registou-se uma descida das yields em todas as maturidades e todos os países, impulsionada pelo anúncio do programa de compra de dívida anunciado por Mario Draghi. A yield das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito AA e maturidade superior a 10 anos, índice de referência para as taxas de desconto dos fundos de pensões, era de 1,2% no final do mês de janeiro. No final de dezembro esta taxa era de 1,5%”, refere Rui Guerra, Partner da Mercer.

A yield das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito AA e maturidade superior a 10 anos, índice de referência para as taxas de desconto dos fundos de pensões, era de 1,2% no final do mês de janeiro. No final de dezembro esta taxa era de 1,5%.

Barclays lança app que permite navegação entre conta particular e da empresa

O Barclays lançou uma aplicação mobile que permite aos clientes ver as suas contas particular e empresa com apenas um login. Disponível para smartphones e tablets, com os sistemas operativos iOS e Android, com apenas um “deslizar”, o cliente do Barclays Mobile Bank passa da sua conta pessoal para a conta da sua empresa.

Para os clientes que já utilizavam a aplicação móvel do Barclays na sua vertente particular, uma vez efetuado o login, poderão selecionar o seu acesso “Empresa” e, inserindo os códigos do Barclays NetBusiness, é automaticamente ativada a possibilidade de aceder às duas vertentes na mesma sessão.

“É um conceito único, ao permitir apenas com um login visualizar o património e executar operações como Cliente Particular e Cliente

Empresa. Para além disso, a App apresenta um novo layout, com um visual mais moderno e uma experiência que procura ser mais intuitiva para os nossos Clientes”, refere Vítor Pereira, Chief Marketing Officer do Barclays Portugal.

As novas funcionalidades da App Barclays Mobile Bank são: login integrado para clientes particulares e clientes empresa; validação de operações pendentes de autorização para empresas; consulta de saldos e movimentos das contas, com acesso a maior detalhe das operações de débito e de crédito; consulta de movimentos e alteração das condições de pagamento da conta (ou das contas) cartão; possibilidade de efetuar cash advance da conta cartão para a conta de depósito à ordem; e efetuar transferências nacionais e internacionais em euros.

SOFID apoia internacionalização da Farmacêutica EDOL

A SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento vai apoiar o grupo farmacêutico EDOL no seu processo de internacionalização, com a construção de uma unidade logística da sua participada Farmácia Austral, na Matola, em Moçambique. O investimento total é de cerca de 550 mil euros, com a SOFID a apoiar em cerca de 400 mil euros.

Crédito Agrícola incentiva clientes a aderir ao serviço internet banking

A campanha está em curso até 13 de março

Particulares do Crédito Agrícola podem efetuar as suas operações financeiras tais como consulta de saldos e movimentos, transferências e pagamentos, compra e venda de ações em bolsa e subscrição e resgate de unidades de participação de fundos de investimento, com total facilidade, comodidade, segurança e rapidez”, refere o comunicado de imprensa do Crédito Agrícola.

Oferta de seguro de responsabilidade civil

Os clientes que ativem o serviço durante o período da campanha terão a oferta simbólica de um marcador de livros feito de sementes para plantar e poderão usufruir da primeira

anuidade do seguro de responsabilidade civil da CA Seguros. Será ainda oferecida a isenção de corretagem em todas as compras de valores mobiliários em bolsa, realizadas até 31 de agosto, a todos os clientes que detenham ou abram uma conta de títulos.

“Atualmente, cerca de 20% da carteira de clientes do Crédito Agrícola tem adesão ativa ao serviço On-Line Particulares, os restantes 80% continuam a receber os seus extratos de conta e comprovativos de transações, em papel, via CTT, os quais representam elevados encargos ambientais. Esta campanha surge neste enquadramento, refletindo a política de sustentabilidade e responsabilidade Ambiental do Grupo CA e a aposta numa gestão de serviços financeiros assente em inovação e tecnologia, tendo como foco principal o cliente”, refere Lúcia Sá, diretora da direção de banca de direta, do Crédito Agrícola.

PME portuguesas preocupadas com catástrofes naturais e imprevisibilidade meteorológica

As catástrofes naturais e a imprevisibilidade meteorológica estão entre os riscos que mais preocupam as PME nacionais, com 13% dos empresários a indicarem esta opção na terceira fase da edição 2014 do Estudo PME: Riscos e Oportunidades, promovido pela companhia de seguros Zurich junto de CEO, proprietários, diretores-gerais e financeiros e chefes de operações de PME de 19 países. Face à mesma questão colocada em 2013, o número de empresários que encaram estes riscos como um dos principais para o seu negócio cresceu 5%,

colocando este indicador entre os que mais aumentaram.

Os riscos relacionados com catástrofes naturais e imprevisibilidade meteorológica podem relacionar-se com outros dados fornecidos pelo mesmo estudo, que apontam para uma preocupação relativamente a falhas na cadeia de abastecimento, e transportes/ danos nos veículos das empresas (ambos os riscos apontados por 15% dos empresários questionados).

“Podemos confirmar através deste estudo que os empresários portugueses estão mais sensíveis

aos riscos provocados por eventos externos relacionados com o clima adverso. Em Portugal, temos tido alguns exemplos nos últimos anos de como este fator pode impactar a vida das pessoas e, por conseguinte, os negócios, pelo que é natural que as PME estejam mais sensíveis a encerrar a gestão do risco como um vetor fundamental no seu planeamento de negócio. Quanto mais preparados estiverem os empresários, menos impacto irão sofrer”, explica Artur Lucas, diretor de desenvolvimento de soluções de mercado da Zurich em Portugal.

PUB



Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia

Vale a pena falar connosco!

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO
Telefone: 22 609 5888
imfporto@imf.pt

www.imf.pt
m.imf.pt
(versão para telemóvel)

Av. da Liberdade, 245 – 5º B – 1250-143 LISBOA
Telefone: 21 324 1204
imflisboa@imf.pt

MERCADOS**Gas Natural Fenosa investe 400 milhões na rede de distribuição em Espanha**

A Gas Natural Fenosa, através das suas nove filiais revendedoras de gás em Espanha, vai investir mais de 400 milhões de euros em 2015, com o objetivo de acelerar o crescimento da sua rede de distribuição. Este investimento representa um aumento de 20% face aos 335 milhões de euros investidos em 2014 e de 43% em comparação com 2013. A empresa prevê alargar o fornecimento de gás a quase 100 novos municípios, que se juntarão aos 1250 já abastecidos.

Millennium bcp encerrou exposição de Júlio Pomar com lançamento de livro

O Millennium bcp encerrou a exposição "Júlio Pomar, Obras na Coleção Millennium bcp" que esteve em mostra na Galeria Millennium desde de 4 de outubro e que contou com 39 obras do autor, tendo recebido cerca de 7500 visitantes. Na finissage foi apresentado o Caderno do Atelier "O Artista fala...", uma publicação do atelier-Museu Júlio Pomar e do sistema Solar/Documenta.

BANCO OFERECE "CONDIÇÕES PREFERENCIAIS" AOS ASSOCIADOS DA PORTUGAL FRESH

Crédito Agrícola alia-se à Portugal Fresh para a captação de investimento

O Grupo Crédito Agrícola (CCA) acaba de estabelecer uma parceria com a associação Portugal Fresh – que agrega os maiores produtores de frutas, legumes e flores –, com a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva e a Consulai para a criação de uma plataforma de captação de potenciais investidores internacionais para Portugal no setor agroalimentar e, concretamente, no setor das frutas e legumes. Em paralelo, a CCA, liderada por Licínio Pina, oferece "condições preferenciais" aos associados da Portugal Fresh.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

As empresas associadas da Portugal Fresh têm ao seu dispor um conjunto de produtos bancários disponibilizados pela Caixa de Crédito Agrícola (CCA) para a gestão do dia-a-dia, nomeadamente cartões de débito e crédito e as contas de depósito à ordem e apoio à tesouraria e ao investimento, que o banco considera "cruciais" e para os quais tem "financiamentos disponíveis".

Numa informação enviada à "Vida Económica", a CCA explica que concede "crédito especializado, acesso às linhas de

crédito vigentes", assim como a abrangência aos seguros de vida e não-vida às empresas deste setor, num acordo que já vem de 2013, mas que foi renegociado em finais de 2014 e que "abrange as Caixas de Crédito Agrícola e as empresas do Grupo CA". O objetivo, frisa o banco, é "potenciar o desenvolvimento do negócio e apoiar a internacionalização das empresas associadas da Portugal Fresh".

A criação de uma plataforma de captação de potenciais investidores internacionais para Portugal no setor agroalimentar e, concretamente, no setor das frutas e legumes é, aliás, disso exemplo. Em declarações à "Vida Económica" antes de partir para a Fruit Logística de Berlim – certa-me que termina esta sexta-feira e no qual Portugal foi país-parceiro –, Manuel Évora, presidente da Portugal Fresh, falou dos países de onde poderá ser possível captar investidores.

"Não identificámos propriamente origens geográficas de mercados ou nichos de investidores", diz o também administrador da empresa Luís Vicente, explicando que "o importante não é a origem do investimento, mas a tipologia do investimento".

Ter a certeza que o investimento externo é direcionado para o aumento das exportações

E, aí, a Portugal Fresh quer, sobretudo, "investidores que promovam o crescimento do setor e sobretudo das exportações de frutas e legumes". Esse é o "objetivo primordial" e, "sempre que possível, que estes investimentos sejam em parceria com empresas portuguesas".

"Queremos investidores com capacidade



Manuel Évora, presidente da Portugal Fresh, negociou com a Caixa de Crédito Agrícola vários produtos bancários para as empresas suas associadas.

de colocar as nossas frutas e legumes, frescos ou processados, nos mercados internacionais e, se possível, que já detenham uma carteira de clientes que possam assegurar a colocação do que iremos produzir com estes investimentos", diz ainda Manuel Évora. E frisa que querem, acima de tudo, "valorizar a produção nacional e deixar uma fatia cada vez maior da cadeia de valor na economia" portuguesa.

Questionado sobre que papel assume a Portugal Fresh nesta parceria com a CCA, a EDIA e a Consulai, Manuel Évora é perentório: "a Portugal Fresh assumiu desde o início esta parceria porque acreditamos que é com parcerias com empresas portu-

guesas que estes investimentos têm maior probabilidade de sucesso e de retorno para ambas as partes". Aliás, acrescenta, "já existem inúmeros casos de sucesso de investimento estrangeiro em Portugal feito em parceria com empresas portuguesas", sendo precisamente "este sucesso que queremos replicar e fomentar".

O gestor deixa claro que querem "ter a certeza que o investimento externo é direcionado para o aumento das exportações e para a criação de valor no setor das frutas e legumes, seja na produção, na transformação ou na comercialização". Daí que, se conseguirem atrair investimento que ajude a exportar mais e melhor "ficaremos todos a ganhar".

Caixa apoia festival de fado no Porto

A Caixa Geral de Depósitos vai apoiar o Caixa Ribeira, festival de fado (inspirado no Caixa Alfama) que vai realizar-se no Porto nos dias 12 e 13 de junho, integrado na programação oficial das Festas de São João. Para esta primeira edição do Caixa Ribeira estão já confirmados alguns dos nomes mais relevantes do fado: Camané, Carminho, Kátia Guerreiro e Carolina.

A Ribeira do Porto será o epicentro deste festival, que se distribuirá por 11 palcos: Palácio da Bolsa (Salão Árabe e Pátio das

Nações), Mercado Ferreira Borges (Hard Club 1 e 2), Parque de Estacionamento da Alfândega (Palco Caixa), Igreja de São Francisco, Cais da Estiva (Fado à Janeira), Cave do Cais da Estiva, antiga Junta de Freguesia de São Nicolau e Barco no Douro.

O bilhete único para os dois dias tem o preço de 28 euros, passando a 35 euros, se comprado nos dias do Festival. Os clientes da Caixa terão um desconto de 10% na compra de bilhetes com cartão da Caixa no Palácio da Bolsa.

Desalavancagem continua no BCP

O crédito a clientes do Millennium bcp caiu na operação em Portugal de 25.173 milhões para 22.139 milhões de euros, referiu a instituição na última apresentação de resultados. O banco mantém o esforço de desalavancagem. Em contraste, os depósitos globais de particulares e empresas subiram 7% no último ano em termos homólogos, sendo que 75% do financiamento é suportado por este tipo de recursos.

O resultado líquido global foi de 217,9 milhões de euros negativos, o que compara favoravelmente com

os 740,5 milhões de euros negativos do ano anterior. O banco realça o resultado operacional que mais que duplicou, refletindo a contribuição da margem financeira, mais 31,6%, e a redução dos custos operacionais, com menos 11,2%.

A desalavancagem foi feita com sucesso. O banco registou em 2014 um gap comercial – diferença entre créditos e depósitos – de 109%, quando no ano anterior tinha sido de 117%. Os financiamentos do BCE caíram dos 10 mil milhões para os 6,6 mil milhões de euros.

Crédito a empresários aumentou no BPI

O crédito a empresários e negócios registou em 2014 um aumento de 2,8% em termos homólogos, ou seja, mais 400 milhões de euros. No último trimestre versus o anterior, este segmento do crédito aumentou 6,7%. No entanto, a carteira global de crédito a particulares e empresas registou uma queda homóloga de 2,9%, adianta o BPI. A instituição reduziu também a sua exposição ao setor público, com menos 550 milhões de euros de crédito (quebra de 28%).

O banco apresentou um resultado líquido negativo

de 161,6 milhões de euros, com custos e perdas não recorrentes de 264,3 milhões de euros na atividade doméstica. O banco vive essencialmente da atividade externa, com destaque para Angola. A atividade internacional contribuiu para o resultado com um lucro de 126,1 milhões de euros, mais 32,5% do que no período homólogo. O rácio de transformação consolidado é dos mais baixos do sistema, 84%, sendo que na atividade doméstica o mesmo indicador revela que este se situa nos 106%.

BCE avisa para prudência na política de dividendos

O Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu enviou uma carta aos bancos a propósito da política de dividendos. O BCE quer extrema prudência relativamente à atribuição dos dividendos. Mais do que isso, o supervisor da União Bancária Europeia também emitiu um aviso aos bancos para reverem, uma a uma, estas políticas, de forma a garantirem que se ajustam às recomendações. De salientar que o BCE divide os bancos em três grupos, em função dos seus rácios de solvência. Todos são chamados a tomarem as devidas precauções.

Lucros do Deutsche Bank disparam

O Deutsche Bank, maior banco alemão, teve um resultado líquido de quase 1,7 mil milhões de euros, no ano passado, mais 148% do que no exercício anterior. Isto porque as provisões para litígios foram menores do que o previsto e devido ao bom resultado da banca de investimento. Os custos com litígios, no quarto trimestre, foram de 207 milhões de euros, o que compara com os mais de 1,1 mil milhões em igual período do exercício anterior. O banco faz notar que, pela primeira vez, todas as divisões principais atingiram lucros antes de impostos de mais de mil milhões de euros.

RESULTADO LÍQUIDO DO SANTANDER TOTTA AUMENTOU 89,2% PARA 193,1 MILHÕES DE EUROS

“Spread desceu muito para as empresas e ainda vai descer mais”

VÍTOR NORINHA
agenda@vidaeconomica.pt

Há um trimestre falávamos de um spread de 3,5% a 4% e hoje falamos de 1,5% a 2,5%, afirmou António Vieira Monteiro, CEO do Santander Portugal à “Vida Económica”, à margem da apresentação de resultados da instituição relativamente a 2014. Acrescentou que o spread “vai descer mais”.

O gestor insiste que neste momento “não há falta de liquidez, mas falta de procura”. Questionado sobre a razão que impede que o crédito cresça rapidamente, disse: “As empresas estão todas à espera de uma série de elementos fundamentais. O que vai acontecer com o Portugal 2020 (fundos estruturais)? Está sempre a dizer que sai amanhã, mas nunca mais ... Por isso é natural que as empresas antes de avançarem para determinado tipo de investimentos aguardem por estas situações. Se tudo isto se resolver é natural que voltem os projetos e os investimentos”.

A “Vida Económica” reafirmou que a atual política do Banco Central Europeu vai permitir ao crédito ganhar mais alguns pontos de base. Vieira Monteiro a está no entanto cético quanto à necessidade de ir ao BCE e aproveitar os instrumentos de “quantitative easing”, trazer dinheiro e injetar na economia. Diz que “fará sentido repassar dinheiro do BCE para a economia se a economia responder. Para que é que vou buscar dinheiro ao BCE se a economia não responde? O que se faz ao dinheiro? Tem de haver uma procura sustentada e reprodutiva e tenho esperança que isso aconteça”.

Crédito às empresas cresceu 0,7%

Na apresentação de contas, o gestor realçou o facto de o crédito a empresas ter registado crescimentos de 0,7%, com destaque para a subida de mais 0,3% no trimestre. Em termos anualizados, o crédito bruto caiu 1,8% para os 26 686 milhões de euros, com destaque para o crédito a particulares que regrediu 3,1%. O crédito à habitação continuou a cair e perdeu 3,2% do volume total. Esta situação é fruto de muito crédito que se foi vencendo, não sendo repostos por novos contratos. O crédito a empresas, pelo contrário, cresceu 0,7% para os 9.823 milhões de euros. No apoio às empresas, o crescimento das quotas de mercado de produção foi significativo, com mais 1,06 pontos de base, para uma quota global de 13,3% (quotas até 1 milhão de euros). Acima daquele valor, a quota de produção cresceu 2,8 pontos per-

“As empresas estão todas à espera de uma série de elementos fundamentais. O que vai acontecer com o Portugal 2020? (...) Se tudo isto se resolver é natural que voltem os projetos e os investimentos”

centuais, para os 10,3%. No apoio às empresas e em termos de crescimento de quota de mercado de stock, o banco atingiu os 8,35% do mercado global em novembro. O banco realça no caso do crédito à habitação que há uma retoma e uma nova dinâmica e fala em mais 18% na produção. Em simultâneo os recursos de clientes cresceram 3,7% no ano, e foram impulsionados por um aumento de 5,6% dos depósitos. Regista-se ainda uma redução de novas entradas líquidas em crédito vencido, o que permitiu baixar o custo do crédito para 0,41%, quando em dezembro de 2013 se situava nos 0,72%.

No ano passado, o resultado líquido atin-



António Vieira Monteiro refere que os spreads para as empresas vão “descer mais”.

giu os 193,1 milhões de euros, mais 89,2% do que no período homólogo. O último trimestre do ano foi particularmente produ-

tivo, com o resultado a subir 74,2 milhões de euros, quase duplicando em relação ao trimestre anterior.

SEGUNDO A LISTA GLOBAL FORTUNE 500

Santander é a empresa que mais apoia a educação no mundo

O Banco Santander lidera a lista Global Fortune 500, como a empresa que mais investe em responsabilidade social empresarial (RSE) relativa à educação, segundo o primeiro estudo global, publicado pela Fundação Varkey, em colaboração com a UNESCO. O relatório assinala que o investimento em RSE relativo à educação é realizado apenas, na sua maioria, por “poucas grandes empresas”. As 10 empresas que mais fundos dedicam a este fim na lista Global Fortune 500 são o Banco Santander que, com um investimento de 142 milhões de euros por ano (correspondentes a 196 milhões de dólares no período em causa) se posiciona em primeiro lugar, à frente de outras grandes empresas, como a IBM, Telefónica, Exxon Mobil, Target, GlaxoSmithKline, Microsoft, Toyota Motor, Rio Tinto Group e Wells Fargo. Os números do estudo são o resultado da

média dos anos 2011 a 2013. Em Portugal, em 2014, o Banco Santander Totta destinou 5,6 milhões de euros à sua política de Responsabilidade Social, dos quais 5,2 milhões de euros ao Ensino. Segundo o relatório, o Santander foi o que mais contribuiu para o ensino global, focando-se principalmente na América Latina. Explica que o que torna o Banco Santander único entre os grandes bancos é que a RSE não é interpretada por defeito como atividade de inclusão financeira nas comunidades locais. Destaca que mais de três quartos do investimento do Banco Santander em RSE se destinam às Universidades. Mantém alianças estratégicas a longo prazo para apoiar a agenda de internacionalização e modernização das universidades, a mobilidade de estudantes e docentes, uma maior criação de emprego e o

desenvolvimento empreendedor. Como exemplos desta atividade, recorda, entre outros dados, as mais de 22 400 bolsas concedidas em 2013, bem como os mais de 1100 acordos que o Banco mantém através do Santander Universidades, com Universidades de todo o mundo. Desde 1996 que o Santander Universidades centra a ação social do Banco, destinando mais de mil milhões de euros a diversos projetos universitários e colaborando no desenvolvimento de mais de 4400 iniciativas por ano. Cerca de 2200 profissionais do Santander coordenam e gerem o compromisso com o Ensino Superior. A lista Fortune Global 500 é um ranking com as 500 primeiras empresas de todo o mundo, avaliadas pelas suas receitas. A lista é elaborada e publicada anualmente pela revista Fortune.

AP

MERCADOS**OK! teleseguros lança app OK! drive you**

A OK! teleseguros lançou a app OK! drive you que pretende promover uma condução mais segura e consciente. Disponível para Android e iOS, a aplicação dá, no final de cada viagem, a conhecer ao utilizador o comportamento de condução em termos de velocidade, travagens, acelerações e ambiente. A cada 1000 km, se a pontuação obtida superar os 80%, o utilizador receberá um código de desconto para utilizar na compra do seu seguro automóvel e/ou de moto OK! teleseguros.

EDP Renováveis aumenta produção de energia limpa

A EDP Renováveis produziu 19,8 TWh de energia limpa, no ano passado, o que se traduziu num aumento de 3%, face ao exercício anterior. O que refletiu o aumento da capacidade instalada aos longo dos últimos 12 meses, bem como a existência de um recurso eólico estável. No ano passado, as operações da EDP na América do Norte representaram 52% da produção, tendo-se ficado pelos 47% as operações geradas na Europa.

A NOSSA ANÁLISE

Depois do fim do “jackpot” há que ver os melhores

Acabou o super rendimento dos certificados do Estado. Em média, a taxa foi reduzida a um terço. Voltamos às taxas promocionais e é de aproveitar enquanto existem.

VÍTOR NORINHA
agenda@vidaeconomica.pt



A continuação de taxas de juro baixas é um “mal que vem por bem”, ou melhor, as empresas e os empresários aplaudem (pelo menos os que têm acesso a crédito), mas os aforradores entram em desespero. É verdade que a inflação é negativa e tudo o que estiver acima do zero é poupança a crescer, mas será sempre visto como pouco.

Os certificados do Estado foram

uma panaceia durante os últimos anos. Acabaram e agora em fevereiro as melhores taxas brutas estão ligeiramente acima de 1%. É preciso alternativas e elas existem.

Uma nota geral sobre as taxas mais elevadas: a generalidade é oferecida por bancos de menor dimensão e são para prazos curtos, geralmente três meses. Isto significa que é interessante ver o que é oferecido de bom para

o prazo dos 12 meses. O Invest é uma opção com oferta de 3% de taxa bruta, com um depósito mínimo de dois mil euros. Mais baixo, mas também interessante estão vários depósitos do Finantia a 2,75%, embora com montantes mínimos relativamente elevados: 50 mil euros. O Activo Bank tem uma oferta a 2,25% com três mil euros de mínimo de depósito e um máximo de 45 mil

euros. E, entre 1,5% e os 2% há várias alternativas, caso do Banif, do BIC ou do Novo Banco e com montantes de abertura bem mais “democráticos”, com alguns casos a começarem nos 500 euros. É relevante reafirmar que todas estas instituições estão protegidas pela garantia do Fundo de Garantia de Depósitos até aos 100 mil euros.

Ainda aproveitando o “survey” da Money GPS, constata-se que quanto mais baixo o prazo, maiores são as ofertas. Nos seis meses, o Invest continua com os 3% e de entre os produtos analisado é o melhor, mas entre os 2,5% e os 2,75%, há outras opções, caso do Finantia e do Activo Bank. Interessante é a proposta do Deutsche Bank com uma oferta de 2% de TANB e com um montante mínimo de mil euros. Recorde-se que esta sucursal está sob a alçada do banco central alemão, o Bundesbank, o que não deixa de ser um

argumento interessante para captação de fundos.

Nos três meses as ofertas são bastante maiores, sendo que a melhor opção do nosso “survey” é do Banco Best com 3,25% de taxa bruta e um mínimo de abertura de 2500 euros. Mas há outras oportunidades, caso do Invest nos 3%, do Novo Banco nos 2% (sendo o único caso em que um banco dos grandes apresenta uma super taxa, ou ainda os 2,25% do Activo Bank, os 2,7% do BIG).

Curioso registar que a média de taxas nas grandes instituições anda pelos 0,7% no prazo mais curto e chega a 1%, o nível dos certificados públicos, nas operações a 12 meses. Para quem a opção é escolher um dos grandes há sempre a hipótese de negociar e tentar algo entre 1,25% e os 1,5% de taxa bruta, sendo difícil ir mais além enquanto se mantiver a perspetiva de juros baixos “decretada” pelo Banco Central Europeu.

Banco Carregosa corre contra o cancro na maratona de Roma

Uma equipa do Banco Carregosa vai participar na maratona de Roma para homenagear os colegas, colaboradores e amigos vítimas de cancro. Paulo Mendes, administrador, e Miguel Salazar, diretor financeiro, são os responsáveis pelo banco que vão correr na prova marcada para 22 de março de 2015. Vestindo a camisola do Carregosa, esta participação terá ainda um significado especial: Paulo Mendes e Miguel Salazar pretendem, com este gesto, saudar os colegas que sobreviveram à doença e prestar uma homenagem aos que já partiram.

Paralelamente, vão ser levadas a cabo várias iniciativas de recolha de fundos: desde logo, a abertura de uma conta junto do Banco Carregosa destinada a receber donativos de todos os interessados em associar-se a esta causa. O produto da recolha de fundos será integralmente oferecido ao “Mama Help” – Centro de Apoio

a Doentes com Cancro da Mama, que tem sede no Porto e pretende expandir a atividade, em 2015, para Lisboa.

O Mama Help, criado em 2011, é uma organização sem fins lucrativos, que proporciona o acompanhamento qualificado de doentes com cancro da mama e seus familiares e amigos, através de aconselhamento não médico, baseado nos fundamentos da terapia convencional e de terapias complementares, aplicando o conceito atualmente denominado de medicina integrativa. O Mama Help disponibiliza, no mesmo local, consultas em nutrição, imagem estética, psicologia, fisioterapia, osteopatia, yoga, exercício físico, acupuntura, naturopatia, reiki e aconselhamento jurídico.

É presidido pela Profª Doutora Maria João Cardoso, responsável de Cirurgia da Unidade de Mama da Fundação Champalimaud e Investigadora do INESC Porto

Best lança fundos da T. Rowe Price

O Banco Best passou a disponibilizar no mercado nacional os fundos da sociedade gestora de ativos norte americana T. Rowe Price, uma instituição com mais de 75 anos e cerca de 700 mil milhões de dólares em ativos sob gestão. De acordo com Rui Castro Pacheco, head of asset management do Banco Best, “os fundos disponibilizados pela T. Rowe Price são uma solução

indicada para investidores que pretendam investir em empresas com lucros sustentáveis, através de uma sociedade gestora com um elevado compromisso no controlo de risco e na proteção do capital”.

O sucesso desta sociedade gestora, que criou o seu primeiro fundo de investimento em 1950, assenta num critério de investimento em ações de empresas com capaci-

dade de gerarem lucros a longo prazo. Esta procura por títulos de empresas com lucros sustentáveis é, de resto, priorizada face aos ciclos macroeconómicos. “Se defendermos os interesses dos nossos clientes, estamos a defender-nos também” – esta máxima de Thomas Rowe Price, JR, o fundador da T. Rowe Price diz muito de um ADN que perdura até aos dias de hoje nesta sociedade gestora.

Mais de 60 fundos de capital de risco reunidos em conferência ibérica

Mais de 60 fundos de capital de risco vão reunir-se, no próximo dia 20 de fevereiro, em Madrid (no hotel Westin Palace) na II edição da Iberian Private Equity Conference. De acordo com os seus promotores, “trata-se do único evento internacional de private equity da península ibérica que reúne mais de 300 sócios e altos executivos, 80 limited partners e mais de 50 CEO de empresas”.

As jornadas vão abordar a perceção dos participantes no

que diz respeito à situação do mercado e dos ativos insolventes (distressed); a captação de investimento (fundraising), assim como as oportunidades de desinvestimento (exit opportunities) e o estado do mercado das pequenas e médias empresas. Entre os 50 oradores estará Mira Amaral, CEO do Banco BIC Portugal.

Jose Perez, diretor da Iberian and UK PEC, afirma que “as perspetivas para o mercado português de private equity para

2015 são excelentes, encorajadas pelo bom desempenho registado no final do ano passado. No último trimestre de 2014 concretizaram-se 66 operações, que representaram 35% do total anual, segundo dados da Transactional Track Record. Em 2015, o foco estará no segmento cross-border, que poderá seguir a tendência do quarto trimestre do ano passado. Neste período registaram-se 15 operações, entre as quais a oferta de 7400 milhões de euros da Altiice pela Portugal Telecom”.

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Após uma ligeira correção em baixa, o PSI 20 parece estar pronto para novo teste à resistência dos 5380 pontos, cuja quebra poderia despoletar novo impulso de alta, com a barreira seguinte a apresentar-se apenas nos 6000/6050 pontos. A quebra dos 5380 pontos seria também o primeiro sinal de reversão desde que o PSI 20 iniciou a tendência descendente em Abril de 2014. Enquanto não o fizer, o quadro de baixa permanece em vigor, agora com os 5100 como primeiro suporte, antes dos mínimos dos 4600 pontos.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



O DAX continua a renovar máximos históricos, semana após semana, o que significa que o movimento de alta no médio e longo prazo está em curso, sem resistências técnicas a assinalar – os 11000 pontos poderão formar uma barreira “psicológica”. Os 10800 pontos constituem o primeiro suporte, mas a referência mais relevante situa-se nos 10100 pontos. A linha de tendência de curto prazo atua igualmente como suporte e a sua eventual quebra em baixa poderá ser também um sinal de correção.

MERCADO MONETÁRIO
INTERBANCÁRIO



FILIPE GARCIA
filipe.garcia@imf.pt

Grécia obrigada a rever discurso

Em termos de referências “benchmark”, as taxas de juro pouco ou nada se alteraram quer nos prazos curtos quer nos prazos longos. Já os “spreads” de crédito sofreram algumas oscilações, numa altura em que o foco está completamente centrado no que o novo Governo grego vai dizendo e fazendo e nas respostas dos principais responsáveis europeus. Esta semana foi dado aquilo que muitos analistas consideram um “passo atrás” nas pretensões gregas. Já não se fala em “perdão” total ou parcial de dívida, mas sim numa troca para obrigações perpétuas ou para títulos indexados a crescimento económico do país. Para já a posição da Zona Euro não se alterou. A Grécia poderá ter mais tempo para pagar, mas terá que manter o seu orçamento equilibrado e continuar o plano de reformas, não havendo hipótese de cancelamento da dívida. O setor bancário daquele país, que assistiu recentemente a uma debandada dos depósitos e sofreu fortes desvalorizações em bolsa, é um dos pontos mais vulneráveis do sistema.

Passando da questão grega para a evolução da economia europeia, a situação tem vindo a melhorar significativamente, segundo os dados que têm vindo a ser divulgados. Muita desta melhoria assenta na forte queda dos preços do petróleo, que levou a uma descida acentuada na inflação do produtor – que em dezembro se cifrou em -2,7% em termos anuais, com a energia a ter um contributo significativo com uma quebra de 8,3%. As vendas a retalho na Zona Euro subiram 2,8% em dezembro, superando as expectativas de um crescimento de 2,0% e atingindo um valor já não visto há oito anos. Esta notícia confirma os dados de aumento de confiança dos consumidores, que sentem a seu poder de compra a subir em resultado da baixa dos preços dos combustíveis. Também os índices de atividade da Zona Euro subiram de 51,4 para 52,6 em janeiro. Parte deste crescimento foi feito à custa da redução das margens de lucro. O destaque em termos de expansão vai para a Alemanha, Itália e Espanha. Pela negativa,

continua a realçar-se a França, com a atividade a contrair pelo nono mês consecutivo. Na Alemanha, a GfK estima que o consumo privado deverá subir 1,5% este ano, suportado por uma crescente confiança do consumidor, que estará em máximos de 13 anos. No final da próxima semana haverá uma cimeira europeia da qual poderão sair indicações relevantes para os próximos tempos. Fala-se na possibilidade de uma solução de compromisso entre franceses e alemães, em que os primeiros acelerarão o passo das reformas estruturais e os segundos sairão do objetivo de “défice 0%”, aumentando a sua despesa pública. Esta foi uma semana de um grande volume de vencimentos de títulos e pagamentos de juros nos títulos emitidos pelos países periféricos, num total de €57,4 mil milhões entre Espanha, Itália, Bélgica e Portugal. Tal levará a que novas emissões planeadas por Espanha e França tivessem mais facilidade em encontrar colocação.

ANÁLISE PRODUZIDA A 4 DE FEVEREIRO DE 2015

NUNO ROLLA nunorolla@imf.pt

Eur/Usd com potencial para recuperar

EUR/USD



Eur/Usd

O Eur/Usd agravou perdas na última semana e renovou mínimos desde 2003 (\$1,1098). Esta constitui agora a referência mais relevante em baixa, sendo que o par está a tentar formar a partir daí uma “base”. A recuperação dos últimos dias sugere um cenário construtivo para o muito curto prazo, sendo que uma correção em alta poderá estender-se até à zona dos \$1,15. Para tal, o Eur/Usd necessita de se manter acima dos \$1,1230, cuja eventual quebra em baixa ameaça este cenário.

Eur/Jpy

A queda do Eur/Jpy foi travada nos 130,50 ienes, de deste modo reforçaram a sua importância enquanto suporte. Por agora o par ressaltou em alta mas não quebrou ainda nenhuma resistência relevante, encontrando-se a mais próxima nos 138,00

ienes. Abaixo desse nível (último máximo relativo) a toada continuará a ser de baixa no curto prazo, sendo que uma eventual quebra dos 130,50 ienes é igualmente importante para o cenário de longo prazo, podendo deixar o Eur/Jpy vulnerável até níveis mais próximos dos 125 ienes.

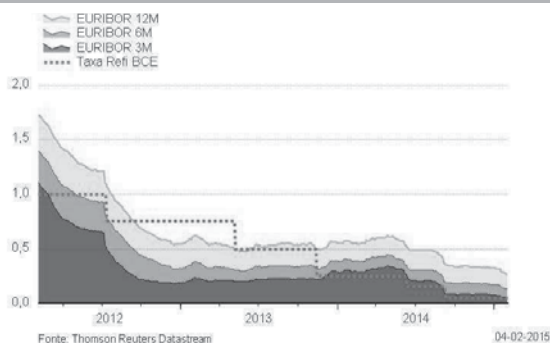
Eur/Gbp

O Eur/Gbp intensificou a tendência de queda, tendo quebrado em baixa o limite inferior do canal descendente formado desde 2013. O par marcou um novo mínimo nas £0,74, nível que serve agora como referência e que, caso seja ultrapassado, poderá estender as perdas dos Eur/Gbp até às £0,71. O par está a tentar formar uma “base”, mas um eventual cenário de correção apenas ganharia força com a quebra das £0,7600, a primeira barreira do lado superior.

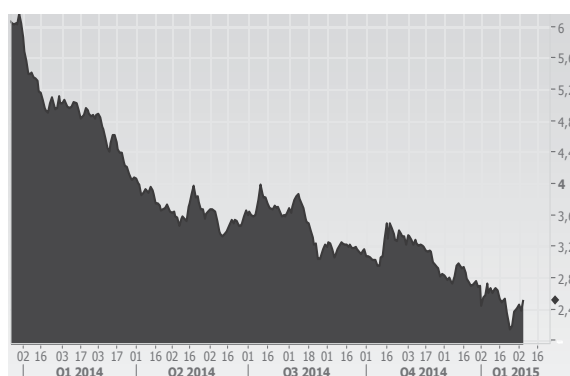
EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	03.Fevereiro 2015	11.julho 2014	01.agosto 2014
1M	0,001%	0,093%	-0,092
3M	0,055%	0,203%	-0,148
6M	0,132%	0,305%	-0,173
1Y	0,266%	0,487%	-0,221

TAXAS EURIBOR E REFI BCE



YIELD 10 ANOS PORTUGAL



FUTUROS EURIBOR

Data	3 Meses Implícita
Março 15	0,055%
Abril 15	0,050%
Maio 15	0,045%
Setembro 15	0,035%
Dezembro 16	0,105%
Junho 18	0,340%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

Euro Refinancing Rate	0,05%
BCE Euro Marginal Lending Facility	0,30%
Euro Deposit Facility	-0,20%
* desde 4 de setembro 2014	
EUA FED Funds	0,25%
R.Unido Repo BoE	0,50%
Brasil Taxa Selic	11,00%
Japão Repo BoJ	0,10%

EURO FRA'S

Tipo*	Bid	Ask
1X4	0,033	0,053
3X6	0,038	0,058
1X7	0,124	0,144
3X9	0,120	0,140
6X12	0,113	0,133
12X24	0,238	0,278

*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

EURO IRS

Prazo	Bid	Ask
2Y	0,130	0,150
3Y	0,159	0,199
5Y	0,312	0,317
8Y	0,558	0,568
10Y	0,714	0,724

Obrigações	5Y	10Y
	1,51	2,49
	0,82	1,44
	0,05	0,59
	-0,03	0,37
	0,83	1,60
	1,05	1,53
	1,31	1,82
	0,11	0,39

Fontes: Reuters e IMF

	04/Fev./15	Var. Sema- nal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1446	0,90%	-3,94%	-5,72%
EUR/JPY	134,49	0,59%	-5,95%	-7,40%
EUR/GBP	0,7516	0,67%	-3,97%	-3,50%
EUR/CHF	1,0602	3,51%	-11,77%	-11,83%
EUR/NOK	8,6305	-1,87%	-5,24%	-4,55%
EUR/SEK	9,4281	1,49%	-0,63%	0,37%
EUR/DKK	7,4440	0,00%	0,04%	-0,02%
EUR/PLN	4,1607	-1,79%	-3,19%	-2,63%
EUR/AUD	1,4722	3,43%	-0,22%	-0,72%
EUR/NZD	1,5486	2,17%	-0,19%	-0,25%
EUR/CAD	1,4253	1,16%	1,51%	1,35%
EUR/ZAR	13,0730	-0,37%	-6,45%	-6,86%
EUR/BRL	3,0919	5,45%	-4,38%	-4,00%

MERCADOS

Lusitania Seguros abre cinco novas lojas no distrito do Porto

A Lusitania (seguradora do grupo Montepio) inaugurou seis novas lojas no distrito do Porto: Gaia, Matosinhos, São Mamede de Infesta, Ermesinde e Amarante. “Queremos estabelecer cada vez mais uma relação próxima com os clientes e, sem dúvida, que ao apoiarmos e proporcionarmos as melhores condições aos nossos mediadores, estamos a garantir, igualmente, o melhor serviço”, afirma Rui Ferreira, diretor de agentes norte.

Fundos de investimento imobiliário caem em dezembro

O valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário, especiais de investimento imobiliário e de gestão de património imobiliário registou uma quebra de 2,6%, em dezembro e face ao mês anterior, para 12 215 milhões de euros. O montante sob gestão decresceu nos fundos de investimento imobiliário e especiais de investimento imobiliário, de acordo com a CMVM. Os países da União Europeia continuam a ser o principal destino dos investimentos em ativos imobiliários, representando 100% do total aplicado, com destaque para os imóveis destinados ao setor dos serviços.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA							PAINEL BANCO POPULAR						
Título	Última Cotação	Varição Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Ati	Hora Ati	
ALTRI SGPS	3,149	4,65%	3,155	1,869	0,153	0,273	20,582	11,535	1,33%	1,21%	04-02-2015	16:35:00	
B. COM. PORT.	0,064	1,59%	0,141	0,058	0,007	0,010	9,143	6,400	--	0,00%	04-02-2015	16:35:00	
BANIF-SGPS	0,006	0,00%	0,013	0,006	--	--	--	--	--	--	04-02-2015	16:35:05	
BANCO BPI	0,899	3,69%	2,060	0,760	0,109	0,144	8,248	6,243	--	0,00%	04-02-2015	16:35:00	
COFINA,SGPS	0,514	-1,53%	0,770	0,426	0,065	0,065	7,908	7,908	1,95%	1,95%	04-02-2015	16:36:02	
CORT. AMORIM	3,310	3,05%	3,565	2,334	0,310	0,340	10,677	9,735	3,63%	5,74%	04-02-2015	16:35:00	
CIMPOR,SGPS	0,978	-3,17%	3,400	0,950	-0,033	0,019	--	51,474	0,30%	13,29%	04-02-2015	16:35:30	
EDP	3,344	-4,10%	3,749	2,745	0,255	0,253	13,114	13,217	5,53%	5,65%	04-02-2015	16:35:00	
EDPR	5,917	-1,71%	6,249	4,151	0,127	0,163	46,591	36,301	0,68%	0,69%	04-02-2015	16:35:00	
MOTA ENGLIL	3,011	7,92%	6,399	2,309	0,275	0,278	10,949	10,831	4,10%	4,25%	04-02-2015	16:35:00	
GALP ENERGIA	10,040	6,38%	13,750	7,811	0,396	0,347	25,354	28,934	3,16%	3,34%	04-02-2015	16:35:00	
IMPRESA,SGPS	0,811	1,63%	2,000	0,782	0,060	0,085	13,517	9,541	--	--	04-02-2015	16:35:00	
J. MARTINS	10,065	4,65%	13,440	6,935	0,518	0,523	19,431	19,245	3,03%	2,77%	04-02-2015	16:36:16	
MARTIFER	0,229	5,05%	0,960	0,186	--	--	--	--	--	--	04-02-2015	16:35:00	
NOVABASE	2,292	5,62%	4,150	1,990	0,100	0,145	22,920	15,807	8,73%	5,24%	04-02-2015	16:35:00	
GLINTT	0,200	4,17%	0,500	0,163	--	--	--	--	--	--	04-02-2015	15:31:37	
P. TELECOM	0,692	-0,58%	3,450	0,565	0,113	0,169	6,124	4,095	14,45%	6,21%	04-02-2015	16:35:00	
PORTUCEL	3,646	4,02%	3,739	2,656	0,242	0,252	15,066	14,468	6,09%	6,47%	04-02-2015	16:35:00	
REDES E. NAC.	2,578	0,00%	2,910	2,232	0,215	0,183	11,991	14,087	6,63%	6,59%	04-02-2015	16:35:00	
SEMAPA	10,550	4,04%	11,660	8,200	0,717	0,750	14,714	14,067	3,15%	2,83%	04-02-2015	16:35:00	
SONAECON	1,900	-3,50%	2,588	1,250	0,073	0,088	26,027	21,591	--	2,63%	04-02-2015	16:35:00	
SONAE,SGPS	1,209	2,37%	1,420	0,922	0,072	0,087	16,792	13,897	2,88%	2,48%	04-02-2015	16:35:00	
SONAE IND.	0,007	1,49%	0,122	0,006	0,000	--	--	--	--	--	04-02-2015	16:35:00	
SAG GEST	0,256	6,22%	0,470	0,190	--	--	--	--	--	--	04-02-2015	08:45:34	
TEIX. DUARTE	0,715	3,18%	1,180	0,600	0,170	0,110	4,206	6,500	2,10%	2,80%	04-02-2015	16:35:00	
NOS	5,541	-0,88%	5,830	3,903	0,159	0,213	34,849	26,014	2,17%	2,42%	04-02-2015	16:35:00	

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS							PAINEL BANCO POPULAR					
Título	Última cotação	Varição semanal	Máximo 52 sem	Mínimo 52 sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Ati	Hora Ati
B. POPULAR	3,794	1,58%	5,948	3,525	0,232	0,370	16,353	10,254	0,53%	1,95%	04-02-2015	16:38:00
INDITEX	26,47	0,04%	27,130	19,203	0,802	0,920	33,005	28,772	1,45%	1,92%	04-02-2015	16:38:00
REPSOL YPF	16,51	3,87%	20,019	14,255	1,280	1,056	12,898	15,634	6,06%	10,75%	04-02-2015	16:38:00
TELEFONICA	13,205	-0,34%	13,430	10,760	0,858	0,878	15,390	15,040	5,57%	5,57%	04-02-2015	16:38:00
FRA. TELECOM	16,03	1,20%	16,095	8,802	0,894	0,965	17,931	16,611	3,74%	3,75%	04-02-2015	16:37:02
LVMH	156,25	7,61%	156,450	109,409	7,708	8,473	20,271	18,441	2,05%	2,29%	04-02-2015	16:35:00
BAYER AG O.N.	129,7	0,39%	131,700	91,310	6,030	6,888	21,511	18,831	1,62%	1,72%	04-02-2015	16:35:08
DEUTSCHE BK	27,13	7,87%	34,670	22,660	2,840	3,637	9,558	7,463	2,77%	3,14%	04-02-2015	16:35:21
DT. TELEKOM	15,79	3,64%	15,790	10,065	0,617	0,687	25,540	22,937	3,17%	3,17%	04-02-2015	16:35:15
VOLKSWAGEN	208,3	3,20%	208,850	147,350	22,016	23,857	9,449	8,720	1,92%	2,30%	04-02-2015	16:35:12
ING GROEP	11,27	1,99%	11,950	9,336	1,001	1,136	11,259	9,921	--	0,35%	04-02-2015	16:37:22

Este relatório foi elaborado pelo Centro de Corretagem do Banco Popular, telf 210071800, email: centro.corretagem@bancopopular.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exatidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



JOÃO QUEIROZ
Diretor de negociação da GoBulling

“Investidores de perfil agressivo de regresso à Grécia”

Com a posse do novo governo, os investidores de ações e obrigações mantiveram-se tranquilos e não lhes causou grande impacto a dívida de como vai ser feita a gestão do stock da dívida pública grega, que está nos 176% face ao PIB. É difícil imaginar outro cenário para a dívida que não seja próximo da “carência de juros” ou uma outra gestão dos pagamentos de capital dependente, por exemplo, do crescimento económico, alienação de ativos e privatizações. Neste momento o endividamento da Grécia é de 303 mil milhões de Euros e para este ano tem calendarizado o pagamento de mais de 30 mil milhões em juros e capital. O BCE, o FMI e a Comissão Europeia detêm mais de 70% da dívida grega, porque após a última reestruturação, em 2011/2012, os restantes investidores (Fundos de Investimento, Fundos de Pensões, carteiras de Seguradoras e de sistemas de Segurança Social), afastaram-se destes ativos. No quadro sumaria-se a evolução dos mais importantes indicadores, desde as vésperas do eclodir da crise:

% Evolução	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	-4.5%	-5.3%	-8.9%	-6.6%	-3.9%	0.9%	1.9%	2%
Tx. Desemprego	9.5%	12.6%	17.7%	21 %	27.3%	26.5%	26 %	24 %
Export.-Importações	-10.9%	-10.0%	-9.9%	-2.4%	0.8%	1.0%	1.1%	1.4%
Saldo Estado	-15.7%	-10.9%	-10.1%	-8.6%	-12.2%	-1.6%	-1.0%	-0.5%

Nota: Dados Bloomberg e Gobulling

Os dados mostram que estamos perante um processo de ajustamento e de desalavancagem em que o equilíbrio foi conseguido, fundamentalmente, à custa da maior taxa de desemprego e menor consumo de bens importados, sobretudo, os acabados e duradouros. O principal índice de ações da Grécia (ASE) regista, um ganho acumulado de 1,5%, desde o início do ano até ao início de Fevereiro, mas negocia 52% abaixo do máximo atingido no 1º trimestre de 2014. Os investidores com perfil mais agressivo e menos conservador consideram que pode existir uma oportunidade para investir em títulos gregos, com perspectiva de ganhos. E talvez tenham razões para pensar assim. O programa anunciado em janeiro passado pelo BCE permitirá despejar todos os meses uns massivos 60 mil milhões de euros em diversos formatos (ABS, MBS, etc.), isto para além do programa TLTRO mais vocacionado para crédito/financiamento a 4 anos. É certo que as incertezas sobre a evolução das dívidas soberanas regressam mas a Zona-Euro parece deter um outro instrumental cuja eficácia está disponível para ser testado no presente semestre. Adicionalmente terá de existir um entendimento entre a Grécia e os seus credores, porque o país precisa de manter aberta uma via para obter recursos de fontes diversificadas, de forma não hipotecar a sua frágil soberania.

A nossa energia é para a sua empresa!

Encontre nas soluções PME Power a energia para o crescimento, a consolidação e a competitividade da sua empresa.

EMPRESAS

Garvetur promove ambiente e desporto

Ao longo de 2015 Loulé será Cidade Europeia do Desporto. Entre os eventos conta-se a Primeira Eco Meia Maratona de Vilamoura, que alia o desporto e a ecologia através de um percurso que permitirá aos participantes usufruir das paisagens terrenas e marinhas de Vilamoura, com passagem pelo Parque Ambiental do empreendimento.

As empresas do grupo Enolaguest Garvetur aliam-se a este espírito positivo e como parceiros da sociedade Let's Go Algarve, organizadora do evento, oferecem diversas promoções aos participantes e suas famílias para as corridas que compõem o extenso programa do fim de semana de 7 e 8 de março: O festival Vamos Brincar ao Atletismo e a Kids Maratona no sábado e a Primeira Eco Meia Maratona, a Mini Maratona e a Corrida de Cadeiras de Rodas no domingo.

No Algarve, março é um mês de clima ameno e este evento é uma excelente oportunidade de divulgar as condições naturais que Vilamoura oferece, tanto a diversidade de paisagens junto do mar e da marina, passando pela falésia, ribeira, parque ambiental, golfe e jardins excelentemente tratados. Esta é uma prova de características únicas e um forte trunfo para atrair participantes das mais diversas origens, considera Célia Teixeira, da administração da Garvetur Holidays.

Em termos de alojamento a empresa tem disponíveis diversas ofertas para famílias ou grupos, com descontos aliciantes. Recorde-se que a par da Eco Meia Maratona se realiza a Mini Maratona, a Corrida de Cadeiras de Rodas e também o Festival Vamos Brincar ao Atletismo e a Kids Maratona, além da Feira da Corrida e do Ambiente, permitindo assim a todos os membros do grupo familiar participar e usufruir do clima ameno do Algarve naquele período do ano.

Visacar assegura "transfers"

Para facilitar a deslocação, a Visacar, empresa de rent-a-car integrante do grupo Enolaguest/Garvetur, proporciona "transfers" aos que se deslocarem de avião e tem ainda disponível um serviço de aluguer de viaturas que permitirá estender os passeios a outros locais do Algarve com todo o conforto e com preços amigáveis.

Por sua vez, o restaurante Len-

dário, segue o exemplo das outras empresas do Grupo. Com uma fantástica esplanada e localizado na marginal da cidade de Quarteira, a menos de 1 km de Vilamoura, oferece além de uma vista panorâmica para o mar, um

menu onde pontificam os pratos saudáveis da dieta mediterrânica, com receitas e confeção caseira. Famílias e grupos poderão beneficiar, sob reserva, de preços cujo desconto é tanto maior quanto o número de participantes.

Grupo Staples compra Office Depot

A empresa de material de escritório Staples adquiriu todas as ações da Office Depot por cerca de 5,5 mil milhões de euros. As conversações para este negócio começaram em novembro do ano passado, tendo agora ambas as partes chegado a um acordo. A Staples considera que este negócio lhe permitirá garantir uma maior competitividade num setor extremamente concorrencial. Por outro lado, é uma área que está constantemente em evolução. A Staples acredita que tem agora mais potencial para crescer no longo prazo.



Ao longo de 2015 Loulé será Cidade Europeia do Desporto.

PUB

Novidade

- Como transformar um curso presencial num curso online
- Aprenda com as experiências de e/b-learning nas organizações
- Compreenda os conceitos relacionados com o e/b-learning

Hoje em dia as organizações confrontam-se com o desafio de encontrar soluções de como utilizar as tecnologias como suporte à formação formal e informal, dentro e fora delas.

Foi a consciência desta realidade que impulsionou a criação desta obra.



VidaEconómica

R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

<http://livraria.vidaeconomica.pt>
encomendas@vidaeconomica.pt
 223 399 400

Também disponível em formato digital



Título Guia Prático do e-learning
Casos práticos nas organizações

Coordenadores Paula Peres, Anabela Mesquita e Pedro Pimenta

Páginas 224

PVP €18.90

eBook €15.35

PORTES GRÁTIS

+10%

em pontos com vida nas compras online

Nome
 Morada
 C. Postal -
 E-mail N.º Contribuinte

☐ Solicito o envio de exemplar(es) do livro **Guia Prático do e-learning - Casos práticos nas organizações**, com o PVP unitário de €18.90.

☐ Para o efeito envio cheque/vale n.º , no valor de € .

☐ Solicito o envio à cobrança (Acresce 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA

AUTOMÓVEL

Fidelidade lança seguro de danos próprios para carros com mais de quatro anos



Pensado para carros com mais de quatro anos, o Plano Autoestima prevê um capital seguro correspondente a 70% do valor do veículo.

A Fidelidade lançou o Plano Autoestima, que é, segundo a seguradora, “o primeiro seguro automóvel de danos próprios pensado para carros com mais de quatro anos, que proporciona uma abrangente proteção aos carros e aos seus condutores”.

Com o Plano Autoestima, o automóvel passa a estar protegido com um capital seguro correspondente a 70% do valor e o plano tem uma franquia de 250 euros. “Em caso de acidente, a rede exclusiva de reparação Autoestima coloca à disposição dos clientes Fidelidade profissionais qualificados para efetuar as reparações necessárias. Ao todo, são 122 oficinas Autoestima, no continente e nas ilhas”, refere o comunicado.

Em caso de acidente, o cliente do Plano Autoestima pode contactar a linha de assistência em viagem, disponível 24 h por dia. Se o veículo ficar imobilizado, dispõe de uma viatura de cortesia. “Todas as reparações têm garantia de dois anos, e em cada reparação o cliente beneficia ainda de limpeza e lavagem do seu veículo, e verificação dos níveis de água e óleo. Em caso de perda total, a Fidelidade ajuda o cliente

a encontrar um automóvel equivalente”, indica companhia.

O Plano Autoestima está a ser alvo de uma campanha promocional multicanal por parte da Fidelidade. A campanha, arancou a 26 de janeiro na imprensa e na rádio. Contam também com um vídeo digital a ser veiculado nos canais da seguradora, assinado pela agência Fullsix.

Sérgio Carvalho, diretor de marketing - produtos e canais da Fidelidade, refere que “o Plano Autoestima vem responder a uma necessidade que existe no mercado. No final de 2012, a média do nosso parque automóvel era de 11,1 anos, e 71% dos automóveis tinha entre cinco e 20 anos de idade. Dentro da nossa carteira de clientes de seguro automóvel, apenas 15% têm seguro de Danos Próprios. Extrapolando este dado para o mercado em geral, podemos concluir que a maioria dos automóveis tem mais de quatro anos e seguro sem proteção contra danos próprios”.

“O Plano Autoestima dirige-se aos automobilistas que sentem a necessidade de terem o seu automóvel protegido e sempre nas melhores condições”, acrescentou.

PSA Peugeot Citroën agrupa fábricas de Mungalde, Vigo e Madrid em pólo peninsular

O centro de produção de Madrid da PSA Peugeot Citroën juntou-se, no início deste mês, ao polo Vigo-Mungalde para reforçar a sua competitividade. Yann Martin é nomeado responsável do polo industrial Península Ibérica, dependendo de Juan Antonio Muñoz Codina, diretor industrial e supply chain Europa.

Os diretores dos centros de Madrid, Oscar Fernández, e de Mungalde, Hamid Mezaib, mantêm as responsabilidades nas suas fábricas respetivamente na dependência do responsável do polo, Yann Martin.

“A constituição do polo reforçará o dispositivo industrial do grupo na Península Ibérica”, indica o comunicado do grupo. As fábricas que constituem o polo industrial da Península Ibérica produziram 492 mil veículos das marcas Citroën e Peugeot em 2014 com um total de 9300 trabalhadores.

Nas três fábricas produzem-se sete modelos distintos: Citroën C4 Picasso, Grand C4 Picasso, Berlingo, C-Elysée e Peugeot Partner e 301 no Centro de Vigo; Citroën C4 Cactus no Centro de Madrid; e Citroën Berlingo e Peugeot Partner no Centro de Mungalde.

Citroën patrocina ciclista Alberto Contador

Ao longo das próximas duas temporadas, a Citroën será o fornecedor oficial de veículos da Fundación Alberto Contador e da equipa de ciclismo Tinkoff-Saxo, liderada pelo desportista espanhol. A Citroën Espanha cedeu sete veículos à Fundación Alberto Contador, unidades que se destinam a equipar as formações do ciclista profissional oriundo de Madrid em 2015, nas categorias sub-23 e júnior.



Poupança anual de hí e a gás na tributação pode superar 2500 eu

A redução na tributação autónoma que a Fiscalidade Verde introduz em 2015 para automóveis híbridos plug-in e viaturas a GPL ou GNV (os elétricos são isentos) é considerável. Pelos cálculos da “Vida Económica”, num “plug-in” o aforro para as empresas pode ser superior a 2500 euros.

AQUILES PINTO
aquiles.pinto@vidaeconomica.pt

A redução dos montantes de tributação autónoma (TA) com despesas com automóveis em sede de IRC que a Fiscalidade Verde introduz (os elétricos já eram isentos no ano passado) para automóveis híbridos “plug-in” e as viaturas a GPL ou GNV passam a ter (tabelas ao lado) podem representar poupanças anuais consideráveis para as empresas.

As viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in passaram, no dia 1, a ter taxas de TA de 5%, 10% e 17,5% (era 10%, 27,5% e 35%, respetivamente). No caso de viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV, as taxas em 2015 são, respetivamente, de 7,5 %, 15 % e 27,5 % (em 2014 eram de 10%, 27,5% e 35%).

A poupança anual é possível não só pelo facto de ter havido revisão dos escalões, mas também porque a dedução do IVA (em parte ou na totalidade) pode levar a que o modelo em causa “baixe” de escalão. É o caso do Toyota Prius “plug-in”, cujo PVP após dedução do IVA é de 29 620 euros (dos 38 mil iniciais). Pelas simulações da “Vida Económica”, em que se assume despesas médias anuais com a viatura de 15 mil euros, o modelo japonês terá de li-



O Toyota Prius PHEV é um dos modelos “plug-in” à

quidar 1500 euros (10% do total). Já um Toyota Avenis 2.0 D4D 125 (semelhante em termos de dimensões e preço: 30 900 euros), terá de pagar 4125 euros (27,5%).

No caso do GPL, cuja oferta de modelos é considerável (Dacia, Fiat, Opel e Kia são algumas das marcas com oferta), a poupança não é tão expressiva, mas há ainda algumas centenas de euros de diferença. Tomando como exemplo o Dacia Logan MCV e despesas anuais de 1000 euros, o 1.2 Bi-Fuel com 75 cv, (que, após deduzir 50% do IVA, tem um PVP de 10 974 euros) liquida 750 euros de TA por ano. Já o TCe 90 cv Confort (PVP de 11 550 euros) tem de pagar 1000 euros de TA por ano.

O que mudou em janeiro

Ano	Tipo	Custo aquisição	Tributação autónoma sobre os encargos
2015	combustível fóssil	até €25 000	10% (ou 20%*)
	combustível fóssil	entre €25 000 e €35 000	27,5% (ou 37,5%)
	combustível fóssil	superior a €35 000	35% (ou 45%*)
	viaturas híbridas plug-in**	até €25 000	5% (ou 15%*)
	viaturas híbridas plug-in**	entre €25 000 e €35 000	10% (ou 20%*)
	viaturas híbridas plug-in**	superior a €35 000	17,5% (ou 27,5%*)
	viaturas GPL/GNV**	até €25 000	7,5% (ou 17,5%*)
	viaturas GPL/GNV**	entre €25 000 e €35 000	15% (ou 25%*)
	viaturas GPL/GNV**	superior a €35 000	27,5% (ou 37,5%)
	elétrico	-	0%

* Aumento das taxas em 10 pontos percentuais em caso de existência de prejuízos fiscais

**As alterações da TA face a 2014 estão a negrito. As viaturas híbridas “plug-in” e a gás tinham o mesmo tratamento fiscal das “normais” até 2014

Jaguar Land Rover em destaque nos Best Cars Awards



A Jaguar Land Rover esteve em destaque nos prémios Best Cars 2015. A 39ª edição do inquérito realizada aos leitores da revista "Auto Motor Und Sport", atribuiu um total de seis galardões às duas marcas premium britânicas. Os Range Rover Evoque e Range Rover Sport e os Jaguar XE, XF e F-TYPE Coupé e Convertible foram os mais votados nas suas categorias.

Volkswagen patrocina Ano Alemanha na Casa da Música

A Volkswagen patrocina o Ano Alemanha na Casa da Música, no Porto. Ao longo de 2015 serão diversos os eventos em que a história alemã é contada através das grandes figuras da música do país desde o século XVI até à atualidade. A abertura do Ano Alemanha foi oficializada no passado dia 16 de janeiro com um concerto da Orquestra Sinfónica da Casa da Música.



bridos plug-in autónomas



venda em Portugal.

Gás e híbridos "plug-in" poupam na TA

"Plug-in" vs. diesel				
	Modelo	PVP	Despesa/ano	TA/ano
	Toyota Prius "Plug-in"	29 620€ (após dedução IVA)	15 000€	1500€ (10%)
	Toyota Avensis 2.0 D4D 125	30 900€ (não deduz IVA)	15 000€	4125€ (27,5%)
GPL vs. gasolina				
	Logan MCV 1.2 75 Bi-Fuel	10 974€ (após dedução 50% IVA)	10 000€	750€ (7,5%)
	Logan MCV Tce 90 Confort	11 550€ (não deduz IVA)	10 000€	1000€ (10%)

Forte encargo "invisível"

A tributação autónoma é um encargo pesado para as empresas porque incide não só sobre o preço base, ISV e IVA, mas também sobre todas as despesas de utilização as viaturas ligeiras, motos e motocicletas. Entre estas estão depreciações (no caso das viaturas pagas a pronto, a taxa de depreciação de viaturas é de 25%, pressupondo uma vida útil de quatro anos, de acordo

com o Decreto Regulamentar 25/2009), rendas ou mensalidades de crédito, seguros, manutenção e reparação, combustíveis, portagens, pneus, etc., traduzindo-se num custo significativo. As despesas anuais de uma única viatura podem atingir cerca de 10 mil euros, o que, mesmo no escalão mais baixo para viaturas a combustão (o de 10%, para automóveis com PVP até 25 mil euros), representa um encargo anual de mil euros.

DE ACORDO COM O CETELEM

Mercado automóvel português vai crescer 7,1%



A China teve 21 milhões de novas matrículas.

O mercado automóvel nacional deverá chegar às 150 mil unidades e apresentar um crescimento de 7,1% em 2015, de acordo com o mais recente estudo do Observador Cetelem. Aquela subida é, aliás, a maior entre os 14 países analisados pelo estudo (Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Itália, Polónia, Portugal, Reino Unido, Turquia, Japão, Estados Unidos, Brasil, China e África do Sul). No top de países com previsão de maior crescimento em 2015 estão, depois de Portugal, a China e a Holanda, com variações de 5,6% e 5,1%, respetivamente.

De uma forma global, o mercado automóvel apresenta um bom comportamento. Em 2013, as vendas de veículos de passageiros e de veículos comerciais ligeiros novos ultrapassou, pela primeira vez, o limite de 80 milhões de unidades, tendo crescido 4% face a 2012. Este crescimento do mercado mundial deveu-se essencialmente às regiões emergentes e em transição que cresceram 5% em 2013, ultrapassando os 50 milhões de unidades. Já as regiões desenvolvidas cresceram apenas 2,6% em 2013, tendo chegado aos 33 milhões de unidades. Contudo, esse valor está ainda longe dos quase 39 milhões registados antes da crise, em 2005.

China é o maior mercado, Portugal o mais pequeno

Com 21 milhões de registos de veículos

ligeiros novos em 2013, a China afirma-se como líder. O top dos mercados de veículos ligeiros novos é ainda constituído pelos Estados Unidos, com 15 milhões de registos, e o Japão, com cinco milhões. Já Portugal é, entre os 14 países analisados, aquele que apresenta o menor número de novos registos em 2013: apenas 124 mil unidades.

Assim, o crescimento dos mercados automóveis é essencialmente estimulado pelas regiões emergentes ou em transição. Esta tendência é notória quando se observa a evolução da quota de cada país nos registos totais de veículos ligeiros novos entre 2005 e 2013. A China, que em 2005 representava 8,2% das vendas totais de veículos ligeiros novos, passou a representar mais do triplo (25,2%) em 2013. Inversamente, a Europa passou de uma quota de 22,2%, em 2013, para uma quota de 13,4%, em 2013.

"Graças às melhorias das expectativas, mas também à redução do preço do petróleo e dos combustíveis, os mercados mundiais estão a recuperar. Ainda que essa evolução seja feita a um ritmo diferente nas várias regiões do mundo, de uma forma global será batido um novo recorde de vendas. São sinais promissores para um mercado que foi profundamente abalado pela crise, mas que dá agora mostras de recuperação", explica Diogo Lopes Pereira, diretor de marketing do Cetelem.

ALD Automotive assina parceria com Automóvel Club de Portugal

A ALD Automotive e o Automóvel Club de Portugal (ACP) assinaram um acordo de parceria para o Programa ACP Usados 5 Estrelas. Fundado em Abril de 1903, o Automóvel Club de Portugal reúne hoje em dia mais de 250 mil sócios, "aos quais disponibiliza um conjunto de vantagens e descontos nas áreas de saúde, desporto, turismo e lazer, educação, seguros, financiamentos e, claro, automóvel".

No âmbito do Programa Usados 5 Estrelas, o ACP disponibiliza aos seus sócios viaturas usadas provenientes dos contratos de renting ALD Automotive, sendo estas

"selecionadas de modo a oferecer veículos com idade até quatro anos, histórico de manutenção completo, garantia de dois anos, condições de aquisição e financiamento muito vantajosas, totalmente inspecionadas e revistas com o selo de qualidade ALD Automotive".

"Esta parceria assegura ao ACP o fornecimento (destas viaturas) com a confiança da gestão ALD Automotive e proporciona à ALD Automotive um canal privilegiado para a venda a particulares das suas melhores viaturas usadas", remata o comunicado.

Nova gestão da STCP e do Metro do Porto vai poupar 153 milhões

A subconcessão da STCP e do Metro do Porto ao grupo de Barcelona vai possibilitar uma poupança de 153 milhões de euros, face ao modelo atualmente em vigor. A afirmação foi do ministro da Economia, Pires de Lima, no Parlamento.

O governante deu ainda a garantia que o vencedor do concurso para a gestão dos transportes públicos no Porto vai representar a compra de quase três centenas de autocarros, "para poderem fazer face

às responsabilidades que assumirão com a gestão", adiantou. O período estabelecido para os contratos é de 10 anos, sendo que a poupança será de 95 milhões no Metro do Porto e de 56 milhões na STCP. O ministro rejeitou as críticas que este Governo está a destruir os transportes públicos, afirmando que o setor passou a ter resultados operacionais positivos. "Foram recuperados cerca de 300 milhões de euros por ano."

Desemprego ficou em 13,9% no ano passado

A taxa de desemprego foi de 13,9%, no ano passado, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). O que significa que ficou abaixo da estimativa de 14,2% avançada pelo Governo. A população desempregada era de cerca de 726 mil pessoas.

A população desempregada cifrava-se então em 726 mil pessoas, o que se tradu-

ziu numa diminuição de 15,1%, relativamente ao exercício anterior. Já a população empregada apresentou um aumento de 1,6%, em termos anuais. Relativamente ao último trimestre do ano passado, a taxa de desemprego foi de 13,5%, mais 0,4% do que nos três meses anteriores, ainda segundo os valores do INE.



Finanças para Não Financeiros

PORTO 12 e 13 Fevereiro | LISBOA 10 e 11 Fevereiro

Horário: 09h30 às 13h00 / 14h30 às 18h00 (14 horas)

OBJETIVOS:

- Familiarizar os formandos com os principais conceitos contabilísticos e financeiros básicos
- Permitir uma sensibilização aos problemas concretos do dia-a-dia
- Apreciar o impacto das decisões quotidianas sobre os resultados globais da empresa
- Proporcionar aos participantes, a aquisição duma cultura financeira indispensável a todos os elementos com responsabilidades numa empresa.

FORMADOR: Dr. Agostinho Costa

PREÇOS:

Assinantes VE: €90 + IVA

Público em Geral: €120 + IVA

Organização: **VidaEconómica**

Ana Rita Bessa (Dep. Formação) Vida Económica - Editorial SA.
Tlf: 223 399 427/00 / Fax: 222 058 098 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt

PROGRAMA:

- Compreender um balanço
- Analisar a formação dos resultados
- Calcular e interpretar os indicadores de gestão mais significativos
- As noções base para analisar o equilíbrio financeiro de uma empresa
- As noções base para a análise económica e financeira
- O Ponto Crítico da Empresa (*Break Even Point*)
- Aspectos que contribuem para a classificação de risco das empresas
- Os empréstimos bancários no contexto atual
- As causas das necessidades de financiamento
- Os principais fatores condicionantes da rentabilidade
- Construir um *Tableau de Bord* para acompanhamento da gestão operacional de cada área da empresa
- Exemplos práticos

NOTA DE FECHO



JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ

Mestre Drucker School PhD Columbia University

Professor Catedrático

E-mail: associates@vasconcellosea.com

Linked In: <http://www.linkedin.com/in/Vasconcellosea>

Twitter: <https://twitter.com/Vasconcellosea>

Evidência empírica de más notícias

Numa entrevista recente, **Maucher**, CEO e/ou chairman da Nestlé entre 1980 e 2000 dizia que para se ser um bom gestor, no longo prazo o carácter é mais importante do que skills, conhecimentos ou intelecto.

E acrescentava. Ao selecionar "olho a pessoa directamente nos olhos e sigo a minha própria intuição".

Terminando por dizer, "no fim nós somos responsáveis não só pelas coisas que fazemos, mas também pelas que não fizemos, mas deveríamos". Na senda do que dizia Voltaire de que cada um é culpado do bem que não faz. **Nada de novo. E más notícias.** Nada de novo porque não há gestor famoso que não o acentue. Welch: "rodeie-se de pessoas produtivas e com carácter; dê segundas oportunidades aos que só têm o segundo; mas "despache" aqueles que mesmo tendo o primeiro falham no segundo: no longo prazo ficará melhor".

Ou (Alex) Ferguson que na sua autobiografia dizia não tolerar que os seus jogadores "mergulhassem" para obter faltas e respondeu a um colega que lhe disse que nunca ganharia a Champions por não pagar a árbitros, que então esse seria o seu epitáfio.

E não há também Professor, digno desse nome, que não acentue a importância do carácter na gestão.

Sem carácter pouco a pouco cria-se a desmoralização, a resistência passiva e a desunião, fruto da intriga. Pelo que após se destruir as pessoas, segue-se o depauperamento das organizações. Mas além de não ser nada de novo, a imprescindibilidade do carácter, **são más notícias**, para escolher líderes e gestores. Porque skills (falar, escrever, dirigir uma reunião, etc.) treina-se. Conhecimentos, obtém-se. O intelecto desenvolve-se. Mas

o carácter esse nasce, vive e morre com uma pessoa.

Bom, mas para além da lógica do argumento e de alguns exemplos para ilustrar o ponto, qual a **evidência empírica** que temos que o carácter é de facto "bom para o negócio"? Análises quantitativas sobre grandes amostras? O mais perto que temos vem do World Economic Forum que avalia a ética empresarial em 144 países. É claro que carácter individual e ética empresarial não são uma e a mesma coisa. Mas estão relacionados.

Bom, esta lista põe os "suspeitos" do costume à cabeça: Nova Zelândia, Finlândia, Singapura, Dinamarca, Suíça, Noruega, Japão, etc.

E cá para baixo as Angolas, Mauritânicas, Paraguais, Líbanos, Bangladeshes e Venezuelas (!) deste mundo.

E qual a (co)relação entre a ética e o PIB per capita? + 0,75 (entre um mínimo de -1 e um máximo de +1), estatisticamente significativo a 0%. Isto é, a probabilidade da relação entre ética (empresarial) e riqueza ser devido ao acaso é zero.

E as **empresas portuguesas**? Bem, não estão perto do topo, nem isso seria de esperar.

Antes de Portugal vem o Qatar, o Ruanda (!), Omã, Bahrain, Barbados, a Arábia Saudita, Porto Rico, Jordânia, Butão, Gâmbia até que finalmente se chega ao 42.º... a Portugal.

Como consolidação e para aqueles que gostam de se comparar com os abaixo há na Europa pior que Portugal: a Espanha (84.º), a Grécia (99.º) e a Itália (105.º). Países sem rumo. À deriva. Talvez porque como dizia **Norman Schwarzkopf** (líder dos aliados na primeira guerra do Iraque): *Liderança é uma combinação de estratégia e carácter; mas se tiver que dispensar um, abdique da estratégia.*

Vide artigos e gráficos

blog: <http://economiadasemana.blogspot.pt>

twitter: <https://twitter.com/Vasconcellosea>

Carga movimentada nos portos atinge valor mais alto de sempre

A carga movimentada nos sete principais portos do Continente atingiu 82,5 milhões de toneladas, no ano passado. Foi o valor anual mais elevado de sempre, de acordo com os dados do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT). O crescimento foi impulsionado pelos portos de Setúbal, Aveiro e Leixões.

"O fenómeno da superação de valores máximos no volume de carga movimentada pelos portos observou-se sucessiva-

mente nos últimos quatro anos, período em que o crescimento acumulado atingiu os 27%", refere o instituto. O bom desempenho ficou a dever-se sobretudo à atividade nos portos de Setúbal, Aveiro e Leixões, com crescimentos de 15%, 13,5% e 4,1%, respetivamente. Os portos de Sines e da Figueira da Foz também apresentaram variações positivas, mas com uma expressão bastante menor. De referir que Sines movimentou cerca de metade da carga nacional.